



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (MPEDU)

DÉSIRÉE DE SÁ BARRETO DIAZ GINO

**A INTERFACE ENTRE OS SABERES FORMAIS E INFORMAIS MEDIADOS  
PELAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE BARBALHA/CE EM  
INTERATIVIDADE COM AS PRÁTICAS CULTURAIS CAMPONESAS**

CRATO – CE  
2020

DÉSIRÉE DE SÁ BARRETO DIAZ GINO

**A INTERFACE ENTRE OS SABERES FORMAIS E INFORMAIS MEDIADOS  
PELAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE BARBALHA/CE EM  
INTERATIVIDADE COM AS PRÁTICAS CULTURAIS CAMPONESAS**

Dissertação para defesa apresentada ao Programa Mestrado Profissional em Educação (MPEDU) da Universidade Regional do Cariri – URCA como requisito final à obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva.

Linha de Pesquisa - 1: Práticas Educativas, Cultura e Diversidade.

Sublinha - 2: Patrimônio, Práticas Culturais e Etnias.

CRATO – CE

2020

DÉSIRÉE DE SÁ BARRETO DIAZ GINO

**A INTERFACE ENTRE OS SABERES FORMAIS E INFORMAIS MEDIADOS  
PELAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE BARBALHA/CE EM  
INTERATIVIDADE COM AS PRÁTICAS CULTURAIS CAMPONESAS**

DATA DE APROVAÇÃO: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Prof.º Doutor. Josier Ferreira da Silva (Orientador)

---

Prof.ª Doutora. Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

---

Prof.º Doutor. Paulo Wendell Alves de Oliveira (URCA)

---

Prof.º Doutor. José Edvar Costa de Araújo (UVA)



**Dedico este trabalho aos grupos  
brincantes do município de  
Barbalha/CE.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me escolhido antes da fundação do mundo, ter cuidado de mim, me protegido e me dado à salvação por intermédio da cruz.

A minha família pelo apoio e incentivo a este trabalho. Em especial a minha filha Bethsaida, e meu genro Társis que estiveram presentes durante toda a elaboração do texto, me auxiliando no que foi preciso.

Ao meu orientador Josier Ferreira da Silva, que esteve ao meu lado em todas as etapas desta pesquisa, sem as suas orientações e contribuições talvez não tivesse conseguido terminá-la.

A coordenação e aos professores do mestrado pelo empenho que tiveram em suas atividades sempre a nos ensinar, motivar e encorajar durante este percurso.

Aos professores Cícera Nunes e Thiago Florencio que estiveram durante a minha qualificação contribuindo com a elaboração do texto.

A todos os colegas do mestrado por todo o carinho e presteza. Em especial a Cynara, Luiz Carlos, Orismídio, Regisvan, Anderson, Léia e Águida, que não mediram esforços em me orientar nas aulas, nos trabalhos, nas dúvidas durante a elaboração da dissertação.

Por fim, a minha gratidão pela disposição e contribuição com as entrevistas, aos gestores das escolas públicas municipais de ensino fundamental Antônio Costa Sampaio e César Cals, a todos os professores e alunos destas unidades de ensino que também participaram, ao terreiro de brincantes visitado, as autoridades e as pessoas que tinham muito a colaborar com o trabalho por terem experiências vividas com o tema abordado e prontamente atenderam ao nosso pedido.



*Somos sempre “condenados ao tempo”,  
condição a qual não escapa nenhuma  
existência.*

Joel Candau

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ANCINE** – Agência Nacional de Cinema

**CEASA** – Central Estadual de Abastecimento

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CNC** – Confederação Nacional de Comércio de Bens e Turismo

**COAPE** – Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará

**COPAHC** – Coordenadoria de Patrimônio Histórico Cultural

**DELEMAPH'S** – Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico

**DMAPH** – Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio

**EC** – Emenda Constitucional

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**IBACIP** – Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**INCR** – Inventário Nacional de Referências culturais

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LGBTQ+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**ONG** – Organização Não Governamental

**OSC** – Organização da Sociedade Civil

**PAC CH** – Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas

**PCI** – Patrimônio Cultural Imaterial

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PLAGEC** – Plano de Governo do Estado do Ceará

**PLANDECE** – Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará

**PNA** – Programa Nacional de Alfabetização

**PNPI** – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SECULT** – Secretaria de Cultura e Turismo

**SEE/RJ** – Secretaria de Estado de Educação/Rio de Janeiro

**SESFA** – Sociedade de Educação e Saúde à Família

**SPI** – Serviço de Proteção ao Índio

**SPILTN** – Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**URCA** – Universidade Regional do Cariri

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - Período 1973 e 1974 .....	126
<b>QUADRO 2</b> - Resultado Entrevistas com Alunos .....	136
<b>QUADRO 3</b> - Relação das Escolas Municipais de Barbalha que trabalham o Projeto .....	143
<b>QUADRO 4</b> - Relação das escolas municipais - Projeto Memória da Festa .....	145

**LISTA DE MAPAS**

**MAPA 1 - Distribuição dos grupos brincantes no município ..... 107**



## RESUMO

Esta pesquisa estuda a interface entre os saberes formais e informais mediados pelas escolas de ensino fundamental de Barbalha/CE em interatividade com as práticas culturais camponesas. Com este estudo pretendemos responder o questionamento, de que forma a educação patrimonial pode contribuir com a preservação do patrimônio imaterial em Barbalha/CE. Para tanto, tem como objetivo geral, entender a relação e articulação entre o saber formal e informal mediado pela educação na perspectiva de valorização do patrimônio imaterial representados pelas tradições de origem camponesa. Especificamente, a pesquisa busca entender como as práticas culturais de origem camponesa que alimentam a Festa de Santo Antônio no município de Barbalha são incorporadas pela educação formal a partir das escolas de ensino fundamental público municipal. Trata-se da compreensão das relações entre os saberes herdados que constitui a cultura popular com a proposta educativa de formação didática dos estudantes do ensino fundamental para a intervenção no processo político de fortalecimento da salvaguarda da cultura imaterial pelo viés da educação. Interage com a reflexão e colaboração com educação patrimonial partido da experiência dos protagonistas da cultura e da educação. Para a sua concretização recorreu-se a uma abordagem qualitativa, utilizando o procedimento de pesquisa de campo, oralidade e acervos documentais e literatura específicas sobre a temática estudada que constituíram suas fontes bibliográficas. A investigação se projetou sinalizando para a necessidade de implantação de políticas públicas municipais voltadas para a salvaguarda dos bens culturais imateriais como forma de assegurar a continuidade da dimensão identitária dos povos que habitam o território.

**Palavras chaves:** Patrimônio imaterial; Grupos de brincantes; Alunos; Educação patrimonial; Escolas; Cultura popular.

## ABSTRACT

This thesis studies the interface between formal and informal knowledge mediated by elementary schools in Barbalha / CE in interactivity with peasant cultural practices. With this research we intend to answer the question, how heritage education can contribute to the preservation of intangible heritage in Barbalha / CE. Therefore, its general objective is to understand the relationship and articulation between formal and informal knowledge mediated by education in the perspective of valuing the intangible heritage represented by traditions of peasant origin. In a specific way, the research seeks to understand how cultural practices of peasant origin that feed the Saint Antônio Celebration in the city of Barbalha are incorporated by formal education from municipal public elementary schools. It is about understanding the relationships between the inherited knowledge that constitutes popular culture with the educational proposal of didactic training of elementary school students to intervene in the political process of strengthening the safeguarding of immaterial culture through education. It interacts with reflection and collaboration with heritage education based on the experience of the protagonists of culture and education. For its implementation, a qualitative approach was settled, using the procedure of field research, orality and documentary collections and specific literature on the studied theme that constituted its bibliographic sources. The investigation was designed to signal the need for the implementation of municipal public policies aimed at safeguarding intangible cultural assets as a way of ensuring the continuity of the identity dimension of the peoples who inhabit the territory.

**Key words:** Intangible heritage; Groups of players; Students; Heritage education; Schools; Popular culture.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 PODER, GESTÃO DO TERRITÓRIO E IMPACTOS ÉTNICO-CULTURAIS NO BRASIL</b> .....	28
<b>2.1 Cultura etnia e gestão do território na colônia</b> .....	31
<b>2.2 Cultura etnia e Gestão do território no império</b> .....	34
<b>2.3 Aspectos da gestão cultural adotada pós-implantação da república</b> .....	37
2.3.1 A sinalização da gestão cultural governo de Vargas .....	38
<b>2.4 Contextualização histórica das etnias culturalmente impactadas com a ocupação formal do cariri</b> .....	43
<b>2.5 Aspectos indígenas da cultura herdada</b> .....	45
<b>2.6 Aspectos afros da herança cultural no cariri cearense</b> .....	48
<b>3 EDUCAÇÃO E CONSISTÊNCIA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O RECONHECIMENTO DOS SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS</b> .....	57
<b>3.1 A UNESCO e a proteção aos bens culturais</b> .....	58
<b>3.2 Cultura como educação mediada pela transmissão de saberes e significados</b> .....	69
<b>3.3 Políticas da educação patrimonial no Brasil</b> .....	71
<b>3.4 Abordagens sobre a política pública de cultura no Ceará</b> .....	73
3.4.1 A política pública de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Ceará .....	81
3.4.2 A legislação de preservação dos bens culturais no Ceará .....	83
3.4.3 Processos de tombamentos de edificações e salvaguardas de bens imateriais .....	88
3.4.4 Conselho estadual do patrimônio histórico e artístico do estado do Ceará: estrutura e funcionalidade – COAPE .....	93

<b>3.5 A interatividade das políticas públicas de cultura do estado com as demandas de preservação patrimonial do território cearense .....</b>	<b>94</b>
<b>4 A INSERÇÃO DO CARIRI CEARENSE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>97</b>
<b>4.1 Barbalha no contexto da política de salvaguarda: a gestão da cultura local e a festa do pau da bandeira .....</b>	<b>101</b>
<b>4.2 O Lugar como Espaço vivido da Cultura na ambiência Rural de Barbalha .....</b>	<b>104</b>
<b>4.3 Os Territórios culturais da imaterialidade das práticas camponesas .....</b>	<b>107</b>
<b>4.4 Os Terreiros e a transmissão das práticas culturais camponesas como educação informal .....</b>	<b>110</b>
<b>4.5 Aspectos históricos de inserção da educação no protagonismo de promoção cultural no município .....</b>	<b>118</b>
<b>4.5.1 O Mobral e seus professores no protagonismo da promoção cultural a partir dos festejos do padroeiro da cidade .....</b>	<b>119</b>
<b>4.5.2 A conjuntura política e social da inserção inicial da promoção turística da festa de Santo Antônio .....</b>	<b>121</b>
<b>4.6 Gestão pública e educação: a incorporação da cultura camponesa na festa de Santo Antônio .....</b>	<b>123</b>
<b>4.6.1 Envolvimento de colégios particulares na promoção da cultura .....</b>	<b>124</b>
<b>4.7 A Exclusão da educação pública municipal no protagonismo inicial da promoção da cultura nos festejos de Santo Antônio .....</b>	<b>127</b>
<b>4.8 O protagonismo da sociedade civil e das instituições locais na defesa da preservação patrimonial .....</b>	<b>129</b>
<b>5 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRÁTICAS CULTURAIS DE ORIGENS AGRÁRIAS AGREGADAS À FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA .....</b>	<b>131</b>
<b>5.1 Simbologia e a Contextualização Histórica das Práticas Culturais .....</b>	<b>131</b>
<b>5.2 Práticas culturais incorporadas à festa e conteúdo escolar .....</b>	<b>134</b>

<b>5.3 Escolas e comunidades de Brincantes: análise dos impactos condicionados ao reconhecimento da festa de Santo Antônio .....</b>	<b>137</b>
<b>5.4 Fortalecimento e fragilidade das políticas públicas de sustentabilidade das práticas culturais a partir das gestões da cultura e da educação no município .....</b>	<b>138</b>
<b>5.5 A concepção de educação patrimonial da gestão pública da cultura e da educação do município .....</b>	<b>142</b>
<b>5.6 A festa de Santo Antônio como fator motivador de mobilização cultural da escola pelo poder público municipal .....</b>	<b>144</b>
<b>5.7 A Educação patrimonial – uma proposta de unidade de colaboração para a salvaguarda da cultura imaterial .....</b>	<b>147</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>171</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o atual comportamento educativo da escola e a distância entre ele e a perspectiva de reconhecer a própria prática cultural das comunidades de origem como educações vislumbradas nos saberes historicamente herdado entre gerações, com seus significados e simbologias, tornam um desafio para esta investigação, na qual está propondo a educação patrimonial nas escolas municipais como uma ferramenta para trabalhar a preservação do patrimônio imaterial.

Com a finalidade de colaborar para o estudo da preservação do patrimônio imaterial nas áreas da educação e cultura popular, esta pesquisa teve como objeto determinante entender como as práticas culturais de origem camponesa são incorporadas pela educação formal a partir das escolas de ensino fundamental público municipal: Antônio Costa Sampaio e César Cals de Oliveira.

Quando nos referimos a camponeses queremos evidenciar pessoas que vivem na e da roça, que se perpetuaram nestas localidades e sobrevivem na contemporaneidade, numa labuta diária e árdua mostrando sua resistência através da cultura popular. Seus saberes, experiências de vida, hábitos, costumes, crenças, etc, denominamos nesta investigação de educação informal, que emana do povo, sem regras estabelecidas.

Também pretendemos responder a seguinte questão: como estas práticas estão sendo incorporadas pela educação formal?, compreendemos ainda as relações entre os saberes herdados que constituem a cultura popular e a proposta educativa de formação didática dos alunos, e deixamos a nossa contribuição com o fortalecimento da salvaguarda da Cultura imaterial pelo viés da educação, onde analisamos a projeção das políticas públicas e a concepção de educação patrimonial através das ações realizadas pelas Secretaria de educação e Secretaria de cultura do município de Barbalha/CE.

Entrevistamos alunos, professores, gestores, mestres, brincantes, profissionais da cultura popular, secretários municipais e estaduais de educação e cultura, funcionário da superintendência no Ceará, ex-aluna do curso pedagógico da turma de 1973 do Colégio Nossa Senhora de Fátima e Presidente do Pró-Memória em Barbalha/CE.

Mesmo com muitos entraves a festa de Santo Antônio em Barbalha tem crescido muito, e tornado o município conhecido através deste turismo religioso e cultural.

O Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri tem como especificidade a construção de um produto educacional que possa contribuir com a melhoria do ensino levando em conta a finalidade de práticas pedagógicas contextualizadas.

Mostramos a necessidade que o sistema educacional em Barbalha/CE tem de incluir em seu currículo a educação patrimonial para que as novas gerações cultivem a sua identidade comunitária e sintam-se pertencentes a cultura do município. Mas para que isto seja efetivado precisamos da elaboração de uma política pública municipal dando suporte.

Optamos em contribuir com a elaboração de um anteprojeto de lei que contemple a política pública municipal de educação patrimonial para ser efetivada nas escolas públicas municipais na educação infantil e ensino fundamental, considerando todo o resultado desta pesquisa, da qual reconhecemos a necessidade urgente do conhecimento da verdadeira história e cultura das etnias indígena e negra que tiveram grande participação na formação do povo brasileiro, e que infelizmente o sistema educacional ainda não demonstra interesse de fato em contá-la.

Essas manifestações se expressam nas comunidades do entorno da Chapada do Araripe, situada na confluência dos sertões do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, preservando vestígios da presença do homem há 30 mil anos no local, lugar onde nasce o dia na língua dos cariris, é um geoparque habitado, com forte cultura, com destaque para os grupos de brincantes, a religiosidade, o artesanato e a gastronomia, sendo protagonizadas por trabalhadores do campo, e anualmente incorporadas aos festejos do padroeiro da cidade, abrindo os festejos juninos do nordeste brasileiro.

Contudo, a expressividade desse festejo ao agregar as práticas culturais camponesas ignora a existência histórica e a vinculação da existência dessas manifestações de cultura popular em relação às comunidades e suas respectivas localidades de origem.

A relevância do tema se encontra na discussão de que essas expressões culturais se fazem presentes no município de Barbalha e se manifestam como saberes afro, indígenas, luso, herdados por sucessivas gerações e não raro, marcada pela mistura de expressões que historicamente se fundem na formação social brasileira além de que as expressões da cultura imaterial também se faz presente na materialidade da cidade, integrado por sobrados, casarões que se constituem ponto de apoio da memória, como expressão simbólica e social da sua construção histórica e que ainda não está compreendida pela sociedade.

Com base nessa pesquisa pretendemos responder o questionamento de que forma a educação patrimonial pode contribuir com a preservação do patrimônio imaterial em Barbalha/CE, é que Casco (2006, s. p.), em seu trabalho nos diz que: “salvaguardar o nosso Patrimônio Cultural Imaterial através de projetos educativos, mostra que as formas de expressões das pessoas podem contribuir com a formação para a efetivação do papel de cidadão na sociedade se trabalhadas neste sentido”.

A interatividade entre a espiritualidade da cultura com as características arquitetônicas urbanas demarcou psicologicamente os meus primeiros contatos com o universo urbano da ambiência dos festejos da festa de Santo Antônio, despertando assim, um sentimento de orgulho e pertencimento ao lugar.

Mesmo vindo de uma família cristã em que nossas concepções e doutrinas se distanciam muito das práticas culturais que são interligadas a outras religiões, cresci em Barbalha, que fica no entorno da Chapada do Araripe, localizada no cariri cearense.

Contudo foi na universidade, no curso de pedagogia, onde tive a oportunidade de conhecer outras maneiras de pensar e agir, ver a vida de outra perspectiva. Enfim, durante essa experiência acadêmica percebi que ao longo da história da educação brasileira o processo social político e econômico que se constituiu e gerou um sistema educacional voltado para as elites, desarticulado do universo dos saberes populares, que ignora o seu universo simbólico que integraram a motivação da sua existência e resistência.

Nessa condição, mesmo após lutas de diversos setores da sociedade brasileira subalternizada, a educação gratuita e de qualidade que dialogue com a suas existências e experiências de vida, numa perspectiva cidadã, ainda é tão almejada,

Silva (2012, s. p.) aborda: “desde a educação jesuítica no Brasil colônia até mesmo durante o populismo de Getúlio Vargas, que a educação se constituiu pela necessidade de moldar cada ator social em seu respectivo lugar”.

Na tentativa de promover uma reflexão acerca de nossa realidade começamos então a ler e refletir sobre educação patrimonial e conforme Horta (2001, p.4) esta é “[...] o mais poderoso instrumento, para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente e formal”. Então entendi que professar uma fé não impede de se apropriar e entender identidade enquanto povo, conhecer seus costumes, se sentir parte daquele processo.

Nestas circunstâncias, percebemos que a importância da preservação do patrimônio no seu contexto imaterial dialoga com a memória, e promove a sensibilidade e conscientização. Ele contribui com a formação dos nossos valores e sentimentos, e sendo que a consciência das nossas manifestações culturais promove reflexões de impacto na educação brasileira conforme a identidade dos lugares.

Na condição de secretária de educação do município, a partir de 1999, colaborei na valorização e promoção da cultura imaterial do município, através das escolas públicas municipais. O projeto consistia em formar grupos parafolclóricos cuja ação era trabalhar na imitação dos grupos de brincantes originais tendo como propósito difundir a dimensão da arte pela imitação das práticas culturais para fins de conteúdo. A ideia tinha como intenção a exposição das vivências dos mestres e brincantes em seus respectivos terreiros como tradição herdada.

Segundo a releitura da carta do folclore, 1995: Os grupos parafolclóricos constituem uma alternativa para a prática de ensino e para divulgação das tradições folclóricas, tanto para fins educativos como para atendimento a eventos turísticos e culturais. Ainda neste mesmo ano a secretaria de educação sentindo que tinha um dever para com a comunidade numa concepção de valorização da nossa história, revitalizou o Auto do Leitão, local de fuzilamento do último reduto de cangaceiros do Cariri, decorrente da possibilidade de comprometimento da estrutura de poder coronelística. Episódio onde cada vítima foi obrigada a cavar a sua própria sepultura, dando ao local a condição de ponto de apoio da memória da formação da estrutura de poder no Nordeste, no contexto do fenômeno do coronelismo.

Assim, as materialidades da cultura no município de Barbalha se afirmam como potencial a ser incluído na projeção das políticas de desenvolvimento regional, onde a educação é passiva de colaboração nesse processo, a partir do fortalecimento de ações de salvaguarda da cultura imaterial. Nestas condições, torna-se necessário vislumbrar formas metodológicas e pedagógicas de ações de interatividade da educação formal com a educação informal aqui entendida como educação popular, representada nas manifestações da cultura camponesa que se expressam no município de Barbalha.

Essa pesquisa ao contemplar a dinâmica dos grupos de brincantes em todas as suas nuances se apresenta dentro do contexto de inúmeras investigações sobre a festa de Santo Antônio em defesa deste segmento agregado a festa, por enxergar neles potencial para sobreviverem ativos durante todo o ano em suas comunidades de origem. Pois como a festa do pau da bandeira de Santo Antônio são também expressividades da cultura popular do povo barbalhense. Assim tomamos por base a importância dada a estes grupos dentro e fora da festa do pau da bandeira de Santo Antônio.

Na pesquisa procuramos entender a relação e articulação entre o saber formal e informal mediado pela educação na perspectiva de valorização do patrimônio imaterial representados pelas tradições de origem camponesa. A partir daí trabalhamos a análise dos objetivos:

- Entender como as práticas culturais de origem camponesa são incorporadas pela educação formal a partir das escolas de ensino fundamental público municipal: Antônio Costa Sampaio, César Cals de Oliveira;
- Compreender as relações entre os saberes herdados que constitui a cultura popular com a proposta educativa de formação didática dos estudantes do ensino fundamental: Antônio Costa Sampaio, César Cals de Oliveira;
- Contribuir com o fortalecimento da salvaguarda da Cultura imaterial pelo viés da educação;
- Analisar a projeção de políticas públicas e a concepção de educação patrimonial expostas nas ações das Secretarias Municipais de Educação e de Cultura do Município de Barbalha/CE.
- Incentivar a introdução da educação patrimonial no currículo das escolas municipais de Barbalha de forma sistemática, através de um anteprojeto de lei.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, utilizando o procedimento de pesquisa de campo com objetivo descritivo e fontes bibliográficas.

A pesquisa básica buscou responder questionamentos para ampliar o conhecimento que temos do mundo e tudo que o forma. De acordo com Gil (2010, s. p.): “a pesquisa básica aglutina estudos que tem como objetivo completar uma lacuna no conhecimento”.

A abordagem é de natureza qualitativa surgiu da inquietação de cientistas que queriam alcançar a compreensão do homem como um sujeito social e contextualizado numa sociedade com história, valores, significados e intenções que constroem a subjetividade dos atos humanos, como afirma Silva (*apud* BIASOLI-ALVES; ROMMANELLI, 1998).

A abordagem qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Ela aprofunda a complexidade de fenômenos, fatos e processos; passa pelo observável e vai além dele ao estabelecer inferências e atribuir significados ao comportamento.

Minayo e Sanches (1993) procuram aprofundar a compreensão de problemas, de pessoas e de relacionamentos, abrindo perspectiva para estudos posteriores. Para Silva (1998), a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características:

- O investigador é o elemento principal;
- A investigação tende a ser mais descritiva;
- Há interesse pelo processo de coleta de dados, o que ocorre nele;
- Os investigadores analisam os dados de forma indutiva, correlacionando os dados à teoria embasadora;
- O significado é de importância vital para essa abordagem.

Seu material primordial é a palavra, como aponta Bakhtin (1986 *apud* MINAYO; SANCHES, op. cit.) são tecidas de material ideológico, servem de trama às relações sociais e indicam transições e transformações sociais. As palavras na fala transmitem a estrutura de valores, normas e símbolos, demonstrando representações históricas, socioeconômicas e culturais.

A pesquisa qualitativa deve ter um critério de validade e cientificidade que é pensada como reguladora da abstração e não sinônimo de métodos e normas rígidas.

Para Granger (1982 *apud* MINAYO; SANCHES, 1993) um modelo qualitativo descreve, compreende e explica a realidade estudada.

Assim, na psicologia essa abordagem é muito utilizada nas pesquisas porque permite a explicação de comportamentos, sentimentos e processos mentais relatados ao pesquisador, o que se torna o seu objetivo de estudo dinâmico e contextualizado.

Utilizamos neste trabalho o procedimento da pesquisa de campo com objetivo descritivo que teve como objetivo a observação, coleta de informações, definição de objetivos e hipóteses diretamente da realidade do objeto de estudo, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorreram dentro dos ambientes de vivência onde a investigação esteve situada. De acordo com Fonseca (2002, s.p.): “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que [...] se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

Quanto ao objetivo descritivo nesta pesquisa, descrevemos as características de uma comunidade, um fenômeno ou experiência relevante para a investigação, fazendo o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos, sem interferir.

O predicado da evidência oral como fundamento aceitável da pesquisa transcorre pela elaboração da entrevista, de ir a campo e de conversar com os sujeitos da pesquisa. Para Minayo (2000, p. 109), o que torna a entrevista um mecanismo privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a perspectiva de a fala revelar as condições estruturais dos sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles). Ao mesmo tempo, ela tem a magia de manifestar, por um porta-voz, as representações de determinados grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais peculiares.

Nessa perspectiva a história oral foi de fundamental importância nas entrevistas que foram realizadas, pois sendo um processo interativo criou vínculos entre o pesquisador e o pesquisado.

Como manifestação de resistência e transmitida, sobretudo na forma de história oral, sendo uma das fontes principais da produção da informação, na reconstrução da memória que procura ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial. Nesse sentido, Guedes-Pinto (2002, p. 95) afirma que:

A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da

história oficial, tanto a “tradicional” quanto à contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais.

Também utilizou técnicas padronizadas de coleta dos dados para apresentar as variáveis propostas. Para Triviños (1987, s.p.): “Esse tipo de estudo pretendeu descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Independente da abordagem escolhida para realização desta pesquisa, a revisão bibliográfica foi obrigatória, pela necessidade de reunir os dados, nos quais à investigação foi baseada. De acordo com Fonseca (2002, p.32): “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. É o ponto de partida para o pesquisador consolidar o conhecimento na sua área de pesquisa onde esse conteúdo reunido fundamentará as fases seguintes.

Observamos uma significativa produção bibliográfica da qual elegemos alguns autores que apresentam uma literatura já publicada sobre o tema na mesma linha de pensamento desta pesquisa, os quais norteiam, fundamentam e apoiam o estudo.

Estes autores dialogam entre si sobre a preservação do patrimônio imaterial na perspectiva da construção da memória, da identidade e da formação da sociedade brasileira e cujas abordagens centram temáticas específicas sobre aspectos da cultura local pelo viés da educação patrimonial.

Utilizamos também como fontes de pesquisa o livro de tombo da Paróquia de Santo Antônio, jornais, leis, decretos e recomendações, literaturas gerais e específicas representativas do tema e dissertações e teses já publicados sobre o assunto abordado.

A partir desse arcabouço teórico a metodologia utilizada nesta pesquisa seguiu algumas fases:

- Fase 1 - Fizemos o primeiro contato com a secretária de educação do município de Barbalha onde apresentamos a pesquisa e obtivemos a anuência para irmos às escolas Antônio Costa Sampaio e César Cals de Oliveira; logo após, fomos às escolas e apresentamos a pesquisa aos gestores das escolas que nos deram também a anuência para realizarmos a pesquisa de campo na ocasião já conseguimos calendarizá-la para os meses de dezembro/2019 e janeiro/2020.

- Fase 2 - Realizamos as entrevistas com 8 professores, 20 alunos e os 2 gestores das duas escolas.
- Fase 3 – Realizamos entrevistas no período de fevereiro a abril de 2020 com a secretária de educação do município de Barbalha, o secretário de cultura do município de Barbalha, a secretária de educação do estado do Ceará, técnico do IPHAN no Ceará, Presidente do Pró-memória de Barbalha, Mestra Lindete, Ex aluna do curso “normal” do colégio Nossa Senhora de Fátima, coordenadora do projeto Cidadão Futuro Barbalhense (grupos parafolclóricos).

Essas entrevistas se fizeram necessárias para apoiar a compreensão da história da cultura barbalhense e como ela tem sido tratada ao longo do tempo, suas reinvenções e transformações e qual a importância que a escola formal tem dado a educação patrimonial na contemporaneidade.

- Fase 4 – A partir de maio 2020 escrevemos o capítulo onde a pesquisa está inserida dialogando com autores que tratam sobre esta temática.

A dificuldade apresentada durante a pesquisa foi de que precisávamos ter clara compreensão sobre o que estávamos escrevendo para não haver nenhuma dificuldade de compreensão do texto. Foram exaustivas leituras em fontes primárias e secundárias, como também muita observação em campo e conversas informais sobre o tema com as mais variadas pessoas e entrevistas pré-estabelecidas e o tempo para a pesquisa parecia insuficiente.

A superação veio através de metas estabelecidas e alcançáveis dentro do nosso objetivo, respeitando os nossos limites, sendo também uma maneira de reconhecermos, os problemas, os desafios, os avanços e enfim completarmos a tarefa.

Após estas reflexões reiteramos haver nesta investigação algo inovador que precisa ser trabalhado de forma que venha a contribuir com o tema em questão e ainda não viabilizado por nenhuma fonte.

Com a finalidade de responder ao questionamento proposto “de que forma a educação patrimonial pode contribuir com a preservação do patrimônio imaterial em Barbalha/CE” construímos a dissertação em quatro capítulos.

No Capítulo 1 enfocou-se o poder, a gestão do território e os impactos étnicos culturais no Brasil, discorreu-se sobre a cultura herdada das etnias indígena e negra

em seus contextos históricos na conjuntura das gestões da colônia até o governo Vargas, o impacto perceptível com a apropriação formal do cariri cearense.

Da colonização portuguesa nos foi legado a visão do indígena e do negro, como pessoas resignadas, selvagens, incapacitados intelectualmente, sucedendo numa sociedade restrita aos europeus, fortalecendo assim a indigência e o preconceito, com tudo isto a formação social brasileira teve grande interferência por estas duas etnias com suas culturas e suas religiões, que expressam a determinação em resistir do indígena e do africano ao sistema de dominação dos colonizadores.

No Capítulo 2 abordou-se a educação e consistência da valorização do patrimônio cultural: o reconhecimento dos saberes e práticas culturais – abordamos uma parte da legislação em referência a preservação dos bens imateriais em todas as instâncias, a institucionalização e a participação da sociedade civil na proteção do patrimônio imaterial brasileiro e a interatividade dessas políticas públicas do estado com as demandas por preservação no Ceará.

Nos livros didáticos e nos livros de história do Brasil não traz a contribuição cultural que estas etnias deixaram para o brasileiro. As legislações visitadas tornam real a obrigação de descontinuarmos o uso da ideia preconcebida e empobrecida, para se identificar definitivamente as etnias que contribuíram diretamente com a formação do país.

O Estado tem tomado providências para minimizar as adversidades da discriminação, como exemplo a adoção de cotas para que consigam concluir seus estudos, porém observamos que os problemas culturais étnicos existem desde a formação do nosso país, devido à trajetória de vida concedida a estes povos no Brasil. Não é de admirar que as taxas de analfabetismo e rendimento escolar dos indígenas e negros sempre foram elevadas.

O capítulo 3 tratou-se da inserção do cariri no contexto das políticas de preservação do patrimônio cultural, onde apresentamos Barbalha no contexto da política de salvaguarda, o lugar como espaço vivido na ambiência rural, os territórios culturais da imaterialidade, os terreiros e a transmissão das práticas culturais camponesas, a incorporação da cultura camponesa na festa de Santo Antônio, a inserção da educação no protagonismo da promoção cultural e o protagonismo da sociedade civil e as instituições locais de defesa da preservação patrimonial.

No final do século XX e início do XXI em Barbalha, a valorização do patrimônio imaterial configurou uma significativa conquista e também um meio de estimular a população a manter suas tradições. Aqui desde 1928 tem-se o cortejo do pau e o hasteamento da bandeira do Santo Antônio em frente à matriz.

Os grupos de brincantes foram anexados a festa em 1973, e a partir daí com a introdução durante cada ano de outros referenciais culturais sem a descaracterização original a festa tem crescido muito. Em 2003 as escolas públicas municipais iniciaram um projeto com grupos parafolclóricos e os incorporou também ao cortejo da festa. O intuito é despertar no aluno a identificação com esta cultura que foi marginalizada e discriminada desde o estabelecimento da Coroa Portuguesa no Brasil e ainda sofre preconceitos.

Todavia o reconhecimento destes bens imateriais ainda é muito lento, apesar dos movimentos de instituições e organizações não governamentais em favor do patrimônio cultural imaterial. Percebemos ainda que se não for feito algo urgente no tocante a políticas públicas e ações efetivas, o desaparecimento dos grupos de brincantes será eminente, todavia a política de editais oferecidos pelo governo estadual hoje não contempla todos os grupos de brincantes, pois o analfabetismo e a falta de rendimento escolar perpassam por todos os grupos de tradição.

No capítulo 4 analisamos a relação entre a educação pública e as práticas culturais de origens agrárias agregadas à festa de santo Antônio de Barbalha, trouxemos a discussão sobre a simbologia e a contextualização histórica das práticas culturais, a incorporação destas práticas culturais à festa e o conteúdo escolar, analisamos os impactos condicionados ao reconhecimento da festa de Santo Antônio nas escolas e comunidade de brincantes pesquisados, o fortalecimento e fragilidade das políticas públicas de sustentabilidade a partir das gestões de cultura e educação no município, a concepção de educação patrimonial pela gestão pública do município, a festa de santo Antônio como fator motivador de mobilização cultural da escola pelo poder público municipal, e por fim apresentamos uma proposta de educação patrimonial como colaboração com a salvaguarda da cultura imaterial.

Com o intuito de responder o objetivo proposto apresentamos um aporte teórico sobre preservação do patrimônio, cultura, cultura popular, educação patrimonial, identidade, memória discorrendo sobre a educação patrimonial como um mecanismo para que as novas gerações reflitam, compreendam a necessidade de preservar a

cultura da sociedade que estão inseridas, pois é inerente a sua identidade enquanto povo.

Constatamos na pesquisa de campo com os professores, que o trabalho com em sala de aula com a cultura popular não é sistemático e só é trabalhado a partir do mês de maio, com a aproximação da festa do padroeiro Santo Antônio.

O ensino sobre simbologias e a contextualização histórica dos referenciais culturais são superficiais, pois o tempo escolar dedicado a este estudo é insuficiente. Não tem material didático que auxilie os professores nas aulas, e nem formações continuadas sobre este tema.

Entre os alunos a pesquisa nos revelou que eles têm algum conhecimento sobre a cultura popular do município, disseram conhecer algum terreiro de brincante, mas quanto à sistematização das aulas apenas 04 alunos responderam que tinham uma vez por semana em estudos regionais, porém os outros 16 responderam que era raro ou não existiam estas aulas, e mais da metade dos entrevistados disseram fazer parte de grupos de brincantes.

No terreiro de brincantes pesquisado verificamos que o reconhecimento do da festa do pau da bandeira de Santo Antônio trouxe a alegria à comunidade, todavia a impactação condicionada a este reconhecimento ainda não é perceptível no terreiro apesar da implementação realizada pelo governo do Ceará com os recursos transferidos através de editais, e quanto a transmissão do saber às novas gerações é preferível por eles que aconteça no terreiro, pois não se sentem à vontade na escola.

Constatamos também que as secretarias de educação e cultura do município reconhecem a necessidade da educação patrimonial dentro das escolas, mas a ênfase maior dada é ao pau da bandeira do padroeiro, e as outras referências culturais ficam sem a relevância que merecem.

Encontramos também as fragilidades nas políticas públicas de sustentabilidade no município quanto aos grupos de brincantes. Não existe uma política pública municipal sobre a educação patrimonial nas escolas e o trabalho de transversalidade entre as secretarias municipais. Percebemos, que as apresentações dos grupos de brincantes e dos grupos parafolclóricos das escolas ficam no campo da espetacularização com a restrita valorização destes brincantes, apenas vinculados à festa do padroeiro, a globalização permitiu uma aproximação entre as nações

trazendo consigo a modernidade, o avanço tecnológico, a cultura de massas, dentre outros sendo um desafio a ser superado pelos grupos tradicionais. A sociedade no Brasil sinaliza a sua persuasão de que é plausível conciliar a preservação do patrimônio material, imaterial e ambiental ao desenvolvimento sustentável.

## 2 PODER, GESTÃO DO TERRITÓRIO E IMPACTOS ÉTNICO-CULTURAIS NO BRASIL

A condição secular e ideológica de se colocar os indígenas e africanos, como raças inferiores foi legitimada pela história, repassada entre gerações. Essa abordagem deve ser desconstruída por ser pautada em ideias preconceituosas e discriminatórias, sendo necessário entendermos o protagonismo histórico desses povos, que mesmo com todas as adversidades e conflitos aos quais foram submetidos, resistiram defendendo suas vidas, terras, liberdade, dignidade e cultura, e de vital importância na formação histórico-cultural da região do Cariri cearense.

Segundo Bobbio (1992, p. 144), a resistência é entendida como “todo comportamento de ruptura contra a ordem construída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se”.

Os nativos, primeiros habitantes do Brasil jamais aceitaram a dominação do europeu sem lutas, pois adentravam o interior do país estabelecendo fazendas de gado vacum, cavalariças e caprinas ou procurando metais preciosos. Isso justificado pelo fato das terras do litoral não mais comportarem o gado, devido à prioridade da terra, ser para o cultivo da cana-de-açúcar. O Processo de apropriação territorial do Brasil resultou para os indígenas em mortes, escravização dos que sobreviviam e expropriação de suas terras. A resistência intensificou-se devido essas atrocidades cometidas pelos colonizadores contra os nativos. Eles fugiam dos aldeamentos missionários, atacavam vilas e fazendas, como também, suicidavam-se quando eram aprisionados.

Todavia, a cultura sendo inerente ao ser humano, intimamente relacionada a crenças, ritos, costumes, tradições, manifestações culturais, condicionadas a leitura do mundo, se mantém como resistência histórica a ideologias e governos orientados pela política desenvolvimentista que suga seus costumes e a dinâmica comunitária de suas vivências. Uma cultura que conforme Berger (1997 apud Leal, 2013, p.1) se exterioriza de diversas formas:

A maior parte das coisas que conhecermos foram assumidas com base na autoridade de outros, e é só na medida em que os outros continuam a confirmar este conhecimento é que ele continua a ser plausível para nós [...] cada um tem maior ou menor habilidade em resistir à pressão social. [...] o desfecho que se pode prever desta luta

desigual é a desintegração progressiva da plausibilidade do conhecimento ameaçado na consciência de quem o sustenta.

Devemos considerar que Indígenas e Negros se inserem no contexto da construção histórica do país, e que o seu protagonismo não fica restrito à participação na dinâmica econômica da Colônia, do Império e da República. Além da dimensão territorial incluída no campo da abordagem econômica, existe o aspecto da subjetividade, da intersubjetividade, a percepção de mundo e de vida transferidos das suas localidades de origem. Esses fatores das representações das simbologias demarcam a sua participação na construção cultural, muitas vezes ignorados por negar o protagonismo dos indígenas e negros no repasse das práticas e costumes oficializados pelo estado burguês sem a devida valorização.

Sendo a cultura o modo de viver das pessoas, a história recria e transmite o passado no presente, vislumbrando o futuro, e através das manifestações culturais percebemos o homem em si mesmo, ou seja, elas se constroem continuamente e são flexíveis. Apesar dos infortúnios dos indígenas e negros ao longo dos séculos no Brasil, essas etnias preservaram seus hábitos e costumes buscando manter suas crenças originais a partir de mecanismos de sobrevivência diante da imposição da Igreja Católica Romana na legitimação da sociedade exploradora.

O processo de mistura genética se deu a partir da chegada dos portugueses ao Brasil. A matriz étnica do povo brasileiro foi à confluência entre as populações indígenas já existentes antes da chegada dos colonizadores, o branco europeu e os negros africanos escravizados (RIBEIRO, 2015, p.17).

No cenário da chegada dos europeus às terras brasileiras, ocupadas por comunidades aborígenes, houve os primeiros relacionamentos entre os colonizadores europeus e as indígenas que habitavam este lugar. Esses relacionamentos entre as etnias que formaram a população do Brasil, o teórico Darcy Ribeiro dividiu em categorias: Caboclos ou Mamelucos – mistura do branco colonizador com o índio; Mulatos – mistura dos negros africanos com os brancos; e cafuzos – mistura de negros com índios. Fundamentado por essas categorias, outras foram aparecendo com o entrelaçamento entre etnias, originando uma população miscigenada, próprio do Brasil contemporâneo, afirmado por Ribeiro (2015, p.17): “Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais

distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo”.

As simbologias da população brasileiras construídas historicamente em um território muito diversificado têm uma base étnica diversa, formando um povo miscigenado, que estimulou uma riqueza cultural desmedida dentre elas as manifestações culturais, costumes, culinária, crenças.

A resistência da qual temos nos referido é a luta empreendida desde a escravidão pelos negros, que buscavam o reconhecimento e cidadania da raça negra e a afirmação de sua identidade brasileira dentro das características étnicas, culturais e sociais que lhe são próprias. As instituições oficiais negaram isto a eles e conseqüentemente a história contada é pelo olhar do colonizador, o português. Atualmente além das reivindicações históricas soma-se a elas, a luta contra discriminação racial que se inseriu na sociedade brasileira devido o tratamento imprimido aos escravos tidos como um ser inferior, uma coisa, uma mercadoria, não eram pessoas, por isso não possuíam direitos.

Os confrontos étnicos culturais iniciaram a partir da colonização portuguesa, que para mais da doutrinação religiosa e trabalho escravo, esse embate teve seu ápice com o alastramento de epidemias e assolação de tribos. E os nativos que sobreviveram tiveram conflitos pela posse de terras contra o mando dos latifundiários.

Indígenas e negros foram no processo da formação territorial aculturados, perseguidos, perdendo a sua condição humana. Nesta perspectiva todas as suas práticas culturais foram desautorizadas, buscando conter a propagação da sua identidade que se confrontava com o universo social, religioso e moral dos europeus. Os portugueses não reconheceram a organização da sociedade indígena, pois traziam como orientação o cristianismo, perceberam os aborígenes como sujeitos sem religião, sem cultura e sem experiência nenhuma, presas fáceis de serem capturadas.

Os missionários administravam os aldeamentos com o propósito de catequizar os índios por interesse dos colonos, do governo geral e da Coroa Portuguesa que viam na conversão a religião cristã, oportunidade de aculturá-los. Foi uma exigência forçada por outra cultura a educação pelo cristianismo, e a destribalização violenta nos seus aspectos essenciais da vida e da mentalidade dos indígenas.

As idiossincrasias de vida dos indígenas foram preteridas pelos portugueses, sendo submetidos e forçados a abdicarem de seus costumes culturais, a falar a língua portuguesa e a adorar uma divindade que não era a sua Teixeira (1995, p.296) “Se os índios reagissem à submissão porque eram orgulhosos e cientes de sua condição de donos da terra, eram vistos como selvagens que precisavam ser amansados”.

Na ótica dos missionários, o aniquilamento da cultura indígena demonstrava peripécia dos aldeamentos, mas os efeitos dessa política utilizada pelos missionários eram brutais e devastadores da identidade nativa.

O racismo, o preconceito e a discriminação dos portugueses contra os indígenas, acontecem desde a invasão das terras brasileiras, tidas historicamente como descobertas e da primeira impressão que os portugueses tiveram dos índios que foi de “gente montesa” [...] “gente bestial” a ser amansada. Cunha (1995, p.3, 58,59), explicitando o preconceito por terem costumes diferenciados dos europeus, provocando assim uma invisibilidade histórica dos seus valores culturais tornando-os vítimas do racismo estrutural que perdura na contemporaneidade.

Sabemos que o preconceito está intimamente relacionado aos mais variados estímulos sejam de ordem interna ou externa que recebemos em nossa vida, e para combatê-lo somente leis não surtem o efeito esperado, mas aliada a educação nas salas de aulas podemos desconstruir o mito da democracia racial e combater o racismo estrutural reproduzido nas instituições brasileiras.

## **2.1 Cultura etnia e gestão do território na colônia**

A gestão do território no Brasil Colonial trouxe para as etnias indígenas e negras muita opressão, pois destruíram o mundo das populações originárias, os nativos, e dos negros escravizados. Para os que sobreviveram através da resistência sob diversas maneiras foi-lhes imposto uma identidade racial eurocêntrica.

Mesmo dentro deste contexto de opressão Galache e André (1979, p. 26) comentam sobre a configuração diferenciada da cultura indígena por vezes foi mal interpretado pelos missionários e viajantes, pois a perspectiva em que julgavam os indígenas era etnocêntrica. “[...] Não compreendiam que o aparente ‘horror ao trabalho’ do indígena, longe de constituir um traço psicológico, peculiar à raça, nada

mais era do que a expressão de um ritmo de vida próprio, ligado a uma economia de subsistência (sem mercado) e frequentemente nômade”.

Deste modo, como os colonizadores pertenciam a diversas etnias, os indígenas brasileiros também pertencem a várias etnias como apontam Galache e André (1979) que “[...] as diversidades que ocorrem de tribo para tribo. Longe de serem homogêneas, elas mostram-se muitas vezes, tão díspares quanto às nações europeias” (p.26), e os negros escravizados também são procedentes de diversas regiões da África, na sua maioria pertenciam ao grupo étnico dos sudaneses e dos bantos, como relata Fausto Boris (2013, p.47), “No século XVI, a Guiné(Bissau e Cacheu) e a Costa do Marfim, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Damoé, forneceram o maior número de escravos”, configurando um Brasil multicultural, mas com um crescente preconceito, racismo e discriminação velados, para com estas etnias advindos da formação histórica do país.

Neste período a Coroa Portuguesa na América objetivava aumentar os seus lucros através da exploração de produtos primários nos novos territórios conquistados. A legislação indígena nesse período colonial emanava de Portugal, ou seja, não era genuinamente brasileira. De acordo com Perrone-Moisés (1992, p.116-7):

Não existiu um direito colonial brasileiro independente do direito português. O Brasil era regido basicamente pelas leis que a metrópole (compiladas nas ordenações Manuelinas e, a partir de 1603, nas ordenanças Filipinas), acrescidas de legislação específica para questões locais. Na colônia, o principal documento eram os Regimentos dos governadores-gerais. O rei os assinava, assim como as Cartas Régias, Leis, Alvarás, em formas de lei e Provisões Régias, auxiliado por corpos consultivos dedicados a questões coloniais. O primeiro desses conselhos foi a Mesa de Consciência e Ordens, criado em 1552. Seguiram-se o conselho da Índia (1603) e seu sucessor, o conselho ultramarino (1643). Estes emitiam pareceres que podiam, e costumavam ser sancionados pelo rei, passando a ter valor legal. Na colônia os governadores-gerais emitiam Decretos, Alvarás e Bandos, aplicando a legislação emitida pela coroa. Para o exame de questões específicas que exigiam conhecimentos locais de que a metrópole não dispunha, o rei ordenava a formação de juntas (compostas de autoridades coloniais e religiosas), entre as quais a mais importante era a junta das Missões, cujas decisões deviam ser-lhe enviadas para a apreciação e eventual aprovação. O que mais chama atenção nos documentos legais relativos à questão indígena é o fato de disposições emanadas diretamente da Coroa referiam-se em muitos casos a questões bastante específicas e locais tanto quanto os atos administrativos coloniais.

Centrada na exploração capitalista do território não houve no Brasil colônia uma política cultural. Ao contrário, havia a negação de cultura dos nativos entendida como contraponto às ordens da Coroa Portuguesa. Conforme Souza Filho (2010, p.54): “a repetição com que se dá a proibição da escravidão dos índios, e as exceções que as acompanham, revelam a prática constante da ilegalidade”. Ou seja, a escravidão indígena foi proibida diversas vezes nos séculos XVII e XVIII.

A política indigenista consentiu em proteger indígenas, os aliados e declarar guerra aos índios que resistiam à colonização. Fundamentado nesse princípio, a dominação dos nativos viabilizada pela violência “*guerras justas*”, ocorrida mais intensamente no século XIX. Conforme Thomas (1982, p.74) as diretrizes dizem o seguinte:

Estabelecer a segurança e a paz da terra, mediante a vitória e a sujeição completa sobre as tribos índias revoltadas ou inimigas sobre os seus aliados, os franceses; (2) Intensificar os esforços para proteção dos indígenas aliados dos portugueses, contra a espoliação e escravização e, em especial, acelerar a civilização e cristianização dos índios, mediante a fundação sistemática de aldeias; (3) Estabelecer um contato estreito e amistoso com os jesuítas, como pioneiros da política indigenista real, e sustentar as suas obras com apoio material.

Não havia interesse da Coroa Portuguesa em resguardar a liberdade e os direitos de todos os nativos, apenas dos que eram aliados ao rei. As diretrizes do Regimento de 1549 no governo de Tomé de Sousa davam os primeiros sinais em relação à liberdade dos índios.

Em 1755 foi editado um documento específico para os índios, chamado de *Diretório dos Índios pelo Marquês de Pombal*, a princípio implantado em algumas províncias, e posteriormente em todo território brasileiro.

As diretrizes desse documento baseavam-se na disciplina e moralização do nativo através da construção dos aldeamentos coletivos e do trabalho na agricultura como justificativa para catequizá-los e civilizá-los. Na ótica cristã europeia a extinção dessas diretrizes se deu com a instituição da Carta Régia em 1798, contudo, muitas das suas orientações continuaram em vigor durante o século XIX.

A Carta Régia em 1808 apenas sancionou o que de fato continuava a ocorrer desde o período da Colônia, a defesa dos índios aliados enquanto combatia os inimigos. Essa característica sinaliza para o fortalecimento do processo de

aculturação dos nativos, orientados pelos princípios morais e religiosos da igreja católica romana.

Consistiu numa política opressora, ideologicamente orientada pela “guerra justa”, aldeamentos, transformação dos indígenas em aliados no intuito de fazer o índio desaparecer, extingui-los ou inseri-los na sociedade vigente acabando com a distinção entre indígenas e não indígenas, através da distribuição individual de parcelas de suas antigas terras coletivas.

Quanto à população negra escrava ou livre não existia leis assegurando-lhes propriedade da terra, permanecendo restrita há poucas *Ordenanças Manuelinas e Filipinas*, ou seja, a legislação da Coroa portuguesa, que pela ausência de leis próprias na colônia utilizava-a. O negro se contextualiza na conjuntura comercial capitalista como mercadoria e integravam espólios para fins de herança. Constituíam-se num bem cuja posse era assegurada ao proprietário da fazenda através do registro em cartório após a negociação de posse.

Para a Coroa Portuguesa estabelecida no Brasil os nativos e escravos não tinham cultura, pois para eles cultura era sinônimo de pessoas intelectualizadas e artistas, domínio da elite que só existia no velho mundo. Durante a permanência da Coroa Portuguesa no Brasil criou o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, entre outros. Com isso ativou a vida artística e intelectual dos portugueses que aqui estavam.

Todavia a cultura desenvolvida nesse período mesmo sem a anuência da Coroa Portuguesa foi a mistura entre costumes europeus, indígenas e africanos, a exemplo da culinária, língua, religião.

Não devemos olvidar de que no Brasil colonial as expressões culturais existentes foram, quase todas imitações da cultura europeia, considerando-se as circunstâncias de o Brasil ser uma colônia de exploração e estar subjugada ao domínio de Portugal. As manifestações de resistência em forma de expressões culturais desenvolvidas de forma intrínseca pelos indígenas e negros escravizados, sofriam restrições e castigos determinadas pela Igreja Católica ou pelo governo português.

## **2.2 Cultura, etnia e Gestão do território no império**

A indefinição de uma política para os indígenas por portugueses fez-se intensificar as guerras violentas no processo de expropriação das terras indígenas e comprometeu a sua civilização, submetida ao etnocídio e a imposição de valores religiosos e sociais a serviço do estado. Nestas circunstâncias o exercício das práticas culturais dos nativos encontra resistência de continuidade ficando comprometida pela lógica da acumulação do sistema capitalista.

Na condição de aldeados, os índios chegaram ao império reivindicando direitos, outrora concedidos pela Coroa Portuguesa, sob a alegação de serem cristãos fiéis ao rei, e de condição distinta dos demais súditos do rei. Nestas condições aprenderam a negociar e valorizar acordos e cobrar favores em troca de serviços prestados. A afirmação da identidade indígena tornou-se um importante instrumento de reivindicação política por parte dos nativos.

A Constituição de 1824, assim como as que a sucederam, foi desprovida de referência aos nativos, corroborando para a invisibilidade sociocultural e política em relação à sociedade brasileira.

Ao vigorar em 1845 o Documento das Missões, Decreto 426 de 24 de julho é a única referência durante o império. Consistia num documento extenso e caráter administrativo e pouco político, contudo, sinalizava a continuidade dos aldeamentos e a orientação religiosa da igreja católica romana.

O padroado no Brasil baseou-se em uma série de regalias outorgadas pelo papado ao reino de Portugal, através de constantes e paulatinamente documentos pontífices. Em compensação, o rei padroeiro, monitorava os recolhimentos de doações e dos dízimos eclesiásticos. Tinha a responsabilidade de erguer e aprovisionar as igrejas escolhia as ordens religiosas para se estabelecerem na colônia, designava padres e sugeria nomes de bispos, sendo oficializados pelo Papa.

Desta forma, a organização do reino de Portugal tinha um aspecto político-administrativo e religioso.

Em 1850 a Lei 601 de 18 de setembro, conhecida como Lei das Terras, que ratificava a continuidade de hordas selvagens, legitimando ainda mais a condição de caboclo indígena. Conforme Carneiro da Cunha (1992 p.145):

[...] inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após sua promulgação, uma decisão do Império manda

incorporar aos Próprios Nacionais as terras de aldeias de Índios que vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada. Ou seja, após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras.

Aliado ao estado, a elite brasileira considerava o indígena como um empecilho à modernidade e o progresso, portanto, sem leis específicas para sua proteção, os tornariam invisíveis e facilmente os conduziria a camponeses ou pequenos agricultores, conseqüentemente integrando-os a sociedade vigente. Como afirma Durhan (1983, p.14): “[...] a negação do progresso e do desenvolvimento”.

Nesta concepção todo o seu universo cultural era ignorado e submetido a processos violentos de desaparecimento. A negação do indígena como ser humano representa a resistência da sua cultura no estado.

O projeto era a unidade nacional de uma sociedade homogeneizada, aos moldes europeus, enfrentando obstáculos, visto que havia uma variedade de indígenas espalhados pelo Brasil, com culturas diferentes, somado a isso, milhares de negros livres e escravos em todo o território.

Os negros nesta mesma conjuntura resistiam ao infortúnio, onde as leis ainda continuavam estagnadas, viabilizando a prática da escravatura ainda no território brasileiro. A constituição de 1824 permitia o trabalho escravo, legitimando a opressão dos negros de forma oficializada pelo estado.

No Brasil os escravizados resistiram ao sistema de escravidão durante quase quatro séculos. Qualquer ofensa à propriedade senhorial cometido por escravos era visto como resistência ao sistema escravista pelo viés econômico. Não obstante, ao avanço de uma cultura afro-brasileira que contestasse à cultura branca obrigada aos escravos, denomina-se também de resistência.

Na sociedade imperialista o papel do indígena e do negro escravizado era de submissão cultural perante o colonizador europeu. Deviam ser católicos, educados, falar o português, ter bons hábitos, com o propósito de serem aprovados. Eram os indígenas e negros que deveriam modificar para se adequar aos valores morais da ordem vigente, entretanto, defronte de uma próspera população negra no país, as influências nativas e africanas penetraram nos valores eurocêntricos impostos a sociedade brasileira através de uma mistura indissolúvel a tal ponto que o que hoje

consideramos genuinamente brasileiro faz parte muito mais das etnias indígenas e africanas que das europeias. A negação de direitos aos nativos e negros escravizados durante toda a formação da sociedade brasileira não foi capaz de anulá-los como povo.

### **2.3 Aspectos da gestão cultural adotada pós-implantação da república**

Ao final do Império, o movimento abolicionista conseguiu a libertação dos escravos, mas não a introdução destes no mercado de trabalho e para a elite brasileira e o governo interessava continuar com a exclusão do negro do plano político, social e econômico, levando-os a marginalização social que vinha sendo posta no Brasil desde a colonização possuindo resquícios até a atualidade. Para Nascimento (2002, p.29):

Sob a lógica desse processo, os negros do Brasil só têm uma opção: desaparecer. Sejam aniquilados pela força compulsória da miscigenação e da assimilação, ou através da ação direta da morte pura e simples. É assombroso comprovar que uma dinâmica fatal de erradicação vem ceifando vidas negras, ininterruptamente, há quatro séculos. E que, apesar dessa espada sinistra suspensa sobre sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta a menor chance de recuperar os fios rompidos de sua própria história: começar e recomeçar o esforço de dignificar seu ser, enriquecer sua cultura original, elevando-a a um nível de verdadeira instituição nacional.

A construção de inferioridade dos negros e seus descendentes, adveio de aspectos negativos disseminados desde o período escravocrata sendo constante e intensa evoluindo para o estabelecimento de estigmas e o preconceito racial. A ideia de supremacia racial passou a ser reconhecida pela monarquia brasileira, que propagava um conceito de mundo baseado nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade entre brancos justificando a exploração de outros povos.

Os negros atçaram o contexto político da época participando efetivamente dos confrontos: a guerra de canudos e as revoltas da vacina e da chibata que consistiram na luta por igualdade de direitos que lhes foi negada. O Movimento Negro iniciou logo após a abolição e foi registrada a criação de grupos, associações, grêmios, clubes para mobilizar a população negra a continuar a fazer resistência desta vez por melhores condições de vida.

A República foi marcada por crise econômica, descontentamento pela maior parte da população que se constituía de ex escravos. Estes foram entregues à própria sorte, pois as leis que vigoravam desde a monarquia continuaram em vigor, conseqüentemente ficando sem emprego e moradia, a educação era restrita só para brancos desde a constituição de 1824, não havendo nenhum interesse em integrá-los a sociedade, além da discriminação da cor, somou-se a população mais pobre, caracterizados como rejeitados, desprezados pela República, ficando segregados no ambiente socioespacial das favelas.

Nesta ambiência nasce o samba de uma mistura de ritmos africanos que estavam relacionados a referências religiosas que constituíam entre os negros uma comunicação ritual através da música e da dança, da percussão e dos movimentos do corpo. Os ritmos do batuque aos poucos foram anexando elementos de outras variedades de música, nascendo às ramificações do samba: samba de roda, samba de breque, samba enredo, samba canção, samba choro, samba de terreiro, samba de exaltação, sambalanço, samba de gafieira bossa nova, sambajazz, samba de partido alto, samba de morro, samba de quadra e pagode.

Logo foi proibido pelo governo por ser um ritmo ligado à religiosidade e a cultura negra, que vinham sendo marginalizadas, tidas como heresias no Brasil Colônia e Império, e na República passaram a ser tratadas como inferioridade racial, hoje sendo rejeitadas pelas Igrejas Neopentecostais. Nasceram como forma de resistência desde a vinda da África como etnias escravizadas para autoafirmação de sua identidade e sua cultura.

### 2.3.1 A sinalização da gestão cultural governo de Vargas

Mesmo com a proclamação da República em 1889, a condição social dos nativos não foi alterada. Continuou o processo de expropriação de suas terras fortalecido, sobretudo pelo avanço do capitalismo e da indústria.

A constituição de 1891, não teve na sua elaboração a participação popular fazendo permanecer o conservadorismo das elites agrárias dominantes, não abrindo espaços de afirmação social para a sociedade indígena no Brasil. Conforme Lacerda (2008, p.13):

[...] o tratamento a ser dado aos povos indígenas continuava a sair de restritos círculos das elites, como a proposta do Apostolado Positivista. Este propunha dividir o status jurídico dos índios entre “Estados Ocidentais Brasileiros”, compostos por grupos miscigenados, e “Estados Americanos Brasileiros”, compostos por “hordas fetichistas”. Mas a primeira Carta constitucional da República, a exemplo da do Império, também sequer mencionou a existência de indígenas em território brasileiro.

Em 1910, com intuito de continuar com o projeto de unidade nacional foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/NTN), figurando a categoria orientada pelo capitalismo, do “índio trabalhador nacional”. Em 1918 esse órgão foi transformado no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que continuou com a política de integração dos indígenas à sociedade brasileira. Sob acusação de corrupção o órgão foi extinto em 1966, substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essas instituições nortearam a política indígena durante o século XX com o propósito de integrá-los à sociedade brasileira.

A ideologia evolucionista sobre a humanidade e seu desenvolvimento em estágios com caráter etnocêntrico influenciou a visão governamental, todavia, a constituição vigente à época instituiu a figura jurídica da tutela e julgava os aborígenes parcialmente incapacitados, e mesmo admitindo a diversidade cultural entre muitas comunidades indígenas, a função da FUNAI era de incorporá-las, de maneira equilibrada, passiva, na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva de que essas sociedades tinham que evoluir para serem integradas ao convívio da sociedade tradicional, se negava, portanto, a cultura dos nativos. Em toda a República Velha não se fez alusão aos direitos dos indígenas, e sim as ideias de uma sociedade industrial alicerçada em uma matriz branca de origem europeia. Entre as Constituições de 1891 e 1934 não se fez referência aos direitos indígenas por parte da República brasileira, corroborando para a invisibilidade cultural.

As Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969, referem-se de forma tímida aos direitos territoriais indígenas como uma condição política e social herdado da forma de apropriação e concentração de terra pelo processo de colonização do Brasil.

A política indígena oscilava marcada por contradições em relação às questões étnicas. A Constituição de 1934 o único artigo referente aos índios, foi historicamente ignorado, considerando o país em um momento político instável, Lacerda (2008, p.14), assim se refere a essa conjuntura:

À época o mundo estava à beira da II grande guerra. Setores influentes do Estado Novo não conseguiam esconder uma forte simpatia pelos sentimentos de intolerância que marcavam o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Em relação à questão indígena, embora contivesse um dispositivo prevendo o tratamento a ser dispensado às terras indígenas, a [constituição] de 1937 omitiu-se quanto ao lugar dos povos indígenas na sua relação com o Estado brasileiro e sua sociedade. Com tal omissão, não previu a incorporação dos índios à comunhão nacional, mas também não cuidou do reconhecimento de suas identidades próprias.

Aliado a invisibilidade da diversidade étnica no país, o ideal de branqueamento da população brasileira, defendido pelo positivismo científico presente entre os militares da época, não admitia que a diversidade ameaçasse o projeto de construção de uma unidade nacional perseguida a séculos.

Na Era Vargas houve conquistas na legislação trabalhista e previdenciária, porém foram excluídos os autônomos, domésticas, trabalhadores rurais. Esses políticos foram orientados pelo positivismo, numa perspectiva onde o estado se antecipava as lutas de classes e condicionava formas de concessão de direitos por um estado paternalista.

Em um esforço pra consolidar o poder e redefinir o território nacional contextualizado na preocupação da composição da raça, influenciou à época, a política de integração do indígena à sociedade brasileira, sob o pretexto ideológico de implantação da construção de um Brasil novo. Esse processo busca a romantização do nativo consagrando-o como um ícone cultural. Conforme Costa (1943, p.13), o índio nos deixou de herança:

A mansidão, a delicadeza no trato, certa ironia que dispensamos às pessoas, a meiguice para os animais, a acuidade para todas as coisas. Veio-nos também a força no sofrimento, a ternura contemplativa pela terra, o apego excessivo às crianças, a sensibilidade com que envolvemos em nossa simpatia o mundo que nos cerca.

À exaltação as qualidades indígenas transmitiam uma mensagem velada de benevolência do governo Vargas e o poder político do SPI, ou seja, civilizar nativos sem uso da repressão em sintonia com os objetivos do estado de integrá-los a sociedade.

Para o governo Vargas, a integração do indígena à sociedade beneficiaria o país em seu projeto industrial, na condição de gerar mão de obra produtiva. Vasconcelos (1939, p.34):

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam 'quistos raciais' dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu.

Após breve análise das leis da Colônia até a Era Vargas na República, notamos a invisibilidade e exclusão impostas ao indígena e ao negro por quase cinco séculos, por parte dos governos, e reforçados pela elite brasileira que se vincula ao projeto de modernidade sem perder as suas características de poder de mando local que se apoiou no mundo agrário.

Havia uma ausência de cidadania, ou seja, o Brasil para seus moradores era abstrato, não palpável. E com dois grandes problemas a serem resolvidos, o trabalho livre e a educação. Conforme Ribeiro (2001, p. 89):

O império ao se desmoronar, deixou insolúveis os dois maiores problemas nacionais: a organização do trabalho livre e o da educação. O trabalho porque a escravidão chegara até as portas da República e o trabalho livre permanecera sem qualquer organização.

O projeto desenvolvimentista do Governo Vargas visava a expansão da indústria, a qual tivesse capacidade de amortecer as importações e conseqüentemente reduzir a subordinação do país ao comércio internacional. Na intenção de integralizar o mercado nacional na direção da reestruturação econômica foi inevitável crescer os sistemas viários e urbanos das capitais.

O meio rural seria responsável em suplementar as atividades industriais com matéria-prima para a indústria nacional, além de alimentos para a população e produtos para exportação. Foi preciso desenvolver o campo através da educação agrícola que se baseava na formação de mão de obra habilitada e assegurar a sua estada no campo. Acreditavam que a modernidade conservadora do campo integraria o meio rural como um todo no sistema capitalista, e com o tempo existiria uma sociedade urbanizada e industrializada, até no meio rural.

Não obstante, os camponeses serem desprezados pela história oficial do país, a categoria não desaparece, mantendo-se desde o período colonial a existência de trabalhadores em terras mais afastadas e sem valor para época. Também nos quilombos e nas missões onde indígenas e negros cultivavam a terra para a sua

subsistência. Com a expulsão dos padres das missões no Brasil e a abolição da escravidão, os nativos e negros continuaram nestes locais como posseiros. Como os ex escravos foram expulsos das fazendas, passaram a viver nas periferias das cidades vivendo de pequenas ocupações e dos trabalhos agrícolas assalariados e outros migraram para os espaços mais afastados em que já estavam radicados pequenos produtores rurais, nas palavras de Delgado (2004, p.14):

Esse setor de subsistência sobreviveu à abolição da escravidão, entre outros fatores, por ser um subsistema independente do escravismo e, de certa forma, ser também autônomo relativamente à monocultura exportadora – embora não o seja em relação ao regime fundiário vigente.

Eram camponeses que viviam das formas mais rudimentares na agricultura com pequena produção, sem recursos, não muito participantes do mercado, e da vida urbana, tidos como atrasados no meio social e econômico.

A despeito de toda a realidade vivida pelos camponeses e pelos grupos sociais ligados ao setor de subsistência da economia brasileira, os atos do governo se direcionam as famílias que sempre estiveram de acordo com a ideologia da modernização da produção na investida de negar o campesinato brasileiro.

Entretanto, os pequenos agricultores sentiam-se insatisfeitos com os atos praticados pelo governo não aceitando passivamente essa situação, contrapuseram-se a coerção dos capitalistas, latifundiários e do Estado, apresentando-se em seguida uma fase de contendas por direitos sociais e uma vida meritória, pois a desigualdade entre as classes sociais era enorme. Dentre os direitos reivindicados está a reforma agrária, ou seja, que as terras brasileiras fossem distribuídas de forma justa e efetiva. Existiram muitas revoltas, dentre elas as mais conhecidas: guerra de canudos, revolta da armada, revolta da vacina, revolta chibata, guerra do contestado, levante do forte de Copacabana e a revolta paulista.

Contudo, afirmamos que uma afluência de peculiaridades do jeito de vida camponês, da produção e reprodução social de comunidades rurais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, com variadas distinções continuam sobrevivendo e estão passando por uma ação de reconhecimento de seus direitos por parte da sociedade civil.

Hoje, o Brasil mesmo com a Constituição de 1988, desrespeita as conquistas no campo jurídico político fazendo permanecer a ótica governamental da integração

do povo indígena à sociedade. Os índios continuam na contemporaneidade na defesa do seu território. Da mesma forma os negros que adentraram a República, excluídos da participação política e social dando continuidade ao projeto de aculturação que se desenvolve desde o sequestro dos negros na África e trazidos ao Brasil para serem escravizados.

A contra aculturação imprimida pelos indígenas e negros aos colonizadores foi uma reação à percepção que tiveram da perda dos elementos culturais como revela Ullmann (1991, p.321) “[...] estar sendo solapado em seus princípios, desagregado em sua personalidade, sacudido em suas emoções [...]” corroborando para o imenso legado que nos deixaram no campo cultural. Esse legado é perceptível na dança, na música, na religião, na culinária, nos costumes, hábitos, no artesanato, nos vocábulos agregados a nossa língua oficial.

Na atualidade estas etnias estão ainda resistindo aos crimes de racismo como uma herança historicamente construída. Nesse contexto suas tradições culturais são submetidas ao enfraquecimento e desvalorização dos seus protagonistas. A desvalorização das culturas indígena e negra é marcada pela ausência de políticas públicas comprometidas com o repasse dos saberes para as futuras gerações. A resistência indígena e negra através de organizações sociais, no entanto, emerge como forma política de conquista e preservação de seus direitos e afirmação de suas identidades.

A globalização e a sociedade de mercado não destroem as identidades nacionais, mas poderão ao mesmo tempo, ser uma ameaça ao elaborar modernas identificações globais e locais, estimulando os modos de apoderamento cultural com objetivos comerciais afastando o objeto do seu contexto cultural e levando-os aos meios de comunicação social para ser comercializado, e isso faz com que se perca a significação do seu lugar de significação.

#### **2.4 Contextualização histórica das etnias culturalmente impactadas com a ocupação formal do cariri**

O autor Abreu (1930 apud Filho Figueiredo, 2010, p.9) fala que “Terrível a resistência dos Cariris talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país”. Filho Figueiredo (2010, p.9) ainda complementa:

Os indígenas que viviam aqui como em outras importantes regiões nordestinas eram de bravura inexcedível e a significação de seu nome que quer dizer ser covarde, apelido dado pelos tupis, não passa de mentira indigna de registro.

O ápice da resistência dos indígenas Cariris se deu entre os anos 1683 a 1713, chamada de Confederação dos Cariris ou guerra dos bárbaros, no Ceará, que sediou os principais conflitos. Nem os bandeirantes paulistas e de São Vicente conseguiram debelar o conflito na região. Segundo Filho Figueiredo (2010, p.9): “Como vimos, até os bandeirantes paulistas tiveram de romper longos e ínvios caminhos a fim de destruir os mais bravos indígenas que encheram as selvas do Brasil”. Mas mesmo assim não conseguiram acabar com a guerra, pelo contrário ampliou-a com a adesão de outras tribos do baixo Jaguaribe.

Tendo seu encerramento em meados do século XVIII, com a ação do regimento de ordenanças do Coronel João de Barros Braga, que se vestia de couro e com homens conhecedores do terreno, como também sabendo a maneira de guerrear dos aborígenes, dizimaram todos os índios que encontraram, como informa Pinheiro (2010, p. 9): “Para acabar com a rebelião, foi necessário que os atacassem com tropas no rio São Francisco, Piranha, no Jaguaribe, no Parnaíba, por gente de S. Paulo, da Baía, de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará.”

Os colonizadores tinham superioridade militar, somando-se a isto, os nativos tinham dificuldade em unir-se contra os brancos, devido a rivalidades tribais. Suas escolhas e ações hoje são entendidas como decisivas para vitórias ou derrotas, os que conseguiram sobreviver fugiram deslocando-se para as serras menos frequentadas pelos colonizadores. Ficaram também nas aldeias sob a proteção dos missionários e outros escravizados pelos fazendeiros para tratar do gado, os que desafiavam a ordem eram mortos como animais. Filho Figueiredo (2010, p.11), relata que:

Todavia, em 1780, restavam poucos descendentes dessas tribos bravias, que foram transferidos para as vilas de índios mansos das cercanias da sede da capitania do Ceará: Paupina ou Messejana, Arronches ou Parangaba, Caucaía ou Soure, onde foram, dentro de algum tempo, absorvidos pela população local.

Para os europeus, os indígenas eram um obstáculo, visto que dificultavam a posse das terras e impediam a exploração de metais preciosos para a coroa portuguesa, comprometendo as aspirações econômicas portuguesas. A abordagem

que enfim propomos consiste nos conflitos culturais decorrentes do projeto colonizador, legitimado pela igreja católica romana.

Os missionários Capuchinos da ordem franciscana tiveram uma participação importante na formação dos povoados do Cariri cearense, pois foram eles que na missão de catequizar o nativo, erguiam capelas e aldeamentos, onde as pessoas foram erguendo suas moradias ao redor delas contribuindo na formação dos povoamentos e vilas.

Nesse processo se busca negar a cultura, identidade, tradições arraigadas na subjetividade do ser humano. Porém, mesmo com a aculturação as resistências indígenas impediram o aniquilamento total das suas práticas culturais.

O próprio nome da região sul do Ceará, foi herdado dos índios Cariris, e sete dos vinte oito municípios que compõe o Cariri cearense tem nomes com origem indígena. Nesse sentido Filho Figueiredo (2010, p. 6) diz que: “esta família foi encontrada ocupando uma área não muito extensa, que se estendia do sul do Ceará ao centro da Bahia e do oeste de Pernambuco”, o autor complementa ainda que (2010, p. 7):

Thomaz Pompeu Sobrinho, autoridade incontestável no assunto, é de parecer que os primeiros grupos de índios Cariris estabelecidos no sul do Ceará, provavelmente no IX e X séculos da era cristã. Vieram do São Francisco, onde teriam chegado no século IV e V.

Atualmente, no estado do Ceará as comunidades indígenas Kariris remanescentes estão no município de Crateús, São Benedito e Crato.

## **2.5 Aspectos indígenas da cultura herdada**

A materialidade do Espaço pretende orientar a cultura indígena só no final do século XX, casas com cobertas e paredes de palhas, e nas duas últimas décadas ainda do século XX, cobertas de palhas e paredes de barro, como afirma Filho Figueiredo (2010, p.8): “a própria habitação do pobre é copiada, em partes dos aborígenes”.

As frutas degustadas pelos índios, retiradas das florestas do Cariri, ainda integram a alimentação. Como descreve Filho Figueiredo (2010, p.8): “No Cariri, tudo concorria à vida fácil e primitiva, com a natureza a fornecer, em abundancia a

macaúba, babaçu, pequi, araçá, banana, buriti, caju e sua castanha, e outras frutas silvestres”. Também muitos dos chás caseiros que tomamos hoje é herança indígena tais como: capim santo, alfavaca, boldo, aroeira, babosa, mastruz, quebra pedra, pata de vaca, pega pinto, anador, urucum.

A agricultura foi outro fator cultural herdado dos nativos. Na prática da agricultura de subsistência, cultivavam a mandioca, milho, algodão, batata doce, inhame, abóbora, amendoim, que facilmente são encontrados em nossa culinária Filho Figueiredo (2010, p.8) comenta que: “A cultura da mandioca, com preparo da farinha, foi outra boa herança do índio” [...] “As culturas do milho e do algodão foram também originárias do índio”.

Essa prática agrícola e hábitos facilmente passaram a integrar a vida dos sertões, sendo comum o consumo do arroz com feijão e farinha misturados, da farinha são feitos: beijus, pirão, sequilho, tapioca, puba, do milho: canjica, cuscuz, milho verde assado ou cozido, encontramos também a batata doce cozida, e o amendoim.

É comum encontrarmos nas feiras livres e mercados no interior, utensílios expostos à venda artisticamente produzidos de origem indígena, tais como, a urupemba, o abano, o balaio, esteiras de palha de palmeira e artigos de cerâmica como vasos e pratos. Nesse contexto até o século passado sítios e fazendas fabricavam sabão extraindo o óleo de noqueira e do tingui; A rede é outra importante invenção indígena. As que faziam eram do algodão, que plantavam, colhiam, fiavam, teciam, associando a agricultura com a fabricação nativa do tecido.

As danças se projetam na cultura como forma de homenagem aos mortos, expulsar doenças, espantar os maus espíritos, agradecer a colheita, pesca e caça, como marcar a mudança do jovem para fase adulta ou se preparar para a guerra e os movimentos corporais tinham inspiração na fauna e na flora.

Introduzida pelos povoadores do Cariri, no campo das danças a musicalidade, Filho Figueiredo (2010, p.23) acrescenta:

O folclore do Cariri, conservado quase puro ainda, apesar dos abrolhos surgidos em seu caminho, ainda é outra grande prova de que a colonização do vale foi realizada por elementos que não procederam do norte cearense. Em Fortaleza e arredores não se conhece o zabumba de couro. É quase desconhecido ali o maneiro pau.

A origem dos componentes da banda cabaçal “Irmãos Aniceto” em Crato/CE é indígena como afirma mestre Chico Aniceto (*apud* ASSUMPÇÃO, 2000, p.15 - 17) “A banda cabaçal vem desde a criação do mundo. Você já viu o retrato do Descobrimento do Brasil? Pois bem, pode reparar direito que lá tem uma banda de música dos índios tocando”. Como diz a arqueóloga Roseane Limaverde (*apud* VICELMO, 2009, s.p.): “Mais do que isso: o biótipo, as danças, trejeitos, lendas, credices, usos e costumes dos nossos ancestrais estão presentes no dia-a-dia caririense”. O escritor Assumpção (2000, p. 67) complementa:

Manifestações desta ordem brotam de maneira muito natural no imaginário desses homens. É senão denúncia explícita de herança indígena, resíduo da origem cariri absorvido por eles na criação. É, enfim, reflexo de seu modo de Ser no mundo. Tradição herdada e inventada: cito aqui exemplo, na performance, de integração totêmica em número criado por eles próprios, os mais novos.

Muitas cidades tem parte de sua população com traços indígenas dos índios da Nação Cariris, tais como, Crateús, São Benedito e Crato. Supõe-se terem sido encontrados remanescentes na cidade de Nova Olinda no Cariri, no sítio Poço Danta a vinte cinco quilômetros da cidade. Trata-se de uma comunidade formada por cinquenta famílias, que ainda vivem da agricultura de subsistência e pesca tradicional. Como conta o repórter Antonio Vicelmo (2009, s.p.):

Com 72 anos, cabelos brancos, a mais velha moradora da comunidade é Nilza Cariri. Ela conta que sua avó foi trazida por um rico proprietário rural para o sítio Poço Danta. O proprietário fez questão de registrar os índios que trabalhavam com ele com o sobrenome Cariri. A família, então, se isolou no sítio Baixa Danta, uma aldeia afastada, que ainda mantém hábitos e costumes dos seus antepassados.

As características culturais herdadas dos Cariris decorrem de um processo de transmissão de saberes entre suas novas gerações que historicamente resistem ao processo de aculturação. A produção da cultura material (objetos e utensílios) está associada às atividades cotidianas necessárias a sobrevivência dos indígenas. Trata-se de uma produção muita diversa, devido a grande quantidade de povos indígenas diferentes que existiam no país.

Essa produção artesanal e utilitária tinha uma concepção de funcionalidade social para os índios, contrapondo-se a contemporaneidade que a concebe além de

utilitária uma função artística que permite explorar as ideias e emoções interferindo culturalmente o meio em que vivemos.

A Celebração mais importante para os índios Cariris concentrava-se na divindade Varakadrin. Esta solenidade mantinha um ritual onde participavam o pajé e os mais idosos da aldeia que acontecia dentro de uma cabana com duração de até quatro dias. Nota-se a ênfase dada à utilização das cabaças furadas caracterizando figuras assemelhadas ao ser humano e o uso do fumo. Após está cerimônia, os idosos faziam previsões para o futuro na aldeia.

Essa religião resistiu ao tempo, e de forma ressignificada através da justaposição de sistemas religiosos, a exemplo da cristã-indígena no Brasil, a sabedoria ancestral das rezadeiras, curadores ou benzedores, que por meio da fé com ramos verdes, terços, panos, gestos em cruz feitos com a mão curam as pessoas que lhes procuram. Para Barreto (apud Avelino Neto, 2016, p.2): “A rezadeira é um sincretismo dos pajés com os rituais, rezas católicas e, dependendo da região, com sincretismo afro. Aqui no Ceará é mais o indígena e católico”. E diz mais ainda que “Faz parte da cultura popular e está arraigado no nosso imaginário, na mesma linha de quando você pede a bênção e a pessoa responde Deus te dê saúde, fortuna e felicidade”.

Apesar do processo de aculturação a resistência e a continuidade dos saberes não permitiram o desaparecimento total das suas tradições ritualísticas, musicais e alimentares.

## **2.6 Aspectos afros da herança cultural no cariri cearense**

A falta de uma literatura que aborde a participação afro na contribuição histórica do semiárido impossibilitam dados e informações que orientem uma abordagem mais concreta de sua inserção na vida sertaneja. Sobretudo, nega o sofrimento a eles impostos e busca silenciar castigos e abusos, pelos quais passaram, independente de qual trabalho estivesse exercendo. Carneiro (2007, p.33) afirma:

Apesar de certos argumentos racistas insistirem em dizer que no Ceará não havia negros, eles foram traficados, vendidos como mercadoria de troca, num tráfico interprovincial de escravos, onde milhares de africanos provindos de vários grupos de referência –

'nações' – aportaram em nossas terras, passando a conviver com a dor e o ódio racial da escravidão.

Tem-se ignorado as péssimas condições de vida impostas pela estrutura econômica e de poder. Tenta-se omitir a exploração que a eles impuseram à condição de mercadorias, raça inferior, trazendo uma consequência devastadora para contemporaneidade, o racismo.

Vale ressaltar a existência de pessoas negras livres, no Ceará provenientes de outras regiões do nordeste, atraídos pela dinâmica do povoamento e da exploração econômica da região, onde se prosperava a agricultura e a pecuária. A maioria instalava-se nas fazendas, exercendo o trabalho como vaqueiros ou camponeses.

O trabalho não qualificado se realizava por escravos, contextualizando um sistema herdado da dinâmica colonial. As consequências deste passado deixaram profundas marcas, entranhadas nos indivíduos, que favoreceram a legitimação do racismo estrutural no Brasil. Este remonta e dialoga com a superioridade intelectual, física e moral da raça branca associada ao evolucionismo e ao progresso, exercida pelos europeus, sobre as colônias na África e Ásia. Faz-se uso da ideologia evolucionista para justificar a exploração de outras etnias, subjugando povos e as suas culturas. Assim se legitima o racismo, e a ideia da superioridade da raça branca sobre povos dominados da Ásia, África e da América.

O racismo é uma temática que deve ser debatida por pessoas negras e não negras, numa tentativa de atenuar o ódio entre as etnias no Brasil. Vejamos o que diz o historiador Cleber Santos Vieira (*apud* RIBEIRO, 2017, p.6):

A história do negro brasileiro após a abolição é uma trilha do caminho vicioso da favela e da rua. Existe uma discriminação ocupacional e salarial, que se utiliza da ideia de que o trabalho do negro não vale tanto quanto os demais.

A resistência dos povos africanos ao projeto do colonizador tem seu início a partir das suas lutas travadas na travessia do atlântico, e até nos episódios de suicídios como opção para não viverem aprisionados. Empreenderam muitas lutas e fugas dando início a formação de quilombos, mocambos e as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos como forma de resistência aos colonizadores.

Vendidos como mercadorias, seus donos queriam impor-lhes outra cultura. Como sucedeu ao nativo, também a eles foi proibido a sua religião, de matriz africana,

costumes e cultura expressa pelas músicas e danças sendo obrigados a converterem-se ao catolicismo da igreja católica romana.

A existência da escravidão no Brasil além de ter instituído o fundamento da economia material da sociedade brasileira originou também seu desenvolvimento cultural em várias áreas. A cultura africana em todo o país é demonstrada sobre tudo, tendo em vista seu percurso repleto de sofrimentos e preconceitos que se perpetuam ao lado da cultura. Uma história ambígua em que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui da vida social, mas que consome toda a herança cultural herdada dos africanos.

Justificando-se assim o atraso na colonização do Cariri Cearense, que só veio a ter um povoamento formal no início do século XVIII, decorrente da intensificação das concessões de sesmarias. De acordo com o padre Antônio Gomes de Araújo (*apud* FILHO FIGUEIREDO, 2010, p.26): “O Cariri Nôvo não é criação desses sesmeiros, porém, daqueles que, a retalho, lhe foram absorvendo os extensos feudos rurais, com o que se fundou a pequena propriedade, base da grandeza desta parte do Ceará”.

Existem hipóteses da existência de escravos negros no século XVII, trazidos por baianos que adentraram as terras do Cariri cearense a procura de terras para criação de animais, e com eles trazido escravos, mas foi no vizinho município de Exu em Pernambuco, que os bandeirantes da Casa da Torre da Bahia chegaram, Filho Figueiredo (2010, p. 20), informa que “Leonel de Alencar Rêgo, avô da heroína Bárbara de Alencar, da revolução de 1817, de Crato, fundador da fazenda Caiçara, foi rendeiro da família Ávila”.

Os baianos foram os colonizadores do Cariri. “Os colonos baianos, lado a lado de seus congêneres de outras procedências, foram os autênticos povoadores do Cariri” (p. 22). Quando “Encalçando índios belicosos, ou movidos pela ânsia da fundação de currais e vacaria, os sapatões dos sertanistas despertaram o Cariri nos últimos decênios do século 17” (p.20).

Na metade do século XVIII, com a exploração de Minas em São José dos Cariris, atual Missão Velha, foram introduzidos escravos de forma oficializada. Contudo essa atividade não teve sucesso, tendo suas atividades encerradas após dois anos de exploração. Conforme Studart (2004, p. 76 - 79): “A mão de obra escrava

da Companhia das minas de São José dos Cariris era composta por sessenta e seis escravos [...]”.

A lei de terras instituída em 1850 pelo império, que regulamentava o acesso à terra contribuiu para o povoamento regional, onde o trabalhador livre, pobre e sem terras teve que adaptar-se às novas regras. Essa massa de trabalhadores pobres e livres chegou ao Cariri cearense condicionada pela necessidade dos serviços de trabalhadores nos estabelecimentos rurais dos produtores de terra.

O processo de criação das vilas no Cariri cearense durante o século XVIII fomentou a dinâmica econômica, pois, além da pecuária, a agricultura foi expandida com a intensificação da cultura algodoeira no final do século XVIII, mas ainda para consumo no país tendo o seu pico entre os anos de 1850 a 1860. De acordo com Figueiredo Filho (1966, p.117):

De um ano para o outro a província cobriu-se de algodoads; derrubavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto.

E no século XIX a de cana de açúcar, tornou-se a principal cultura, trazida a semente não se sabe precisar de onde. A colheita a princípio abastecia os engenhos na produção de rapadura e aguardente. Como afirma Brasil (1997, p. 360):

No Cariri (Crato e Jardim) onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro quase toda a cultura de canna reduz-se ao fabrico de rapadura, melaço e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar e já em 1858 exportaram-se 10.000 arrobas. O Cariri e Serra-Grande exportam imensas quantidades de rapadura, melaço e aguardente para as províncias vizinhas do Piauí, Pernambuco, Parayba e Bahia.

Em Barbalha na metade do século XIX predominava o plantio da cana de açúcar, condicionado pelo solo, o massapê próprio para este cultivo. Com a dinâmica da economia canavieira, houve um acréscimo considerável de escravos no cariri, que eram comprados das províncias vizinhas. Conforme Funes (2004, p. 110): “[...] o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel e de ganho”.

No Cariri cearense houve formação de quilombos onde tinham liberdade para a prática de sua cultura, e religião. Eram comunidades organizadas, que plantavam para a subsistência de todos. Muitos dos mocambos foram incorporados aos quilombos.

Na atualidade continuam vivos os remanescentes dessas comunidades, onde seis delas já receberam certificação. São elas: Potengi – sítio Carcará, Porteiras - Souza, Salitre - Serra dos Chagas, Renascer Lagoa dos Crioulos, Nossa Senhora das Graças do Sítio Arapuca, Araripe – Sítio Arruda.

O grupo de valorização negra do cariri – GRUNEC realizou em parceria com as Cáritas Diocesanas um mapeamento destas comunidades negras no ano de 2010 no intuito de dar visibilidade sobre tudo para o desenvolvimento de políticas públicas para esta população.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram utilizadas por senhores e escravos, sendo seu objetivo maior a devoção à santa, mas também com funções de instrução aos escravos e arrecadação de dinheiro para compra de alforrias conforme o relato de Albuquerque, Lima e Alves (1990, p.24):

As irmandades representam muito mais que as festividades. Foram um instrumento de solidariedade étnica e reivindicação social. Promoviam o fortalecimento do sentido religioso e a possibilidade do desenvolvimento do culto aos mortos, a garantia dos ritos funerários, o incremento do desejo de ser alforriado pela compra cooperativa da carta de liberdade, a partir dos fundos arrecadados pelas irmandades.

Instituídas no Brasil pelos escravos no final do período colonial, encontramos na história nove delas em pleno funcionamento no início do século XIX no Ceará, sendo duas no Cariri cearense em Crato e em Barbalha. Em relação à de Barbalha, Pinheiro (2010, p.238) afirma que:

[...] permitia que dela participasse 'pessoas de ambos os sexos, condições e cores que por devoção nela quisessem ter ingresso, sendo, porém, privativa dos pretos toda a administração da mesma Irmandade, com exclusão dos brancos e pardos, que não poderão ocupar cargo nenhum, exceto o de tesoureiro, administrador e procurador, ou outro qualquer por devoção'.

A ata de inauguração da Igreja do Rosário em Barbalha relata o desejo que os homens de cor tinham pela fundação de um templo dedicado à santa, até que em 1860 conseguem construir os alicerces que infelizmente foi soterrado pelos rigorosos

invernos. Seus promotores passaram a angariar fundos através de festividades todos os anos reiniciando os trabalhos da construção em 1895.

A abolição da escravatura demarcou a exclusão socioespacial dos negros na condição de indesejados da República, ficando fora do mercado de trabalho. O governo republicano priorizava propriedades rurais como instância da economia capitalista. Nestas circunstâncias a economia e o poder expressos passaram a ser centrado na produção que impôs a expulsão dos negros e de suas comunidades dos territórios do mundo. Assim se processou a desterritorialização dos negros que implicou no comprometimento das suas tradições culturais herdadas. Exceto espaços conquistados e legitimados pelas comunidades negras como no caso de quilombos com suas respectivas comunidades.

A República foi desprovida de políticas públicas básicas de garantia de moradia, saúde e educação. A campanha abolicionista movida por a elite econômica não tinha espírito solidário ao negro, e suas reformas sociais não expressavam caráter democrático. Conforme ratifica Lima Barreto (apud Maringoni, 2011, p.5) “Nunca houve anos no Brasil em que os pretos [...] fossem mais postos à margem”.

Nesta luta de resistência ao processo de dominação dos colonizadores, existe no Cariri uma cultura herdada dos antepassados negros, materializada nas comunidades rurais e periferias das cidades, que mantém vivos, grupos de brincantes, tais como o reisado, maculelê, coco, capoeira, samba, etc.

No Cariri Cearense o reisado chegou no final do século XIX e pode ser encontrado hoje em diversas cidades tais como, Juazeiro do Norte, Crato, Jardim, Milagres, Mauriti, Missão Velha, Cedro, Campo Sales e Barbalha, que tem entre suas manifestações culturais o reisado de congo, reisado de baile e reisado de couro único na região.

A festa dos reis congos, que havia em Barbalha no período colonial, citadas na ata de inauguração da Igreja de Nossa senhora dos pretos, onde se descreve o ritual que se assemelha à coroação da Rainha do Maracatu e às expressões de danças em forma de luta e batalha semelhantes ao reisado como disse Pinheiro (1963, p. 534-535):

O enrêdo era simples e versava em torno de uma guerra, na qual um povo ignorado triunfava dos Reis Congos e lhes mandava um

embaixador exigindo que o príncipe herdeiro da Coroa jurasse fidelidade e afirmasse vassalagem perpétua aos seus dominadores, vassalagem, aliás, já imposta e aceita pelos próprios Reis Congos. [...] o embaixador, em tom arrogante, obtém a confissão de submissão do rei égide o juramento do príncipe. Rei e rainha, humilhados em soberania, acovardados e miseráveis, imploraram ao príncipe o juramento que havia de pôr termo à luta. O príncipe resiste intransigente, a rainha, vendo-se perdida, faz um voto à Virgem do Rosário. A resistência do príncipe salva a situação, trocam-se, então, os papéis, a luta continua, o tinir das espadas casa-se com a dos canhões guerreiros, agora reanimados pela força de vontade de seu chefe, sendo vencido e feito prisioneiro o embaixador com seu trôço.

A dança de origem africana e religiosa fazia parte da apresentação do reisado, eram negros que acompanhavam o cortejo até a igreja, e após a coroação dos reis faziam um batuque em homenagem ao santo em especial a Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos homens negros. A tradição se perdeu no tempo e o grupo juntou-se ao carnaval conservando elementos próprios chegando a Pernambuco no início do século XIX.

Uma dança afro-brasileira que segue um ritual e é dirigida por bonecas negras feitas em madeira, com trajés bem produzidos, além delas traz também toda a corte africana (reis, rainhas, príncipes, princesas, nobres, etc) com ritmo iniciando-se compassadamente e aos poucos vai acelerando.

As músicas afro só foram aceitas e reconhecidas politicamente pelo governo partir das primeiras décadas do século XX. Antes eram perseguidas, e negada a sua legitimidade, sendo o samba e os terreiros de candomblé alvos de batidas policiais, dificultando a propagação cultural e a sua demarcação na música popular brasileira.

Na literatura de origem africana é muito vasta em contos e lendas principalmente as de assombrações. E ainda o artesanato em barro e palha, técnicas de fabricação de instrumentos musicais: agogô, atabaque, bem como a fabricação de utensílios da cozinha tais como: pilão, pedra de ralar, peneira, colher de pau, alguidares, quartinhas, moringas de barro, e almofariz e no vestuário: saias largas, rodadas de tecido vistoso, chalés de pôr nas costas, turbante, braceletes, argolões e balangandãs.

Da culinária herdamos dentre outros, a feijoada, o acarajé, o vatapá, a moqueca, o cururu, com exceção da feijoada são pratos preparados com o azeite de dendê extraído de uma palmeira africana.

Como já evidenciado, o candomblé se constituía numa prática proibida, onde a fé dos nativos era exercida utilizando as imagens de santos europeus, dando-lhes nomes dos orixás e ocultando assim a sua crença. Contudo nas últimas décadas têm - se visto críticas a justaposição de sistemas religiosos e algumas casas de Candomblé no Brasil consideradas fundamentalistas, rejeitam a justaposição da religião afrocatólico, e procuram recriar o Candomblé mais próximo do cultuado na África.

Apesar das discussões em torno da palavra Cafuné entre os antropólogos, pois não sabem ao certo se é indígena ou africana, pois apresentam indícios de origem nas duas etnias que colaboram para a dúvida. Porém, todos concordam que o seu significado é o mesmo, ou seja, “Simples ato de acariciar, adormecer, contemplar ou relaxar alguém. Ato com raízes na intimidade e no carinho. Uma carícia marota. Estalidos na cabeça de alguém. Imitação à caça a piolhos”. O cafuné está presente em todo o nordeste brasileiro, por cidades e sertões, em diferentes realidades.

No processo histórico de formação e povoamento o Cariri cearense sob a ratificação da igreja católica romana foi produzindo simbologias que interagem com a espiritualidade do povo sob as formas mais variadas, igrejas, estátuas, cruzeiros, etc., estando estas construções ligadas a datas especiais para o povo. Nesse mesmo sentido as manifestações culturais de tradição agrária exteriorizam muita alegria, brincadeira, porém tem um cunho religioso associado a igreja católica romana, que homenageiam algum santo ou acontecimento católico.

Parte dos folguedos da cultura herdada dos nossos antepassados das etnias africana, indígena e portuguesa, os observamos na cidade de Barbalha/CE, que possui 62 grupos de brincantes distribuídos pela zona rural do município e periferias da cidade, representados por estas tradições: Reisados, Capoeira, Maracatu, Maculelê, Penitentes, Incelências, Cocos, Pau de fitas, Bacamateiros, Dança da maresia, Maneiro Pau, Cesário Pinto, Capim da Lagoa, Dança do milho, Careta, Mateu, Quadrilha, Lapinha, Dança Afro Dandalunda , Samba de Balaio, Som da Madeira, Samba de Roda e Banda Santa Liduína, todavia ainda vinculados apenas ao desfile pela manhã no dia do pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE, e fadados ao desaparecimento por falta de políticas públicas que possam garantir a sua sustentabilidade.

Os lugares da memória que perpassam gerações dão vida a representações materiais e imateriais, conseqüentemente constituindo patrimônio independente de políticas culturais, justificadas a sua criação, o processo de reconhecimento da identidade de um povo, que garantam a sua preservação.

### **3 EDUCAÇÃO E CONSISTÊNCIA DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O RECONHECIMENTO DOS SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS**

A despeito da maior notoriedade que o tema da preservação do patrimônio histórico-cultural adquiriu nos últimos 20 anos, ainda continua periférico tanto na legislação quanto na gestão municipal. As leis de salvaguardas do patrimônio imaterial devem ser mais específicas no campo dos saberes e práticas culturais, a nível nacional e conseqüentemente nas outras esferas da união, pois devem estar conectadas para um melhor aproveitamento e desenvolvimento das ações.

Para dar consistência à valorização do patrimônio cultural e o devido reconhecimento dos saberes e práticas culturais em Barbalha/CE, necessário se faz a revisão da lei orgânica municipal e do plano diretor para neles se inserir, a política de preservação dos patrimônios material e imaterial como também a política educacional, que contemple a educação patrimonial no ensino infantil e fundamental das escolas municipais.

Contudo, estas condutas devem ser colocadas em prática, de outra maneira, pois não avançaremos com a política preservacionista. Segundo Castriota (2009) é muito importante na construção do Plano Diretor tratar com atenção a gestão do patrimônio cultural, sendo necessária a criação de mecanismos específicos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os momentos, isto é, desde a identificação deste patrimônio até as discussões sendo de extrema relevância um debate democrático a respeito do tema com a abrangência da sociedade civil através dos conselhos municipais de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural local. Considera ainda que a formulação destes Conselhos representa o rompimento do caráter hierárquico tradicional das políticas públicas, ampliando-se a participação das comunidades, na produção, discussão, fiscalização e decisão sobre a efetivação das políticas de planejamento e desenvolvimento social urbano (CASTRIOTA, 2009).

No entanto, para a elaboração destes conselhos, é necessário que os municípios se organizem em torno da premissa da preservação, pois para haver valorização e reconhecimento do patrimônio cultural de bens materiais e imateriais, o município tem o dever de estar organizado em torno dessas premissas que envolvem

a legislação que dá suporte a manutenção desses bens valiosos para a comunidade em questão.

Separar as políticas públicas urbanas e as políticas de patrimônio é complicado, posto que tanto o patrimônio cultural edificado quanto o imaterial podem ser considerados como estrutura da memória social local e, por conseguinte precisam estar inclusos nas legislações municipais, serem debatidos e mais do que isso, é primordial um comportamento ousado dos gestores municipais relativo ao assunto.

### **3.1 A UNESCO e a proteção aos bens culturais**

A Organização das Nações Unidas – UNESCO promove desde a sua fundação ampla discussão sobre como agir na proteção do patrimônio cultural e natural e traz segurança com a consistência da valorização do patrimônio cultural de todos os países membros. Foi criada em 16 de novembro de 1945 teve como missão colaborar para a paz, reduzindo a pobreza, incentivando o desenvolvimento sustentável, a segurança no mundo e o diálogo intercultural por meio de cinco programas, os quais são: educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas, cultura e comunicação/informação (UNESCO, 2020). Foi antecedido pelo Comitê Internacional de Cooperação Intelectual - ICIC criado em 1922 como órgão consultivo objetivando o estudo da questão educacional e cultural.

A UNESCO tem presença em 193 países membros, cuja proposta consiste em encontrar respostas para as dificuldades que incitam a sociedade em suas nacionalidades. A UNESCO no Brasil foi instituída em 1964, tendo o seu escritório em Brasília cujos trabalhos foram iniciados em 1972 com objetivos de efetivação da educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social.

Os projetos vinculados à UNESCO incluem formação de professores, programas científicos internacionais, promoção da mídia independente e liberdade de imprensa, projetos de história regional e cultural, promoção de diversidade cultural, traduções de literatura mundial, acordos de cooperação internacional para garantir o patrimônio cultural e natural mundial e para preservar os direitos humanos, e tentar superar a divisão digital mundial.

Ela demanda regras, definindo modelos de atitudes repassadas aos países dentro de um conglomerado de convicções e normas a serem seguidas. Suas ações são marcadas pela diversidade de ampla abrangência proporcionando a movimentação e crescimento de novos entendimentos, relevância e alcances.

Os instrumentos legais instituídos pela UNESCO são as Convenções internacionais, Recomendações, Declarações e Cartas sendo que as convenções definem normas onde os países membros se comprometem a cumprir, ficando sujeitos à ratificação, aceitação ou adesão às recomendações, estabelecem princípios e normas que regulamentam questões específicas, necessitando de leis no legislativo de cada país.

A partir de declarações se definem normas, não estão sujeitas a ratificação, porém estabelece princípios universais considerados relevantes, de caráter permanente, devendo conquistar apoio o mais amplo possível, a conferência geral determina o tipo de instrumento a ser utilizado para cada tema abordado, não existindo hierarquia entre eles. Essa decisão se fundamenta em relatórios prévios construídos pela própria UNESCO.

São sete as convenções que compõem a estrutura normativa da UNESCO hoje na esfera cultural: Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005); Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); Proteção do Patrimônio Subaquático (2001); Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972); proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência de Propriedades Lícitas de Bens Culturais (1954) e a Convenção Universal sobre Direitos Autorais (1952,1971).

Três delas são diretamente ligadas à promoção da diversidade cultural e complementam-se: a convenção de 1972 objetivou a preservação do patrimônio material (propriedades) e as naturais; a convenção de 2003 se voltou para a salvaguarda do patrimônio imaterial, o qual está sempre se modificando; a convenção de 2005 teve foco na promoção da diversidade, fortalecendo a cadeia das iniciativas criativas, dá produção à distribuição/disseminação, acesso e usufruto da expressão cultural. Tem um olhar diferenciado para as expressões culturais da contemporaneidade e individual.

Destacando a implementação da convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2003 em interatividade com o conteúdo abordado nesta pesquisa,

apresenta mecanismos de fortalecimento institucional da cultura no âmbito internacional, entre elas a constituição de uma rede mundial ativa para socializar conhecimento especializado e informações, impulsionar e socializar práticas de salvaguarda através do registro, através do fundo do patrimônio Cultural Imaterial - PCI, ter acessibilidade à assistência internacional, obter boas relações de trabalho sobre patrimônio com outras organizações de outros países membros, através do inventário e a salvaguarda conjunta dos componentes do Patrimônio Cultural Imaterial - PCI e participação nos órgãos da convenção.

Não sendo diferente na esfera nacional, pois os benefícios são inúmeros para as comunidades envolvidas, as organizações que trabalham pela salvaguarda e a população em geral. Podendo melhorar o bem-estar das comunidades, com isso obtendo maior respeito e compreensão entre elas, crescimento da promulgação e da transmissão do PCI, desenvolvimento da diversidade cultural e ascensão no desenvolvimento sustentável das comunidades.

A Convenção para Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado universalizou o respeito ao Patrimônio Cultural, estabelecendo assim um princípio para que todos os Estados signatários à época cumprissem de acordo com o artigo 4º, §1 (UNESCO, 1954):

As altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar os bens culturais situados quer no seu próprio território quer no território das outras Altas Partes Contratantes, não se permitindo a utilização desses bens, dos seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expor esses bens a uma possível destruição ou de deteriora em caso de conflito armado, devendo também abster-se de qualquer acto de hostilidade em relação a esses bens.

Na década de 1960 a Carta de Veneza, originada no Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, financiado pela UNESCO não mais separa o monumento histórico de sua história. De acordo com o seu artigo 7º, “O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa”.

O conceito de preservação nos anos 1960, conforme os documentos internacionais têm o patrimônio arquitetônico e urbano como um instrumento para o desenvolvimento econômico e assenta a conservação autossustentada.

As vantagens econômicas e sociais do turismo monumental figuram nas mais modernas estatísticas, especialmente nos dos países

européus, que devem sua presente prosperidade ao turismo internacional e que contam entre suas principais fontes de riqueza, com a reserva de bens culturais (NORMAS DE QUITO, p.8).

Assim, a preservação deixou o âmbito estético deslocando-se para o econômico, sendo ainda os únicos bens de preservação, as obras de arte, a arqueologia e arquitetura, destacando também a função e a utilização do patrimônio, importantes para a preservação associados ao turismo e lazer. Nas últimas três décadas do século XX, a preservação está ligada à qualidade de vida e define o patrimônio como imprescindível ao equilíbrio emocional. Normatizou-se a restauração e conservação de conjuntos urbanos vislumbrando a preservação como patrimônio específico.

A Confederação de Salvaguarda do Patrimônio Mundial e Natural – UNESCO em 1972, não menciona a palavra preservação. Utiliza uma locução adjetiva, sistema de proteção que engloba identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural e natural, através de programas dentro dos planos nacionais em cada nação. Na Recomendação de Nairobi em 1976, que recomenda relativa salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, trouxe em seu texto inicial a participação da população, das comunidades, entendendo ser primordial para a preservação de patrimonial.

No final da década de 1980, a preservação ganhou novo significado como na Carta de Burra, que orienta para a conservação e para a gestão dos sítios com significação cultural (sítios patrimônio cultural), quanto à “manutenção no estado da substância de um bem”, “desaceleração do processo pelo qual ele se degrada” (BRASIL, 2004, p.248). Nesse período ainda houve críticas às interferências realizadas ao urbanismo moderno e ao turismo como salvação para o patrimônio constituído. Esses estão mais variados, mas ainda com valores atribuídos por especialistas.

A Carta de Nara demonstra o propósito de “desafiar o pensamento tradicional a respeito da conservação” e “ampliar nossos horizontes, no sentido de promover um maior respeito em relação à diversidade do patrimônio cultural na prática da conservação” (BRASIL, 2004, p.319).

Nela, questiona-se a autenticidade e a hegemonia europeia, introduzindo a ideia de que a diversidade de patrimônios, materiais e imateriais, existem conforme

as variedades de culturas e tradições existentes no mundo, atribuindo autenticidade de acordo com o contexto em que o bem cultural foi produzido, abdicando as regras definidas e visíveis.

A conservação nessa carta aproximou-se da concepção de preservação da atualidade, que respeita a cultura específica e os indivíduos que a produzem no início do século XXI, ocorreu a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, que trouxe um conceito de salvaguarda semelhante ao de Preservação contemporânea contemplando no seu artigo 2º, inciso III (UNESCO, 2003):

As medidas que visam assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão – essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste patrimônio.

O seu artigo 15 enfatiza a participação das comunidades e grupos, já expressada na Recomendação de Nairobi em 1976, porém, agora de forma ampla. Uma “participação mais ampla possível das comunidades, grupos e [...] dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio nas atividades de salvaguarda e na gestão de bens culturais” (BRASIL, 2004, p.380).

Os especialistas agora são transmissores dos detentores ou produtores dos bens imateriais, eles dizem o que é patrimônio, e também como tratá-lo e mantê-lo. Consiste em mais um documento, a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica – UNESCO/2011, definindo que:

A paisagem histórica urbana é a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que transcende a noção de “centro histórico” ou de “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e a sua envolvente área geográfica [...]. Inclui, igualmente, as práticas e valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões imateriais do patrimônio, enquanto vetores de diversidade e identidade. (DEFINIÇÃO).

Trata-se da ideia de um plano geral de desenvolvimento sustentável das paisagens urbanas, que conforme a mesma referência atente também para ‘as tradições e percepções das comunidades locais, respeitando os valores atribuídos pelas comunidades nacionais e internacionais’. Os documentos internacionais, a partir de 1930, confirmam a evolução do nível de interesse da obra de arte para o patrimônio

urbano, paisagístico, seguido do cultural, que abrange todas as outras vertentes, misturando com o que deve ser preservado.

Notamos também que a efetivação da preservação, pouco avançou nesses últimos 90 anos. Não obstante à valorização dos atores comunitários, à redação dos documentos que apresentam os direitos e atribuições culturais ainda emanam do Estado através de seus especialistas. Houve transformação quanto à função do patrimônio e as determinações efetivadas para lhe dar exequibilidade. É perceptível um considerável avanço do patrimônio na condição de mercadoria, ligada ao turismo, à espetacularização, e à produção imobiliária, e de outras formas de exigências associadas com a identidade cultural, autonomia social, condição de vida, crescimento sustentável e valorização da diversidade cultural.

No Brasil, a ideia de preservação seguiu os padrões, teorias e práticas estabelecidas em nível internacional, igualmente a eles assumindo vários significados. A criação do IPHAN em 1937 institucionalizou as atividades concernentes à preservação do patrimônio brasileiro legalmente através do decreto lei nº 25/1937, tomando como referência a proteção do patrimônio com alvo nas obras de artes e os edifícios.

Vale ressaltar que esse período não foi pacífico, considerando que os intelectuais da vanguarda artística, presentes ao movimento modernista, motivados pelo vetor político, desejavam modernizar a máquina estatal e redimensionar o seu trabalho para as áreas educacional e cultural (MICELI, 1979; CAVALCANTI, 1993).

O decreto 25/1937 não contemplou as manifestações culturais intangíveis, inviabilizando o anteprojeto de Mário de Andrade, que atribuía o 'folclore ameríndio' também como patrimônio integrado por 'vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas'.

Nesse período foram tombadas cidades inteiras no Brasil e a gestão patrimonial se deu exclusivamente na esfera Federal, sem haver participação social e os instrumentos de proteção precários. O conceito de preservação igualava-se a tombamento, a concepção que se estendeu até 1970.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por transformações ocorridas em anos anteriores no cenário político, econômico e urbano, que influenciaram nos atos de preservação do patrimônio. Neste cenário o golpe de Estado em 1964, implanta a

ditadura militar, o 'milagre econômico', estabelece a decadência econômica agrária e a descentralização da produção industrial, crescimento desordenado das cidades e a favelização. É marcante a falta de políticas básicas como infraestrutura, transporte público, educação e saúde.

Dentro deste contexto o IPHAN é contemplado com apoio técnico internacional, e incentiva a criação de organismos nos estados voltados a preservação de bens culturais. Essa condição se articulava com o turismo, como forma de alavancar a economia e manter a conservação autossustentada do patrimônio urbano.

Neste cenário surgiu o Patrimônio Cultural Imaterial - PCI, como primeira política de preservação estabelecida pelas normas de Quito (SANT'ANNA, 1995, p.138 – 152; CORRÊA, 2012, p. 121 – 237). Os planos diretores surgiram inseridos neste programa, como instrumento de gestão, não obtendo sucesso. O IPHAN, por sua vez, estagnou na ideia preservacionista, limitando-se com o ato de tomar por si só.

Não chegou a existir uma descentralização da preservação patrimonial para estados e municípios, visto que os recursos repassados tinham origem federal. Nesse mesmo contexto houve um afastamento do que teorizavam as cartas patrimoniais internacionais.

Nos anos 1980 com a crise financeira no país, o que tinha sido historicamente conquistado em benefício do patrimônio cultural se desestabilizou e a escassez de investimentos fomentou a preservação como um dever social e foi definida como prática geradora da desvalorização imobiliária. Contrariamente a todos os desmandos acontecendo foi publicada em 1988 a Constituição Federal vigente no país, e em seus artigos 215 e 216 traz uma nova ideia no conceito de preservação do patrimônio (BRASIL, 1988):

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

[...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais;  
III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;  
IV democratização do acesso aos bens de cultura;  
V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;  
II - os modos de criar, fazer e viver;  
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;  
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;  
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Precisou de 50 anos para que o conceito de preservação deixasse de ser interpretado como tombamento, conservação, restauração e intervenção ganhando um novo significado, aproximado do ideal como um direito ao qual todos os cidadãos brasileiros devem ter acesso, onde o reconhecimento da competência dos indivíduos e dos grupos sociais como sujeitos é fundamental da constituição de patrimônios sejam materiais ou imateriais (FONSECA, 1997, P.181).

Esses anos foram marcados pela criação, funcionamento e o desmonte de um sistema de preservação, pela transformação da ideia de patrimônio e nascimento de novos sujeitos e objetos na área da preservação. As concepções e práticas ganharam sentidos diferentes, não obstante a mudança de conceito e a implementação das ações de conservação seja em objetos materiais ou imateriais se deu de forma fragmentada. O IPHAN ainda não se caracterizava pela adoção de um trabalho sistematizado, sem interatividade com as instituições governamentais municipais e suas leis, sem regras ou diretrizes publicadas.

A década de 1990 do ponto de vista institucional foi marcada pelo desprestígio do órgão, por seu esvaziamento, falta de recursos. Esse

período também se caracteriza pela falta de liderança dos governos estaduais e municipais na implementação de projetos de “requalificação”, “revitalização” ou “recuperação” de áreas urbanas protegidas através de “planejamento estratégico” com intervenções em setores históricos ou equipamentos urbanos esvaziados, capazes de alavancar a economia fragilizada das cidades e colocá-las a serviço do

turismo no intuito de dinamizar suas economias (SANT'ANNA, 2004; VARGAS, 2006; CASTILHO, 2006).

Ainda nesta década a preservação do patrimônio inclui dois registros, o projeto urbano que tenta incluir as cidades nos cursos turísticos e econômicos do mundo e a valorização da diversidade. A partir deste contexto, o patrimônio cultural retornou como ícone de uma identidade gradualmente harmonizada à noção de diversidade cultural e com uma nova identidade econômica.

Esses projetos urbanos fracassaram por falta de planejamento que contemplasse todas as suas nuances e em vista disso e do sucesso inicial, esses projetos despertaram interesse do Ministério da Cultura, IPHAN e CEF, os quais financiaram entre os anos de 1999 a 2010 o Programa Monumenta que consistia na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o território brasileiro e o Programa de Revitalização de Sítios Históricos, sendo que em 2009 o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas substituiu o Monumenta. Esses programas melhoraram o contexto já mencionado, mas mesmo com a injeção de recursos não conseguiram ir adiante, e só ratificaram as tendências em desenvolvimento (BONDUKI, 2010, p.270 – 311).

Porém o PAC CH – Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas que abrangeria um pacote de medidas políticas e econômicas, sendo sua finalidade apressar o desenvolvimento econômico do país, capitalizando recursos primordialmente em espaços como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos desviando-se de seu objetivo e com isto a expectativa da mudança das realidades locais para fins de preservação sustentada do patrimônio e a promoção do desenvolvimento socioeconômico não atingiu os níveis esperados. Da mesma forma, também ocorreram programas de abono de incentivos fiscais para auxílio a projetos culturais voltados para a preservação do patrimônio constatando-se que parcela considerável da política de conservação e restauração do patrimônio ocorreu na esfera Federal.

Com apresentação de novas metodologias de inventário, através de instrumentos de identificação e proteção, aumentaram a perspectiva sobre o que preservar, sendo incluída a diversidade cultural como finalidade central no Inventário Nacional de Referências Culturais criado em 2000. Contudo, o tombamento conservou-se ainda como base de mecanismo de proteção com a publicação do

decreto nº 3.551 de 2000, que produziu o Registro de bens culturais imateriais e o Programa Nacional de patrimônio imaterial.

A articulação iniciada nos anos 1970/1980 entre preservação e os instrumentos tradicionais do planejamento urbano foi esvaziada. Na década de 2000 permanecem sendo adotadas as mesmas formas os instrumentos e modos de gestão. Contudo, tem-se o retorno do Protagonismo Federal através dos programas nacionais não obstante, desprovidos da participação social e eventual no sentido de legislações, instituições submissas aos programas nacionais existentes. Quanto às cidades e setores urbanos tombados, o IPHAN através de suas superintendências estaduais permanece como gestor deste patrimônio.

O cenário das ações de preservação na primeira década do século XXI demonstra a necessidade de um maior envolvimento entre patrimônio, política e planejamento com apoio legal, institucional, contínuo e duradouro, aspirando uma gestão compartilhada do patrimônio entre Estado e sociedade. É essencial a reorganização do sistema de preservação, conseqüentemente refletir sobre nas palavras de Castriota (2009, p.86): “mecanismos que reflitam a concepção ampliada de patrimônio cultural”.

Remete à reflexão sobre a ampliação dos sistemas de preservação, articulados com o planejamento e a política urbana, impulsionando a inserção do segmento da cultura neste planejamento e cumprindo assim com a propensão de transversalidade do patrimônio

O resumo das atividades relacionadas à preservação no início do século XXI remete à coexistência de duas concepções complementares de preservação que coexistem, complementam-se e ocasionalmente divergem relacionadas ao patrimônio material e à salvaguarda do patrimônio imaterial. Como diria Castriota (2009, p. 210): é uma procura de “como conservar determinados aspectos físicos do bem cultural”, e outra que sugere o incentivo da sobrevivência de seus bens culturais através de atividades de seus detentores, produtores e praticantes e sua inclusão numa marcha de identificação, reconhecimento patrimonial e salvaguarda bastante partilhada. Essa última, amparada na grande aceitação da concepção de salvaguarda do patrimônio imaterial pela sociedade brasileira sobre a prática tradicional de preservação surgindo sugestões de mecanismos que as aproximem.

Esse período caracterizou o significado de preservação como intervenção interpretada como requalificação, aproveitamento e dinamização econômica, o que deu a força necessária para as ações de preservação, apesar das cobranças e das atividades dirigidas para a valorização da diversidade cultural. O Ministério da Cultura nas últimas décadas do século XX tem sofrido com os desmandos dos Governos Federais que ora o extingue, ora o recria.

Em 1999 o Ministério da Cultura passou a ser um importante incentivador e patrocinador de projetos culturais pelo país, foi reestruturado passando a ter a estrutura atual com atenção voltada as questões quanto ao Fomento e Incentivo à Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisuais, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional. Sua missão era “Promover o crescimento cultural, ampliar o acesso à cultura e fortalecer a economia criativa em todas as regiões do país, contribuindo para o desenvolvimento do país” (PORTARIA MINISTERIAL Nº 119, 2018).

Atualmente o Ministério da cultura foi extinto, rebaixado à condição de secretaria, a Secretaria de Cultura, passando a ser vinculado ao Ministério da Cidadania a princípio e em seguida transferida para o Ministério do Turismo, como política do governo federal instaurada na gestão do presidente Michel Temer. Por sua vez o IPHAN, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural e um dos mais antigos na área é eminente o corte no seu orçamento previsto para 2020, que ainda demanda de aprovação do Congresso Nacional e que será uma soma gigantesca.

Projetos e obras em andamento podem ser paralisados e às ações para a Educação Patrimonial ligada à salvaguarda de bens imateriais poderá ser afetado, diz Lima (2018): “Se você fica sem investir dinheiro na restauração e conservação do patrimônio, na fiscalização [...] é irreversível”. [...] É a memória da sociedade brasileira, a memória do país que vai se perder. Não tem volta”.

Fica evidenciado que a preocupação do Governo Federal no momento é fortalecer a economia do país atrelado ao turismo que teve crescimento considerável de 3,2%, conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo – CNC, em detrimento ao comprometimento com as políticas de salvaguarda e tombamentos. Sem alocação de recursos para investimentos na preservação patrimonial e o seu entorno, os patrimônios materiais sofrerão pela degradação resultando em abandono

e o patrimônio imaterial que tem natureza processual e dinâmica como danças, crenças, costumes, ritmos musicais, formas de expressões cênicas e oral, gastronomia, experiências, etc.

Sua constância necessita da existência, e do exercício continuado, no tempo e no espaço, de pessoas ávidas e aptas com o trabalho de resistência, às manifestações culturais estando sujeitas ao desaparecimento sem deixar vestígios às novas gerações, comprometendo não só a identidade cultural como também o registro como patrimônio cultural nacional e mundial.

O reconhecimento do bem imaterial do Brasil se determina por seu valor histórico na construção identitária da cultura de um grupo étnico e a dimensão dada à preservação dessas expressões culturais para a decorrente manutenção cultural desse povo, sendo a convivência condição decisiva para a constituição das nossas identidades e o crescimento de uma afinidade de compatibilização nessa cultura.

### **3.2 Cultura como educação mediada pela transmissão de saberes e significados**

A educação é o ato espontâneo, o formal de educar, instruir. E ampliando este conceito significa a forma na qual os hábitos, costumes, crenças, valores de um determinado povo são transmitidos às gerações. Percebemos que nas palavras de Freire (2001, p.12): “[...] a educação como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando na história”. Portanto, cada povo traz consigo a sua maneira de transmitir os seus saberes. São experiências vividas pelos sujeitos durante a sua vida que vão moldando a educação. De acordo com Aranha (1989, p.12):

Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro.

A educação sofre transformações desde o período primitivo e está sempre em mutação, pois o homem é um ser que tem consciência, liberdade, vontade e luta desde

o início por sua sobrevivência, compartilhando com seus semelhantes essa necessidade fundamental a preservação da vida.

O termo Educação patrimonial é de origem inglesa – heritage education, todavia a inquietação com a importância da educação na prática preservacionista reporta-se ao século XVIII, logo depois a Revolução Francesa incumbindo-se de duas áreas: a cívica – testemunhos da memória da nação e a estética – signos do passado (PEREIRA; ORIÁ, 2012).

O Decreto Lei 25/37 no Brasil inicia a política oficial de proteção e algumas condutas referentes ao ensino oficial do patrimônio, histórico artístico nacional. Podemos identificar nesta procura antecipada, que antes mesmo de uma política de preservação já existia uma preocupação em desenvolver valores culturais nos alunos. Nas obras dos teóricos Comenius (2006), Montana (2000), Rousseau (1973), Kant (1958), Dewey (2010), a finalidade de ensinar para eles, era ensinar da maneira fácil, do modo sólido, no diálogo com os espaços urbanos e comunidades, que fazem parte de sua vivência, por meio da interação com o sujeito para constatar a construção da memória coletiva.

Baseado no olhar destes teóricos, é apropriado ponderar que a educação patrimonial está distante de ser apenas um mecanismo de propagação do patrimônio, pois, dialogando com Florêncio (2015, p.23):

[...] A educação patrimonial tem, um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

A fim de que suceda o reconhecimento do bem cultural à legislação brasileira faz menção à proteção dos patrimônios na Constituição de 1988 e no Decreto 3551/2000. A educação Patrimonial está contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – 9394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, no volume “Pluralidade Cultural”, que aponta a Interdisciplinaridade e a Transversalidade no trabalho com a educação patrimonial.

Ademais, deve estar inclusive inserido no cenário social, cultural e principalmente afetivo da sociedade e ser protegido pelas políticas públicas que lhe

dá suporte. Precisam ser estabelecidos juntamente com a comunidade “mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais” (FORÊNCIO, 2015, p. 25). Desta forma, cria uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio.

### **3.3 Políticas da educação patrimonial no Brasil**

No âmbito internacional às diretrizes para a educação patrimonial são muito abstratas, e a primeira referência ao assunto, mas como “ações educativas” foi na Carta de Atenas em 1933, manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), e diz o seguinte segundo Cury (2004, p.17):

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.

A partir daí muitos outros documentos mencionaram o tema, mas só na Carta de Sofia em 1996 é que foi feita referência ao termo educação patrimonial:

A equipe de pesquisa deverá buscar comprometer as comunidades e integrar os grupos nas intervenções, na medida em que este compromisso seja compatível com a proteção e a gestão. Quando possível à equipe de pesquisa deverá dar oportunidade para que o público desenvolva a experiência arqueológica através de treinamento educação patrimonial (p.347).

Percebe-se que foram exatamente 63 anos para que o termo educação patrimonial fosse mencionado em documentos internacionais, contudo a sociedade internacional já procurava mecanismos para a proteção do patrimônio cultural imaterial, obrigando a UNESCO a incumbir-se das atribuições de compilar e reduzir as vivências e saberes locais estimulando os países membros a investigarem seus dispositivos específicos de salvaguarda.

No Brasil, as discussões em relação à relevância da preservação do patrimônio cultural imaterial foram impulsionadas pelo anteprojeto de Mário de Andrade de 1936, cujo texto dirigia interesse às experiências, saberes, práticas que emanam do povo. As conjecturas inclusas em tal propositura só foram revistas no decênio dos anos 1970, provocando um grande hiato temporal, retardando as intervenções de preservação ao patrimônio cultural intangível.

As cartas patrimoniais brasileiras não foram diferentes, a de Brasília cita o que deverá ser ensinado, porém sem vínculo com o que acontece nas regiões brasileiras. E o compromisso de Salvador pondera sobre a formação técnica de profissionais para o trabalho em museus do interior.

A Constituição de 1988 provocou importantes alterações sobre o modelo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas a notoriedade se dá na modificação do conceito de bens integrantes do patrimônio cultural passando a acatar como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Assim a diversidade cultural brasileira foi admitida finalmente em texto legal no Brasil passando a ser preservada e engrandecida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LEI 9.394/1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 estão alinhados quanto ao ensino de educação para o patrimônio na parte diversificada do currículo devendo transmitir a cultura local de cada comunidade trabalhando a interdisciplinaridade com temas transversais.

Só em 1997, a Carta de Fortaleza, sugere segundo Cury (2004, p.367): “[...] que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir de experiência do IPHAN, considerando sua importância no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro”.

O termo educação patrimonial foi introduzido no Brasil na década 1980 pela diretora à época do Museu Nacional, vinculado ao IPHAN, Maria de Lourdes Horta fundamentado no conceito de Heritage Education, expressão inglesa que envolve um trabalho de alfabetização cultural. O IPHAN em 1999 lançou o Guia de Educação Patrimonial de autoria de Horta et al, que interferiu de forma categórica sobre os conceitos e ações de educação patrimonial. Em seguida o decreto 3.551/2000 do

Governo Federal estabeleceu o registro de bens culturais de natureza imaterial que compõe o patrimônio cultural brasileiro e criou o programa nacional do patrimônio imaterial.

Com a resolução 001 de 03 de agosto de 2006 o Governo Federal tem percebido a imprescindibilidade de tornar as manifestações culturais populares merecedoras de registro. É algo novo e poucos são os bens imateriais registrados até o momento, dentre eles “A Festa do pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha/Ceará”.

Com a recente concepção da instrução normativa do marco legal portaria 137/2016 no âmbito da educação patrimonial pelo IPHAN deverá haver um desenvolvimento considerável nesta área, pois a educação patrimonial é uma ferramenta aliada para trabalhar com os educandos, o contexto e as simbologias de cada manifestação cultural que os cercam, na perspectiva de valorização do patrimônio imaterial representados pelas tradições de origem camponesa.

### **3.4 Abordagens sobre a política pública de cultura no Ceará**

Antes da primeira gestão do Coronel Virgílio Távora em 1962 como governador do Ceará, já se ansiava desde 1946 entre os intelectuais do estado por uma secretaria que se preocupasse com as atividades artísticas de então. Sobre isto Barbalho (2003, p.102) afirma que:

Assim podemos entender a agitação destes intelectuais em criar uma secretaria de governo, ou seja, um órgão legítimo de nomeação oficial, para os assuntos na área da cultura. A criação da Secretaria de Cultura pode ser vista como resultado da pressão de determinado segmento organizado e respaldado pela sociedade, os intelectuais [...].

Foi então criada a Secretaria de Educação e Cultura através da lei nº 5.427/61 e somente na gestão do governador Virgílio Távora no ano 1966, a Secretaria de Cultura do Ceará foi criada, a primeira do Brasil, sendo instalada no governo de Plácido Aderaldo Castelo. Passaram a integrar a Secretaria de Cultura à época, o Arquivo Público Estadual, retirado da Secretaria de Justiça, o Museu Histórico e Antropológico do Ceará, a Biblioteca Pública, o Teatro José de Alencar, a Casa de Juvenal Galeno e o Setor de Turismo, anteriormente faziam parte da Secretaria de

Educação. Com a lei de 1967 são criados e anexados à Secretaria o Centro de Artes Visuais Casa Raimundo de Cella e o Museu de Aquiraz (BARBALHO, p. 108).

Em 1971, o então governador César Cals buscava em seu plano de ação cultural a participação da população no desenvolvimento social, facilitando o aperfeiçoamento das ações culturais e sociais. Tendo como preceitos criar um sistema completo e integrado com a intenção de acabar com as deficiências que haviam e contemplar quais as exigências do momento e as futuras, atuar em consonância com os estados, municípios e paraestatais ligadas ao setor para a otimização do trabalho atendendo as exigências da população estadual, divulgar as ações do setor, aspirando uma maior participação da população, firmando ao mesmo tempo locais propícios às suas atividades (PLAGEC, 1971, p. 248-249).

O governador Aduino Bezerra em 1975, no seu plano de ação cultural define cultura como um processo social ativo abrangendo o patrimônio material e os agentes produtores da cultura. Nas metas deste plano o artesanato e o folclore foram contemplados.

O planejamento das ações culturais deveria acatar a manifestação do que existia de mais expressivo, seja no já existente ou na produção nova. A sua gestão criticou as anteriores que não dispunham de um planejamento que fosse assentado a partir do reconhecimento dos problemas fundamentais existentes na cultura do estado do Ceará. A política de ação de sua gestão estava baseada em cinco pontos como diz Plandece (1975, p. 25):

Preservação do patrimônio histórico-cultural; Promoção e preservação dos valores da arte e cultura popular; Criação de condições de contato povo-cultura ('Democratização da cultura'); Criação de condições de aprendizado, aperfeiçoamento e trabalho, nas diversas atividades culturais; Interiorização da cultura.

A política cultural do governador Virgílio Távora no seu segundo mandato via o homem como o centro para o desenvolvimento cultural e econômico. O Estado tinha a incumbência de impulsionar e estimular as capacidades de criação intelectual e artística, a produção cultural como um todo.

Esse momento teve um significado muito importante para a cultura cearense, pois além de receber uma nova denominação "Secretaria de Cultura e Desporto", sua estrutura estava mais homogênea com três departamentos: assuntos culturais,

patrimônio cultural, bibliografia e documentação. O governador Gonzaga Mota, apesar de ter sido eleito pelo voto direto em 1982 ficou entre os coronéis, pois mantinha os interesses de seus antecessores.

No seu plano de ação cultural preocupava-se com as classes menos favorecidas pela sociedade, onde em suas metas detalha as ações, buscando atingir um maior número de beneficiados e inovando em políticas culturais esquecidas. Este período dominado pelos coronéis não conseguiu efetivar as metas definidas nos planos de ações culturais, os quais pareciam uma cópia do seu antecessor. Os planos de ações foram realizados sem o devido reconhecimento das necessidades da população, tendo uma política cultural de favorecimentos para um número reduzido de pessoas. Foi um período em que a cultura esteve em crise e sem perspectivas para o futuro.

Com o aparecimento da cultura de massas e da produção acentuada de signos, a sociedade brasileira da década de 1980 viveu um período de abundância de conhecimentos. As expressões voluntárias, artesanais e autônomas se afastaram do contexto cotidiano, popular e começaram a fazer parte dos vínculos de mercado, tornando-se fonte de obtenção de lucros.

A produção cultural ganhou atributos que a distinguiram da produção de décadas anteriores: distanciamento da preocupação político-ideológica, descrédito das propostas revolucionárias, relação com os grandes esquemas de produção, recorrendo a novas linguagens nos meios eletrônicos e inovações tecnológicas. O mercado cultural, abrangendo aí editoras, jornais, cinema, teatro, música etc., transformou-se delicadamente sem abraçar uma moda ou estilo único, adotando uma natureza múltipla e única, requerendo outra aparência para a cultura brasileira. (PAIVA, 1980)

A partir da década de 1980 surgiram discussões em torno da participação da cultura na construção da sociedade, que deveria ser repensada, dentro de suas especificidades e influências no social (FEATHERSTONE, 1995).

Nesse contexto e opondo-se aos coronéis que lideravam as forças conservadoras e tradicionais, a Geração das Mudanças, formada por jovens empresários, que desejavam modernizar o estado, o qual se encontrava em situação

de atraso e miséria, assumem a direção do estado do Ceará em 1987, com a gestão do Governador Tasso Jereissati.

O seu discurso de campanha foi marcado por palavras como 'modernidade' e 'racionalização', que apontavam para novos tempos, caso fosse eleito. Essa junção de empresários nas palavras de Barreira (2002, p.65): "assume uma dimensão política [...] que potencializa um capital político e simbólico materializado em discursos e regras de competências distintas das habituais".

Nesse período o Ceará tinha um índice de analfabetismo elevado e um baixo nível econômico da população que reprimiam o desenvolvimento cultural. A política cultural desse governo definiu alguns objetivos:

Preservar, difundir e ampliar os acervos museológicos, bibliográficos e documentais do Estado e conservar e restaurar bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, assim como sítios e paisagens naturais, que por seu valor se integrem ao patrimônio cultural cearense; Estimular o associativismo, a criatividade, a manifestação e preservação da identidade cultural das comunidades e grupos populacionais das diversas regiões e segmentos sociais no Ceará; Apoiar as atividades intelectuais e artísticas, promovendo o intercâmbio das manifestações culturais e facilitando sua difusão. (PLANO DE MUDANÇAS, 1987, p.10)

Este plano possuía um planejamento de ações que atuaria preferencialmente nos âmbitos de produção e difusão cultural, e preservação da memória cultural do Estado.

Não houve clareza de uma política cultural efetiva nessa gestão, mas o foco se deu em ações dispostas em três vertentes: promoção de eventos de grande alcance, o esforço para instalar um polo de cinema no Ceará, e a recuperação dos espaços físicos pertencentes à secretaria, tida como a mais importante conforme o Governador Tasso Jereissati ressaltou que no setor da cultura o cuidado (JEREISSATI apud MOTA 1992, p. 28) "foi com o investimento nos aparelhos culturais capazes de emprestar suporte ao processo de produção, preservação e difusão da cultura e da arte".

No início dos anos 1990, o estado do Ceará não conhecia a sua identidade cultural, isso se devia ao modelo econômico brasileiro, em que a cultura ficava em segundo plano. Nesse contexto, o governador Ciro Gomes via como desafio a implantação de uma política cultural que reforçasse as atividades culturais em todas

as suas manifestações, proporcionando assim o ingresso de todos que desejassem, pois para ele “Cultura é um conjunto de procedimentos implementados pelos homens, numa dada sociedade que abrangem as mais diferentes formas de manifestações” (PLANO CEARÁ MELHOR, 1991, p.89).

A conduta estabelecida nesta gestão foi dar continuidade as ações iniciadas na gestão anterior e dentro de sua programação de atividades o que conseguiu evidência foi o Mapeamento da realidade cultural do Ceará, que com dados reais, poder-se-ia elaborar ações abrangentes., os projetos culturais e convênios que possibilitariam intercâmbios culturais.

A partir de 1995 o Governador Tasso Jereissati voltou ao comando do governo pela segunda vez permanecendo até 2002 devido a um terceiro mandato através de reeleição.

Com o intuito de superar políticas paternalistas a política cultural das últimas gestões de Tasso Jereissati, que segundo o Plano de Desenvolvimento Cultural (1995, p.10-11) “deverá permear todas as instâncias e atender aos princípios da sustentabilidade, da visão de longo prazo, da participação e parceria da descentralização e da qualidade”. Suas principais diretrizes foram (PLANO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 1995, p.90):

Descentralização e ampliação das ações da Secretaria de Cultura e Desporto, através da criação e articulação de um Sistema Estadual de Cultura; Ampliação do engajamento da sociedade na definição das medidas de apoio à cultura com a criação do Conselho de Desenvolvimento Cultural; Criação de um núcleo de formação de gestores, agentes culturais e arte – educadores, responsáveis pelas estruturas e projetos culturais; Capacitação de recursos para o financiamento de projetos culturais, através de parcerias com a iniciativa privada, e com instituições públicas, municipais, federais e internacionais.

Dentro da programação de ações em consonância com as diretrizes, o Dragão do Mar de Arte e Cultura teve um papel importante, pois foi o grande fomento da luta pela implantação da indústria cultural regional tanto perseguido pelo grupo do projeto mudancista. Buscou permear trilhas diferentes rompendo com a perspectiva tradicional de cultura, a qual apenas prejudicou o desejo pelo desenvolvimento da política cultural.

Há alguns anos o pensamento de que a cultura não gerava lucro vem se transformando, e no contexto neoliberal em que vivemos, a SECULT do Ceará vem praticando parcerias para suprir o mercado dos produtores culturais e os artistas cearenses.

A política cultural no Governo Lúcio Alcântara deve ser assimilada de forma transversal, estando presente em toda a estrutura do governo, que foi dividida em quatro pilares: Ceará Empreendedor, Ceará Vida Melhor, Ceará Integração e Ceará a serviço do Cidadão.

Dentro do programa deste plano estadual de cultura houve projetos relativos ao fomento da economia criativa no Ceará, Editais em diferentes linguagens artísticas e nas diversas manifestações culturais, 11 fóruns regionais de turismo e cultura e a parceria com o SEBRAE no ramo do empreendedorismo cultural. A política cultural nas duas gestões do Governador Cid Gomes não trouxe novidades, apenas deu continuidade ao que já vinha sendo realizado por seus antecessores.

Em meio a turbulências políticas, a gestão da SECULT preocupou-se com diretrizes macro, priorizando a reflexão e o debate, faltando assim às ações.

O programa do livro e da leitura que foi o foco da SECULT na 1ª gestão do Coronel Virgílio Távora em 1980, na gestão de Cid Gomes voltou em forma de política pública ativa promovendo a revitalização da cadeia de bibliotecas do estado e criando o instituto do livro e leitura do Ceará com autonomia própria. Procurou também aproximar o Ceará da cultura na América Latina, porém não houve êxito.

Quanto ao programa Mestres da Cultura vinda da gestão anterior, o secretário de cultura Auto Filho passou a chamar de Tesouros Vivos, e disse que o repasse dos conhecimentos deles está funcionando precariamente, justificou a falta da criação de uma estrutura material e pedagógica para proporcionar aos mestres que eles façam a transferência. Disse que a SECULT está sugerindo para o próximo mandato a criação da Universidade Popular dos Mestres da Cultura Tradicional. É um projeto do Rosemberg Cariry e já foi aceito pelo Minc, porém ainda não foi repassado recurso para tal (FIRMO, 2018, s.p.).

Na sua 2ª gestão houve novas turbulências políticas, com idas e vindas de secretários. No 2º semestre de 2013, faltando apenas 15 meses para o encerramento da gestão, assumiu a pasta o Jornalista Paulo Mamede que procurou corrigir algumas

falhas que ocorreram anteriormente, como reabertura para utilização do Instituto Dragão do Mar como espaço de formação, na política de editais acrescentaram o de humor e o de circulação. Mesmo com objetivos traçados e propostas de ações foram gestões culturais apáticas, acanhadas e sem rumo.

Observa-se que gradativamente o campo das políticas culturais vem crescendo no Brasil, tendo em vista o que foi apresentado até aqui, apresentaremos um modelo de gestão que implementou um Plano Estadual de Cultura, lei nº 16.026/16 para 10 anos nos moldes do Plano Nacional de Cultura, lei 12.343/2010, assim veremos uma cultura que pode ser vista por variadas perspectivas, pois tem definição ampla e abrange diversos significados.

Nas gestões do atual governador Camilo Santana, a política cultural do estado está sendo gerenciada por Fabiano Piúba, sendo a mais antiga do Brasil, se renova a cada dia, assinalando pioneirismo, coragem e permanente aperfeiçoamento e análise. Afirma Piúba (2018):

Temos o Plano Estadual da Cultura, onde estão os princípios, diretrizes, ações e metas da cultura para os próximos 10 anos. O Governador tem enfatizado muito entre os secretários e secretárias da importância e necessidade de uma política de estado, de planejar uma política há longo prazo. E isso é uma política de estado para inserir a Cultura na sua dimensão simbólica, relacionada à sua autoestima, a sua identidade cultural, seu pertencimento, mas também diversidade a partir do estado do Ceará.

A política pública da gestão do então governador Camilo Santana tem procurado garantir que o trabalho da Cultura no estado seja permeado em todas as áreas, apostando na transversalidade. Como menciona Piúba (2018): “Gostamos de dizer que educação sem cultura é só ensino. Saúde sem cultura é só remediação, assistência social sem cultura é só assistencialismo e segurança sem cultura é só repressão”.

A cultura é de fundamental importância para a constituição de todas as outras políticas. Algumas metas deste plano merecem ser destacados como: Aumentar de 60 para 80 Mestres da Cultura, a qual já foi cumprida; Maior presença da Política Cultural no interior; Criar e Implementar um Sistema Estadual de Patrimônio Cultural; Aumentar para 600 o número de Pontos de Cultura em funcionamento no estado até 2024; a Cultura Viva em Movimento, que consiste em ações e eventos, já se

destacam quatro: Maloca Dragão, Bienal Internacional do Livro, Festival de Música da Ibiapaba e o Encontro os Mestres do Mundo.

Esses eventos hoje ganharam uma dimensão muito maior. Com essa ideia do Ceará como 'esquina do Atlântico' e o Hub da Cultura, o estado olhando para fora, de como aqui temos esses 'cabos, teias, fios, veias' e conexão da cultura cearense com o Brasil e o mundo. (PIÚBA, 2018)

Ainda como metas do plano estadual de cultura têm a Descentralização da Cultura e novos Equipamentos, onde já foram inauguradas a Vila da Música, em Crato, e a Casa de Saberes Cego Aderaldo, em Quixadá; A Biblioteca Pública, que não foi reinaugurada ainda por falta de mobiliários, funcionará de forma integrada ao Centro Cultural Dragão do Mar; Ceará Filmes – Programa Estadual de Desenvolvimento do Audiovisual e da Arte e Cultura Digital, em parceria com a ANCINE; Novos Editais foram lançados: Ceará de Cinema e Vídeo, Cultura e Infância, LGBTQ+, Escolas Livres da Cultura, Ocupação dos Museus do Ceará e Museu Sacro. São metas neste plano editais para povos indígenas e de cultura afro descendente. “O Estado do Ceará é um ponto de resistência na política cultural do Brasil, a diversidade como palavra chave” (PIÚBA, 2018).

Quanto ao patrimônio a SECULT através da COPAHC realizou junto com o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará – COEPA, reuniões, estudos e debates em torno de temas com: cidade, salvaguarda, preservação da memória, proteção patrimonial, defesa da história, da memória e da cultura.

A gestão do Governador Camilo Santana ainda está em pleno exercício faltando ainda 24 meses para o final e o Plano Estadual de Cultura de sua 2ª gestão está gradativamente sendo posto em prática já com muitas ações e eventos realizados em prol da preservação do nosso patrimônio. Tem sido um governo que trata a Cultura com uma política voltada para a diversidade cultural, direito de todos à arte e à cultura e valoriza a cultura como condutor do desenvolvimento socioeconômico.

Contudo esperamos que haja uma continuidade da política pública cultural instituída para o estado do Ceará para que possamos atingir patamares desejados vislumbrando na cultura popular a necessidade de resguardar os valores essenciais a formação da nossa identidade cultural.

### 3.4.1 A política pública de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Ceará

A Conscientização da necessidade de se preservar o patrimônio no mundo e o entendimento de que a cultura é “um direito a ser preservado” é algo novo como nos fala a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Tem sido discutida a nível cosmopolita como é notório por meio de organizações e documentos internacionais.

A Agenda 21 em 2004 visa o compromisso dos países com o avanço cultural e a elaboração de políticas públicas de cultura. O cerne desta agenda 21 é a descentralização destas políticas e seus recursos. Esse documento recomenda que os Estados disponibilizem no mínimo 1% de seus orçamentos nacionais para área da cultura.

No Brasil de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (EC nº 48/2005).

Passados já três décadas após a sua promulgação, a cultura ainda não conseguiu inserir toda a população brasileira nos canais disponíveis da nossa cultura, pois antes da democratização do acesso, vem à cidadania cultural.

A cultura deve se manifestar em suas diferentes formas. E para que todos possam ter seus direitos culturais preservados e garantidos é necessário valorizar e divulgar a nossa cultura, aquelas com as quais nos identificamos, e sobre tudo respeitar, as que nos parecem diferentes.

Observamos que paulatinamente às políticas culturais vem se desenvolvendo no Mundo e no Brasil e não seria diferente no Ceará. Outro grande aliado à política de preservação no Ceará é a Superintendência do IPHAN, criada através do Decreto nº 6.844/2009, anteriormente funcionou como Coordenação Regional. As incumbências do IPHAN são quanto à preservação, identificação, fiscalização, revitalização, restauração e divulgação dos bens culturais. E para que consiga manter todos esses objetivos, o IPHAN mantém parcerias com ONG’S, associações e fundações.

Também integra o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, a Educação Patrimonial e o Turismo Cultural, que compõe o aparato de sua gestão. E os seus mecanismos de preservação são: tombamento, regulamentações, registros e inventários.

Somam-se também a política de preservação no Ceará às Fundações: Pró-Memória Josafá Magalhães em Barbalha, Patativa do Assaré em Assaré, Casa Grande Nova Olinda, Memorial Padre Cícero em Juazeiro do Norte, Demócrito Rocha e Instituto Dragão do Mar ambos em Fortaleza; Sociedade Lírica de Belmont em Crato; Instituto Cultural do Cariri e Geopark Araripe; Às escolas de saberes e a casa patrimonial em Nova Olinda. Dentre outras.

Outra meta que está em pleno avanço no plano estadual de cultura são os Pontos de Cultura que deverão atingir até 600 em todo o Ceará. Hoje conta com 240 pontos, em Barbalha temos três pontos de cultura: Cantando Patativa, SESFA, Engenho Velho.

### 3.4.2 A legislação de preservação dos bens culturais no Ceará

Pelo já mencionado nesta pesquisa, percebemos que o jeito de se pensar a cultura não é mais a mesma de outrora, onde essa ficava sempre em 2º plano, mas hoje é vista como base para as outras políticas públicas. “Cultura se faz em dois, em coletivo, é sempre um par” (PIÚBA, 2018).

Com essa ideia se fortalecendo, a política cultural de preservação no Ceará vem avançando em sua legislação, a partir do início do século XXI começou a criação de leis em referência ao assunto:

- Lei nº 13.078/2000 - Criação do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará – COEPA;
- Lei nº 13.465/2004 - Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará;
- Lei nº 13.398/2003 - Dia do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará;
- Lei nº 13.400/2003 - Criação do Conselho Estadual da Cultura;
- Lei nº 13.427/2003 - Registro dos Bens Culturais Materiais do Ceará;
- Lei nº 13.811/2006 – Sistema Estadual da Cultura;
- Lei nº 13.842/2006 - Tesouros Vivos da Cultura;
- Lei nº 15.552/2014 – Alteração da nomenclatura do Conselho Estadual da Cultura para Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará;
- Lei nº 16.275/2017 - Alteração da Lei dos Tesouros Vivos da Cultura;
- Lei nº 16.026/2016 - Plano Estadual de Cultura;
- Lei nº 16.510/2018 - Festa do Patativa do Assaré (calendário oficial cultural do Estado do Ceará);
- Lei nº 16.511/2018 - Comenda Patativa do Assaré;
- Lei nº 16.602/2018 - Política Estadual Cultura Viva do Estado do Ceará.

Essas leis por si só não são suficientes para o cenário mudar, mas criando mecanismos para sua implementação, esperamos que estas leis possam contribuir para o fortalecimento da preservação dos bens materiais e imateriais, fluindo para a interiorização, até os mais ínfimos municípios cearenses, através de articulação entre as esferas administrativas.

Uma das leis que compõe a política cultural de preservação é o Plano Estadual de Cultura que foi instituído por lei nº 16.026 de 1º de junho de 2016. É um mecanismo de gestão com duração decenal com estratégias e metas estabelecidas a médio e

longo prazo, através do qual o poder instituído no estado do Ceará se responsabiliza em criar políticas culturais e de preservação do patrimônio baseado em fundamentos democráticos.

A implementação deste Plano será em regime de cooperação entre o Governo do Estado e os municípios do estado do Ceará, e em parceria com a União, podendo firmar parcerias com instituições públicas e privadas. Vejamos algumas metas deste plano, que são de grande relevância para o avanço da implementação da política de preservação do patrimônio no estado Meta 1 no artigo 14º, §1º, inciso III:

Fomentar a implantação, até 2018, de sistemas municipais de cultura em, no mínimo, 80%(oitenta por cento) dos municípios cearenses de forma a integrarem o Sistema Estadual de Cultura, a ser fortalecido pela implementação das seguintes ações: [...] III – criar uma assessoria, na Secretaria Estadual da Cultura, para acompanhar a implantação e implementação dos Sistemas Municipais de Cultura em todo o Estado, visando colaborar na elaboração dos elementos constitutivos do Sistema: Conselhos, Planos, Fundos Municipais, entre outros.

É de grande importância para a viabilização de fato da preservação das manifestações culturais nos municípios a sensibilização aos gestores municipais da necessidade da implantação de Política Pública de Preservação da cultura local que incluam o registro e o tombamento dos bens, e conseqüentemente a criação dos Sistemas Municipais de Cultura, Fundos Municipais de Cultura, Planos Municipais de Cultura, Conselhos Municipais de Cultura e Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural. A Meta 3 está no artigo 15º, §1º, incisos IV e VI diz o seguinte:

Mapear, cadastrar e atualizar, até 2017, 100% (cem por cento) das informações culturais do Estado do Ceará no Sistema de Informações e Indicadores Culturais da Secretaria da Cultura do Estado, através das seguintes ações: [...] IV – mapear o patrimônio cultural e a diversidade das expressões artísticas realizadas em todo o território cearense; [...] VI – realizar diagnóstico que identifique os artistas e as cadeias produtivas locais, objetivando a institucionalização de políticas públicas.

O mapeamento cultural do Ceará é uma catalogação da produção cultural do estado para servir de direção para a política cultural detectando condutas a serem adotadas, aprofundando e expandindo as atuais. A Meta 4 se encontra no § 2º, inciso XIX, letra a e inciso XX, letra b, tem a seguinte redação:

Criar e implementar um Sistema Estadual de Patrimônio Cultural, visando atingir pelo menos 50%(cinquenta por cento) dos municípios

cearenses, no primeiro quadriênio (2015 a 2018), avançando para a totalidade destes até o final da vigência do Plano, através das seguintes ações: [...] XIX – elaboração e implantação de política de salvaguarda, de forma participativa, voltada para bens culturais de natureza imaterial; a) criação de programa destinado aos mestres de cultura com vistas a assegurar a transmissão, em seus locais de trabalho, de tradições, saberes e fazeres para as novas gerações, de modo a assegurar a continuidade de manifestações culturais de caráter imaterial em cada município do estado; [...] XX – criação e implantação de sistema de difusão permanente de informações sobre o patrimônio cultural cearense, através de [...] educação para o patrimônio [...] b) criação e implantação de programa de Educação para o Patrimônio nas redes de ensino público e privado.

O Plano Estadual de Cultura do Ceará em seu conteúdo apresenta proposta para trabalhar a educação patrimonial em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, porém até o momento, isso ainda não aconteceu na cidade de Barbalha/CE. O Plano Estadual de Educação do Ceará não faz menção sobre a educação patrimonial, todavia tem algumas ações voltadas para trabalhar na área da cultura. A Meta 6, encontrada no §4º, inciso III traz a seguinte redação:

Reformular a Lei dos Mestres de Cultura, aumentando em um terço o número de mestres contemplados, atingindo 80(oitenta) mestres até 2018, e promovendo interação, com maior periodicidade, entre os mestres diplomados e as escolas e espaços informais de educação, através das seguintes ações: [...] III – propor à Universidade Estadual do Ceará a outorga aos Mestres da Cultura o Título de Notório Saber em artes e cultura populares, objetivando o reconhecimento de seus saberes e ofícios na prática de transmissão de seus conhecimentos.

Existe também o Programa Escolas da Cultura, sendo uma das ações que está contemplada no Plano Estadual de Cultura, ele trabalha por meio de uma estratégia entre as políticas de cultura e educação com oito modalidades, porém em Barbalha/CE ainda não foi contemplado nas escolas.

A intenção da Secretaria de Cultura do Ceará em parceria com a Secretaria de Educação do Ceará é colocar este programa nas escolas de tempo integral com o apoio dos mestres e mestras dos grupos de tradição, conhecidos como tesouros vivos da nossa cultura. Em todo o Ceará hoje tem 80 deles que já receberam o Título de Notório Saber concedido pela Universidade Estadual do Ceará. Em Barbalha/CE temos 04 deles:

“Estamos iniciando mais uma categoria do Programa Escolas da Cultura, nas escolas de tempo integral no segundo semestre, em que

os mestres vão estar inseridos na grade curricular das escolas, compartilhando seus saberes com os estudantes”. (PIÚBA, 2018)

Com esse título de Notório Saber, a academia reconhece os saberes, os fazeres e as artes dos mestres, que poderão atuar em universidades e instituições de ensino com palestras e outras atividades e com remuneração da mesma forma que os professores.

O Programa Tesouros Vivos tem sido um grande avanço na valorização das manifestações culturais, precisando de revisão a lei que os ampara, pois as ações para que essa transmissão dos saberes aconteça através da educação patrimonial nas escolas de tempo integral deveria abranger as escolas do ensino regular e o valor repassado aos mestres tem causado um certo constrangimento nos grupos de brincantes, pois só mestres recebem. A Meta 9 está no artigo 16º, § 3º, incisos I, III e IV menciona que deverá:

Propiciar, até 2025, formação continuada para os professores da rede pública estadual, objetivando levar atividades e profissionais na área de Arte-Educação e Cultura a 100%(cem por cento) das escolas públicas estaduais, através das seguintes ações: [...] I – criar, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado, um programa para a formação de professores da rede pública que contemple as áreas de arte e cultura, com vistas à ampliação de seus repertórios culturais e à inserção da cultura no ambiente escolar e nos processos de ensino-aprendizagem; [...] III – estimular a criação de programas permanentes de visitação de professores e estudantes a equipamentos culturais, tais como bibliotecas, cineclubes, museus, teatros, arquivo, pontos de cultura, entre outros; [...] IV – criar, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado, mecanismos para a inclusão, nos parâmetros e diretrizes curriculares, de conteúdos voltados para a valorização da história, da diversidade étnica e das manifestações culturais cearenses.

Apesar do Plano Estadual de Cultura contemplar ações em parceria com a Secretaria de Educação do Estado voltadas para educação patrimonial envolvendo professores e alunos, essas atividades ainda não foram implementadas.

Ao conhecermos a Educação Patrimonial Crítica proposta por Magalhães (2011) notamos a importância deste trabalho nas escolas e sentimos a necessidade da implementação imediata de ações deste plano, pois o autor sugere que a pluralidade de viabilidades e o parecer dos contrastes que permeiam a contemporaneidade, propõe o desenvolvimento de pessoas capazes de reconhecer

sua própria história, enfatiza a importância da autonomia dos atores sociais e o conhecimento dialogado.

No momento em que Horta (1999) utiliza o termo “alfabetização cultural”, no processo de Educação Patrimonial, enfatiza-o como um método de releitura crítica, por intermédio do qual será plausível enxergar as variadas referências que determinado bem cultural pode ofertar, bem como sua pluralidade de significados, uma vez que essa metodologia oferece subsídios aos educadores engajados com um ensino que intente não apenas à valorização dos bens culturais, mas a ponderação a respeito dos mesmos.

Em janeiro de 2020 a Fundação Demócrito Rocha (FDR) no Ceará abriu inscrições de um curso de extensão online em formato modular com o tema “Formação de Mediadores de Educação para o Patrimônio” para estimular ações em espaços públicos e equipamentos públicos. O objetivo do curso é que cada cursista possa atuar como mediador de educação patrimonial na comunidade e no trabalho que esteja desempenhando. É extensivo a todos os distritos culturais, agentes sociais como OSC, associações e escolas públicas. A Meta 17, no § 11, inciso I diz o seguinte:

[...] revisar a política de editais da Secretaria da Cultura do Estado, garantindo a regionalização, a ampliação de recursos, a desburocratização, a transparência e a criação de novas temáticas que contemplem as demandas regionais e as várias linguagens, estabelecendo um calendário de prazos para repasse dos recursos.

Alertamos para que de fato as ações possam alcançar os grupos de brincantes que ainda estão excluídos, até mesmo por iniciativas democráticas como este plano, mas que esbarram na burocracia dos editais aliados a fatores socioeducacionais e econômicos pelo qual passam ao longo da nossa história. E por fim a Meta 20 no artigo 17º, §1º, inciso III que menciona o seguinte:

Elaborar, implementar e inserir na economia da cultura das microrregiões do Estado, até 2018, Roteiros Turísticos Culturais Sustentáveis e Populares, através das seguintes ações: [...] III – elaborar roteiros turísticos culturais, contemplando todo o território cearense, incluindo e valorizando as comunidades tradicionais (pesqueira, quilombolas, indígenas, dentre outras), através do fortalecimento de redes de economia solidária e turismo comunitário.

O Mapa Cultural do Ceará busca informações que servirão de subsídio para otimizar as ações de preservação da cultura local dentro de um processo democrático

e eficiente. A sociedade pode obter informações sobre a diversidade cultural no Ceará que possibilitou a criação da rota turística do estado. O município de Barbalha/CE entrou nessa rota turística por seu vasto patrimônio, seja ela, material, imaterial, ambiental ou religiosa, estratégia que impulsiona o turismo cultural da cidade e região.

A cultura tem um viés econômico muito forte, já se investiu muito em algumas áreas culturais do Ceará e que tem dado retorno, todavia os grupos de tradição precisam além do incentivo através de editais, ações que possibilitem a sua sustentabilidade e que venham a entrar na rota turística do Ceará e possam também integrar a economia da cultura no Ceará.

### 3.4.3 Processos de tombamentos de edificações e salvaguardas de bens imateriais

Outro questionamento que devemos tratar é sobre sensibilizar e conscientizar do porquê e como preservar devendo ser feita por meio de políticas públicas que englobem as comunidades os agentes que convivem com os bens materiais e imateriais de memória coletiva e da identidade cultural dos inúmeros segmentos sociais considerados de interesse primordial para a conservação desses patrimônios. É através da preservação que exercemos a cidadania quando defendemos, protegemos, resguardamos e conservamos o bem mantendo livre de corrupção, adversidade ou prejuízo.

Assim estamos garantindo às novas gerações o conhecimento de suas histórias específicas. Não podemos preservar tudo que foi produzido no mundo, por isso foram estabelecidas as leis e regulamentos que determinam o que deve ser protegido e conservado. A história não se resume ao passado, ela é viva e está ocorrendo hoje, tudo que construímos é história, portanto apenas uma parcela expressiva de cada época deve ser preservada. O patrimônio é dividido em três grandes categorias: o natural, o tangível e o intangível, e podemos protegê-lo de duas maneiras tombando e salvaguardando.

O tombamento é o ato de reconhecimento do valor histórico, artístico ou cultural de um bem. Ele é uma ação do Estado e está regida pelo Decreto 25/37, que normatiza a ação de proteção e pode ser realizada pelas três esferas: federal, estadual e municipal, o mesmo decreto que instituiu o atual IPHAN.

Os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, dos quais estão os conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento é mantê-lo protegido para às futuras gerações, impedindo assim a sua extirpação ou destruição.

No artigo 4º deste decreto acima mencionado assenta que a instituição possua quatro Livros de Tombos: Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Tombo Histórico, Tombo das Belas Artes e o Tombo das Artes Aplicadas, ficando estes sob a responsabilidade do Arquivo Central do IPHAN. Os bens são inscritos nos livros de acordo com as suas especificações e podem ser inscritos em mais de um livro, de acordo com o valor que a eles é concedido.

No Brasil os órgãos de proteção ao patrimônio estão nas três esferas de governo: Federal, o IPHAN e a Polícia Federal com as Delegacias de repressão aos crimes ambientais e contra o patrimônio histórico DELEMAPH'S e a Divisão de repressão aos crimes ambientais e contra o patrimônio histórico (DMAPH); Estaduais, as Secretarias de Estado da Cultura, através do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico; Municipais, as Secretarias de Cultura dos Municípios e os Conselhos de Cultura e Conselhos de Defesa do Patrimônio Cultural.

No Ceará temos 21 bens tombados e 22 em instrução pelo IPHAN a nível Federal até o ano de 2017. Dentre eles uma coleção arqueológica, quatro centros históricos, uma paisagem natural formada por monólitos, os Serrotes de Quixadá, mas nenhum em Barbalha/Ceará.

O IPHAN efetuou o inventário de bens imóveis, e incluso nas áreas de interesse arqueológico, sobressaem-se os sítios litorâneos com fartos indícios históricos e pré-históricos reconhecidos nas imediações de rios como o Jaguaribe e o Acaraú. Nas regiões do Sertão Centro-Norte, Cariri e Sertão Central, predominam alguns campos da arte rupestre que já foram alvo de estudos acadêmicos. Nos territórios sertanejos, à amostra dos municípios de Tauá e Arneiroz, foram identificadas numerosas oficinas líticas de lascamento atinentes a antigos caçadores coletores. Em Mauriti, no lado leste do Cariri, foram encontradas aproximadamente dez aldeias ceramistas, distinguindo-se a aldeia tupi-guarani Anauá, datada do século XIV. É vigoroso à presença de sítios paleontológicos, onde a maior parte deles foi descoberto baseado em licenciamentos de empreendimentos.

O governo do Ceará até 2017 tinha quarenta e três bens tombados, dos quais dois estão em Barbalha/Ceará: um Sobrado à Rua da Matriz em 1983, onde funciona hoje a Secretaria da Cultura Municipal e a Casa da Câmara e Cadeia de Barbalha em 1995, onde funciona hoje a Escola de Saberes de Barbalha. Atualmente em todo o Ceará são 13 pedidos de tombamento.

Na cidade de Barbalha/Ceará as leis municipais nº 1.101/1989 e nº 1.639/2005 preservam trinta e dois prédios da cidade. Os preceitos asseguram ao proprietário a isenção do imposto predial e territorial urbano e obrigam a conservarem os imóveis e embargam a restauração ou modificação desses sem prévia anuência da prefeitura municipal.

A outra forma de se preservar é se fazendo a sua Salvaguarda, que difere do Tombamento, pois considera as manifestações puramente simbólicas sem impedir as suas modificações com o tempo. A salvaguarda apoia a continuação de maneira sustentável do bem intangível no intuito de aprimorar as condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que proporcionam sua subsistência.

É feito através de Inventário e Registro das características dos bens imateriais, querendo sempre sustentar viva e alcançável às tradições e suas referências culturais amparadas pelo Decreto nº 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, possibilitando a concreta proteção administrativa desses bens que se associam à identidade e às ações dos grupos sociais.

Entre as incumbências do PNPI encontram-se a construção de indicativos para orientação e análise das ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, angariar recursos e fomento da constituição de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro e estimular e contribuir com as decisões e práticas de preservação disseminadas pela sociedade.

O registro destes bens imateriais é feito em quatro livros: Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de fazer Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações, Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas e o Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais e Coletivas.

O IPHAN no Ceará tem trabalhado e avançado para conseguir a salvaguarda de patrimônios imateriais neste estado. Já concluiu o Mapeamento do Acervo Documental do patrimônio imaterial do Ceará e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) da Região do Cariri e está em andamento o Inventário dos Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte/Ceará, tudo isso sendo possível através do PNPI.

O patrimônio imaterial do Ceará está vigente sobre tudo em festas, em saberes e ofícios tradicionais que penetram o ambiente de diversas comunidades e na influente tradição artesanal, destacada em todas as regiões e em cidades como Juazeiro do Norte/Ceará.

As categorias mapeadas do patrimônio abrangem a literatura de cordel, maneiro-pau, maracatu, padaria espiritual(movimento literário) e reisados (bumba-meu-boi e outros), penitentes (cerimonial de penitência, quadrilhas juninas, romarias (Cariri e Juazeiro do Norte), Toré (prática ritualística de dança indígena de pajelança, profetas de chuva (previsão empírica do tempo), rabequeiro (execução musical com rabeça), rede de dormir (produção manual), rezadeiras (rituais de reza e cura), vaqueiro/aboiador e xilogravura; e a praça do Ferreira (categoria lugares).

Este mapeamento compõe também em uma análise englobando a conjuntura estrutural de preservação, funcionamento, ambientais e de acesso às fontes e obras nas entidades depositárias dos acervos. Dentro da diversidade de bens imateriais do Ceará o IPHAN registrou a nível Federal quatro deles até agora: Roda de Capoeira, Ofício dos Mestres de Capoeira, Teatro de Bonecos do Nordeste e a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha/Ceará registrada no Livro das Celebrações.

O estado do Ceará através da Secretaria Estadual da Cultura reconheceu em 2015 a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha como Patrimônio Cultural do Ceará na categoria Celebrações. Através deste feito abriu caminho para o fomento à salvaguarda dos grupos de tradições culturais deste município. Grupos que contribuem significativamente para os festejos no dia do pau da bandeira de Santo Antônio.

Até 2018, o Governo do Ceará diplomou 80 Mestres e Mestras denominados Tesouros Vivos da Cultura com o Título Notório Saber através da UECE atingindo a

meta contida no Plano Estadual de Cultura, política cultural direcionada as expressões imateriais, que buscam apoiar o reconhecimento, a proteção e a valorização da diversidade dos saberes, fazeres e manifestações das culturas populares e tradicionais no Ceará atentando para a preservação da memória cultural e transmissão de seus saberes e fazeres artísticos e culturais. Através de seleção pública, os mestres contemplados percebem um auxílio financeiro vitalício, e os grupos de tradição recebem ajuda para a sustentabilidade das atividades.

Diante do já exposto até o momento percebemos que o Ceará avançou em ações voltadas à preservação do patrimônio, porém ainda há muito a fazer em todo o estado, e em Barbalha/Ceará, haja vista o Inventário de Bens Culturais concluído nos anos 2000 e o processo de tombamento e salvaguarda de bens não foi continuado e com certeza precisando ser revisto o inventário de prédios para saber o estado em que se encontram.

O patrimônio material continua sem ser protegido em sua grande maioria e a preocupação é que a Barbalha que tem edificações do século XIX possa vir a perdê-los por falta de políticas públicas municipais alinhadas com o estado e a união.

Apesar da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha como patrimônio imaterial tenha conseguido reconhecimento a nível federal e estadual ela não acontece à parte das outras manifestações culturais que estão presentes em todo o dia do pau da bandeira e durante os 13 dias de festa e que tem a sua imensa contribuição para que a festa seja grandiosa e conhecida nacionalmente.

Resta evidenciado que os grupos de tradição merecem também o seu reconhecimento por transmitir os seus saberes, crenças, costumes, que fazem parte da nossa herança cultural, de nossa identidade como barbalhenses, nos fazendo sentir que fazemos parte de tudo isso e na singularidade do direito a nossa memória fundamentamos o exercício da nossa cidadania afirmando a democracia que desejamos desenvolver.

Estes grupos de brincantes estão prestes a desaparecer se não houver uma política pública de sustentabilidade que verdadeiramente chegue até eles em suas comunidades, pois a festa mudou muito desde a primeira, alterando os sentidos simbólicos, históricos, sociais, culturais e econômicos. Eles estão tendo que se reinventar para sobreviverem às mudanças trazidas pela lógica da indústria cultural.

É dentro deste contexto que as ações efetivas de tombamento e registro nas três esferas: federal, estadual e municipal serão possíveis com políticas públicas ao alcance dessas manifestações, pois hoje se encontra à margem das políticas existentes apesar dos esforços empreendidos pelo estado.

#### 3.4.4 Conselho estadual do patrimônio histórico e artístico do estado do Ceará: estrutura e funcionalidade – COAPE

Este conselho está de acordo com a Constituição de 1988, em seu artigo 216º, que instituiu as novas regras jurídicas para o assunto patrimônio cultural. Esse recente aspecto dado ao conselho abrangerá os patrimônios material e imaterial.

O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará foi criado pela lei nº 13.078/20; é uma instância de participação da sociedade civil, na política de proteção do patrimônio cultural do Estado do Ceará, estando vinculado à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Com caráter democrático e mandado de 04 (quatro) anos. São 24 (vinte e quatro) conselheiros titulares e 24 (vinte e quatro) suplentes, representantes de órgãos e entidades idôneas e qualificadas para o cargo. É presidido pelo secretário de cultura do estado do Ceará, conselheiro nato, concedido somente o privilégio ao voto de desempate.

O Regimento interno deste referido conselho estabelece a competência do conselho, sua composição, organização, seus órgãos deliberativos, atribuições de cada órgão e funcionamento. O funcionamento do conselho acontece em reuniões ordinárias do colegiado mensalmente, em datas preestabelecidas por calendário construído por meio de deliberação. Haverá reuniões extraordinárias quando convocadas pelo presidente ou colegiado, desde que este último cumpra as exigências que constam no regimento interno.

As reuniões do conselho só podem iniciar com a presença de no mínimo 11 (onze) membros, se não houver quórum na primeira verificação, somente após 20 (vinte minutos) haverá outra convocação, finalizando com a realização ou não da reunião. O conselho está organizado da seguinte forma: Presidência, Colegiado, Comissões Técnicas e Secretaria Executiva.

A representatividade de diversos segmentos da sociedade é a marca principal do conselho, o que permite que ele tenha amplo papel nas políticas de preservação do patrimônio cultural cearense.

Este conselho está nivelado com o Plano Estadual de Cultura de 2016, que tem como um de seus objetivos é reconhecer e valorizar o patrimônio cultural do Ceará, englobando os bens tangíveis e intangíveis.

Dentre as suas atribuições o conselho deve formalizar em conjunto com a Secretaria de Cultura do Estado, as diretrizes a serem desenvolvidas nas políticas de preservação e valorização dos bens culturais; emitir resoluções e moções de sua competência legal; deliberar sobre o registro e/ou tombamento de bens culturais móveis e imóveis de valor reconhecido pelo Estado do Ceará; adotar medidas previstas na Lei nº 13.078/2000 necessárias a que se produzam os efeitos do tombamento.

Apesar das dificuldades decorrentes da implantação e do funcionamento de colegiados, eles são um mecanismo capaz de promover a democracia, entendida como partilha de poder que colabora para mudanças significativas no compromisso com a proteção do patrimônio cultural iniciando uma conversa com a sociedade, o que dará maior abrangência as discussões.

### **3.5 A interatividade das políticas públicas de cultura do estado com as demandas de preservação patrimonial do território cearense**

A resistência cultural africana é um movimento negro que surgiu no período escravagista para opor-se à escravidão. Após a abolição foram morar nas periferias, morros e favelas das cidades, locais estereotipados como violentos, de malandros, de pobreza e propagação de doenças. Assim iniciou-se um novo desafio para a população negra, a luta contra o preconceito e a desigualdade social através de reivindicações de compensação por anos de trabalho forçado, falta de inclusão social após esse período, a falta de políticas públicas destinadas a maior presença do negro no mercado de trabalho e na área educacional. Buscam também a efetiva aplicabilidade das leis quanto à criminalização do racismo e a plena aceitação e respeito à cultura e herança histórica.

Esta cultura africana influencia diretamente a demanda por preservação dos grupos de tradição de origem afro-brasileira, pois, as raízes negras são vistas pela perspectiva da ancestralidade. Desde a escravidão africana no Brasil até o movimento negro contemporâneo, gerações vêm perpetuando esta cultura que repercute diretamente sobre a cultura brasileira.

Os cidadãos no território cearense têm construído uma relação de pertencimento com os grupos de tradição peculiares do seu município ficando em evidência quando há o diálogo entre as manifestações culturais e as políticas de cultura do estado, mediante a implementação das ações do Plano Estadual de Cultura.

No Ceará são poucos os bens materiais e imateriais tombados e registrados como vimos no decorrer deste trabalho a nível nacional e estadual. Dos 187 municípios apenas Barbalha possui um bem imaterial registrado no livro das celebrações pelo IPHAN e pela SECULT do Ceará “A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio” e mais quatro deles registrados também a nível nacional por este órgão estando presentes em todas as cidades brasileiras: Roda de Capoeira (livro de expressões), Ofício dos Mestres de Capoeira (livro de saberes), Teatro de Bonecos do Nordeste (livro de expressões) e a Literatura de Cordel (livro de saberes).

As demandas por preservação em todo o Ceará são evidentes por onde passamos e particularmente aqui queremos dar visibilidade a problemática em volta dos bens imateriais, os quais, estão desaparecendo por falta de políticas públicas de sustentabilidade.

As ações do Plano Estadual de Cultura que estão sendo implementadas desde 2016, como o mapeamento cultural para se saber onde encontrar as manifestações culturais, os editais que financiam grupos de tradição, o título de mestre da cultura dados aos mestres destes grupos e muitas outras ações tem possibilitado a visibilidade da cultura afro-brasileira.

A cultura é de fundamental importância para a formação do Brasil, totalmente absorvida pela sociedade brasileira nos mais variados aspectos, presentes no nosso cotidiano, no nosso patrimônio cultural. E, ao mesmo tempo, que essa cultura dialoga com o povo brasileiro, esta mesma sociedade é preconceituosa e racista em relação

ao negro. A dança, como os outros aspectos da cultura africana tem sido um espaço de resistência para afirmar a identidade negra como brasileira.

#### **4 A INSERÇÃO DO CARIRI CEARENSE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

A região metropolitana do Cariri Cearense por seu estado climático propício, associado a riquezas naturais hidrográficas e pela conjuntura sócio – histórica, possibilitam o crescimento da região. Com uma localização tática, equidistante das capitais nordestinas preeminentes, esse território acolhe um dos principais polos industriais, comerciais, turísticos, educacionais e culturais. O Cariri Cearense conserva ampla cadeia de ligações econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais, contendo na etapa primária marcas por ocupações rurais com modestos donos de terras com preferência básica para produtos para subsistência.

Em relação à cultura é conhecida pelos especialistas em sua história como fonte de cultura popular, e ambiente que reúne manifestações culturais expressadas nos saberes, fazeres, costumes, culinária, ofícios e religiosidade dos cidadãos, traduzidos ou concretizados, nas danças, nas festas, nas esculturas em madeira, no barro, na xilogravura, cordéis, patrimônio histórico-arquitetônico, as riquezas naturais da região como sítios arqueológicos, floresta, geoparque, etc. Mediante diversas expressividades, a Festa de Santo Antônio de Barbalha destaca-se como modelo cultural, conceito que se sustenta por intermédio da totalidade de bens culturais materiais e imateriais e naturais que o município abriga.

A Festa de Santo Antônio e as manifestações culturais a ela agregada estão consagradas como parte do calendário das festas juninas no nordeste brasileiro. A conjuntura social na qual se apresenta a cultura compartilhada é factualmente evidente por uma manifestação de resistência coletiva desde a colonização da região e da resistência dos nordestinos que confrontam o flagelo natural, ambas vistas por perspectivas distintas.

Perante inúmeras manifestações culturais as políticas públicas de preservação do patrimônio não poderiam ser alheias à necessidade de salvaguardar tão rica herança dos nossos ancestrais às gerações futuras, colaborando para continuidade da história e identidade deste povo caririense e, sobretudo, o barbalhense que é o foco desta pesquisa.

As políticas públicas de preservação existentes no Brasil estão alinhadas as do estado do Ceará, que por meio do plano estadual de cultura vem implementando

ações através da SECULT/CE para a preservação dos bens materiais e imateriais, contudo os números de bens materiais tombados ainda são insuficientes para as demandas que já se encontram disponíveis a visitação das comunidades e turistas.

No Cariri Cearense apenas na cidade de Crato, a Casa de Câmara e Cadeia, Estação Ferroviária, Sítio Caldeirão e o Sítio Fundão, e em Barbalha a Casa de Câmara e Cadeia e o Casarão Hotel são preservados pelo Estado do Ceará. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio também em Barbalha é salvaguardada como patrimônio imaterial através do registro no livro de celebrações, único registro feito na região do Cariri Cearense até o momento pelos dois órgãos. – SECULT/CE e a Superintendência do IPHAN no Ceará.

Outra ação que está sendo implementada é a sensibilização para a criação de sistemas municipais de cultura e conselhos municipais de cultura e dos conselhos municipais do patrimônio histórico e artístico. Essa mudança de atitude e o envolvimento da sociedade civil nos órgãos colegiados acontecem de maneira diferenciada em cada município.

Como mecanismos de preservação e incentivo cultural a política de preservação do Ceará, realiza eventos localizados e singulares, festivais como maculelê, capoeira, quadrilhas e o festival de música em Guaramiranga, etc, e atividades culturais que proporcionem ingresso aos bens por todos os sujeitos buscando a sustentabilidade para essas manifestações culturais há longo prazo como exemplo, os editais destinados ao financiamento de grupos ou artistas locais, visto que por diferentes motivos, os artistas e grupos de tradição, encarregados pelo abundante agrupamento de expressividades culturais conta com amplo obstáculo em conseguir ajuda, quer por projetos amparados por incentivo fiscal ou pelo Fundo Nacional de Cultura dificultando o acesso aos grupos de brincantes.

Com certeza há inquietação com relação aos aspectos empregados na elaboração das políticas públicas de preservação. Há uma abordagem adversa e insatisfatória vinculada às expressões culturais populares, pois assente a qualidade fecunda do povo brasileiro na criação de símbolos de Identidade Cultural Brasileira tais como: feijoada, vatapá, cururu, moqueca, samba carnaval, artesanato, etc. Todavia nunca existiu trato igual entre os incentivos às manifestações culturais populares e as ferramentas de salvaguarda e incentivo às manifestações artísticas e das indústrias culturais, como também existe a dificuldade no reconhecimento dessas

expressões culturais locais e regionais, pois é conduzido de forma medíocre nos processos de definição das políticas públicas. As culturas populares continuamente sofrem a mesma hostilidade que as camadas sociais desafortunadas, e depositária desse magnífico patrimônio cultural.

Os editais de incremento são uma tática interativa de expansão do diálogo entre as políticas públicas de preservação e os artistas da cultura popular para torná-los protagonistas das políticas culturais como são os artistas relacionados ao teatro e cinema. A região é reputada pela sua capacidade turística com destaque para o turismo religioso em Juazeiro do Norte, que no decorrer do ano atrai inúmeros excursionistas a estátua do Padre Cícero e o centro comercial da cidade, e no mês de junho em Barbalha para a festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio.

O Cariri Cearense destaca-se prioritariamente através de dois aspectos: a diversidade da sua cultura e a sua configuração ambiental, e é exatamente a junção dessas características que oferece a região elementos para transformarem em um espaço tão singular.

O turismo ecológico é adotado nos municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Santana do Cariri e Nova Olinda, que, por meio de seus recursos naturais fascinantes, proporcionam aos turistas encanto paisagístico e numerosas nascentes situadas na Chapada do Araripe. Ela é hábil em conservar umidade que propicia o surgimento da fauna e flora com toda a sua riqueza característica da Floresta Nacional do Araripe, tendo sido a primeira estabelecida no Brasil.

No município de Santana do Cariri encontra-se um dos melhores estoques fossilíferos já descobertos no mundo, despertando cientistas de muitas nações. O Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – URCA é instalado lá, agente motivador de uma grande quantidade de pessoas visitando-o.

O Geoparque Araripe, local que reúne informações e arquivos sobre a história natural da região do Cariri Cearense, da mesma forma admirável e encantador para turistas, o primogênito das Américas que se concebe em uma excepcional grandeza para a região, englobando o território de seis municípios e um variado patrimônio biológico, geológico e paleontológico.

Desse modo, as especificidades devem ser assimiladas em sua plenitude, pois relacionadas às particularidades ambientais e históricas, as expressões culturais

presentes no Cariri Cearense vão apresentá-lo como uma região em decurso de produtividade crescente.

Em março de 2020 a rota de turismo do Cariri Cearense foi oficializada com a assinatura do termo de implantação pelos representantes da Secretaria de Turismo do Ceará, da Secretaria de Cultura do Ceará, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e dos seis municípios contemplados pela rota: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Nova Olinda e Assaré. De início, a rota contempla 50 lugares destas cidades. Os municípios escolhidos nessa primeira etapa são aqueles em que o patrimônio está qualificado pelas exigências desse projeto.

A rota estabelece locais turísticos populares, como a estátua do Padre Cícero, o Museu e o Memorial, a Gráfica Lira Nordestina editora da literatura de cordéis, em Juazeiro do Norte; Fundação Casa Grande - Memorial Homem Kariri, Museu do Ciclo do Couro, em Nova Olinda; o Museu de Paleontologia e o Pontal de Santa Cruz, em Santana do Cariri; a Fundação Memorial Patativa do Assaré, em Assaré a Estátua de Nossa Senhora de Fátima e o Caldeirão de Santa Cruz, em Crato; e o Centro Histórico e a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, dentre muitos outros.

O turismo cultural no Cariri Cearense abrange as informações necessárias possibilitando o turista entendimento da vida naquela comunidade privilegiando a arquitetura histórica, as danças dos grupos de brincantes, a música, a gastronomia típica, o artesanato e o ecoturismo.

A região tem sido contemplada com investimentos dos governos estadual e federal para a aplicação em infraestrutura urbana turística, como a ampliação do aeroporto regional do cariri, melhoramento das rodovias que dão acesso às várias cidades circunvizinhas, complexos turísticos, centro de convenção, central de abastecimento – CEASA Cariri, diversa infraestrutura social significativa para a condição de vida de residentes locais como: hospitais, escolas, universidades, metrô, shopping, investimentos privados de empresas nacionais e internacionais, redes de supermercados varejistas, hipermercados atacadistas, empresas multinacionais abrangendo lojas de departamento disponibilizando diversidade de produtos e serviços.

O comércio local tem gerado trabalhos em variados ramos, aquecendo à economia da região. A construção civil cresce espalhando edificações nos diferentes

negócios que enobrecem a região e conquistam novos investimentos. A educação oferta a região mais uma universidade pública, a Universidade Federal do Cariri. Embora não tenha exaurido as questões socioambientais, o Cariri Cearense transformou-se em modelo de expansão regional no Ceará.

A região metropolitana do cariri é o segundo maior aglomerado urbano do Ceará evidenciado pelo cenário cearense que dispõe de recursos naturais que reverenciam elementos impostos à apropriação dinâmica e fecunda.

Barbalha compõe a macrorregião turística, distinta pela pluralidade e expressões culturais associadas à festa de Santo Antônio em Barbalha, consagrada por ser uma atratividade turística de repercussão populacional e econômica para a região. O cariri cearense ostenta um patrimônio paisagístico original com variedade biológica de fauna e flora, ecossistemas com componentes similares, riquezas históricas, como o Balneário do Caldas, estância com águas térmicas e minerais no distrito do Caldas e o Arajara Park no distrito de Arajara.

O turismo em Barbalha adota as regras da globalização que tem nos territórios a essência do magnetismo, quer nas festas, quer bens naturais, no patrimônio material e imaterial que definem o atrativo do município intervindo nas verificações das consequências econômicas, sociais e históricas do turismo sobre outros enfoques da vida social, como do turismo religioso. Nesta rede de relações o espaço e a cultura local convertem-se em objetos a serem vendidos e consumidos (SILVEIRA, 2003, p.70).

Pondera-se que o turismo local encoraja a heterogeneidade e a expansão econômica, proporcionando uma conjuntura favorável de emprego e renda. É eficaz em soerguer a dignidade dos moradores e provocá-los para a procura de novas experiências, trazendo recursos de governos e de empresas privadas e os diversos agentes da rede produtora. O segmento do turismo é favorável à economia de Barbalha/CE, que tem se evidenciado como significativo fomentador de suas manifestações culturais.

#### **4.1 Barbalha no contexto da política de salvaguarda: a gestão da cultura local e a festa do pau da bandeira**

Barbalha surge no contexto de colonização empreendido pelos Portugueses em terras cearenses na metade do século XVII e início do século XVIII, desbravando as matas, em lutas travadas com os índios cariris em busca de terras apropriadas para a pecuária, vindos seguindo às margens do rio São Francisco, mesmo caminho percorrido pelos indígenas da bacia amazônica na pré-história, seguindo o curso dos rios, estabeleceram-se no São Francisco, expandindo-se devido o crescimento das tribos, alcançando o rio salgado afluente do Jaguaribe no Ceará.

Os primeiros colonos vieram da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco sendo dividido o Cariri cearense em Sesmarias, mas foram poucos os sesmeiros que tomaram posse, e aos poucos foram vendidas, arrendadas ou adquiridas por direito de usucapião. Conforme Figueiredo Filho (2010, p.18):

Cariri foi alcançado pelos povoadores do chamado ciclo da civilização do couro. Vieram da Bahia, de Sergipe e Pernambuco, pelo mesmo caminho palmilhado outrora pelos silvícolas na pré-história – o S. Francisco. Muitos alcançaram o riacho dos Porcos, daí se bifurcando para o Jaguaribe, ou penetrando nos terrenos férteis ao sopé do Araripe. Alguns chegaram-nos pelo caminho do Pajeú, de Pernambuco, ou o riacho da Brígida, afluente do mais brasileiro dos rios.

Fizeram a expansão da criação de gado, todavia a agricultura se sobrepôs devido à fartura de água constante e a fecundidade do solo, sendo cultivado com maior importância a cana de açúcar e a mandioca, surgindo respectivamente os engenhos de rapadura e casas de farinha naturalmente.

Após 1650 na região do Cariri cearense houve o estabelecimento de missionários da Ordem dos Capuchinhos, que doutrinaram e reuniram os índios cariris em aldeias instituindo a aldeia dos Brejos, ao lado do rio Grangeiro em Crato e a ordem das Carmelitas estabelece-se em São José dos Cariris Novos, município de Missão Velha. O sistema de apropriação de Barbalha no cenário caririense se mistura com a colonização definitiva do município, pois o seio do Salamanca é um território mais extenso.

A partir das sesmarias concedidas, as terras de Barbalha iam sendo compradas a retalho ou arrendadas por colonos ou posseiros, estabelecendo-se as famílias: Sampaio, Callou, Coêlho, Correia, Filgueiras e Sá Barreto.

Tendo como fundador da cidade o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá, filho do alferes Antônio Pinheiro de Magalhães, sergipano erradicado na cidade de Milagres. Casou-se com Maria Polucena de Abreu Lima também sergipana de Santo Antônio do Urubu de Baixo, do casamento nasceram 8 filhos. Doou o terreno para a construção da capela de seu santo de devoção santo Antônio, hoje Igreja Paroquial de Santo Antônio, começando ele mesmo a construção da capela em 1778, cujo templo sendo sagrado pelo então vigário de Missão Velha Padre André da Silva Brandão aos 23 de dezembro de 1790.

A posição geoambiental perto da chapada do Araripe possibilitou à agricultura devido à natureza hídrica favorável contribuiu para a formação de um povoamento.

O predicado do início de Barbalha se atribui desde a associação do controle territorial com a igreja católica e nessa lógica Barbalha acaba tornando-se criação do rio São Francisco pelas circunstâncias da colonização, pois é de Penedo/AL de onde se desloca o capitão Francisco Magalhães Barreto e Sá para o outro lado do rio São Francisco habitando a localidade que se chamava Santo Antônio do Urubu de Baixo, hoje atual Propriá/SE, e de lá se desloca mais uma vez para o território de Barbalha, porém à época pertencente politicamente ao Crato.

No entorno da capela erguida pelo aludido fundador da Barbalha surgem as primeiras casas determinando a constituição do arraial, e sucessivamente à freguesia pela Lei Provincial nº 130, de 30 de agosto de 1838.

Barbalha está construindo sua política de salvaguarda dos bens patrimoniais materiais e imateriais ao longo de sua história. Temos prédios tombados e a festa do pau da bandeira de Santo Antônio registrada no livro de celebrações do IPHAN.

Todavia a gestão cultural no município não condiz com as salvaguardas já realizadas, pois o município de Barbalha trabalha o patrimônio cultural da cidade com ações pontuais. Não existe uma política pública municipal de cultura definida com plano municipal, sistema municipal, fundo municipal, conselho municipal, todos em funcionando entrelaçados no intuito de alavancar de fato a cultura popular com responsabilidade e sustentabilidade.

## 4.2 O Lugar como Espaço vivido da Cultura na ambiência Rural de Barbalha

A concepção de lugar desponta no início da década de 1970 com sólida significação abstrata. Seu raciocínio se dá sobre tudo pela importância dada as afinidades de afeição concebidas pelos sujeitos em conexão com o seu meio. Para os adeptos da divisão humanista, o lugar é basicamente uma produção da vivência humana e expressa muito mais que a percepção territorial do lugar. De acordo com Relph (1979), o lugar não se refere a objetos e atributos das localizações, porém as maneiras de conhecimento e percepção do mundo, a primordialidade de raízes e segurança, e apoiado por Tuan (1982), lugar é um âmago de significados traçados pela vivência dos indivíduos.

É no lugar que se dá a concepção da identidade das pessoas, vertido na sua maneira de existir, dando ênfase deste modo a acontecimentos de porções da rotina. O lugar que embasa toda a realização da cultura tradicional, até mesmo sua vida e o ofício dos mestres é a vida em comunidade. De acordo com Borges (2014, p.2):

Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parêntese “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. A comunidade tradicional não surge para nós como oposta a sociedades modernas, a cidades, ao mundo urbano. Elas emergem como um lugar diferente.

Os sujeitos da comunidade tradicional se afirmam e se percebem como descendentes autênticos, por meio, de ligações permanentes de consanguinidades, de ancestrais fundadores de um local.

Uma comunidade tradicional não se reconhece como tal apenas por serem eles e os seus modos de vida “diferenciados do ponto de vista cultural”, [...], mas também, por haverem no correr dos tempos, criado, vivido, e transformado padrões de cultura e modo de vida em que a luta, o sofrimento, a ameaça e a resistência estão no cerne da memória (BORGES, 2014, p.12).

Pensamos que foi nos engenhos de rapadura, nas lavouras de cana de açúcar e nas casas de farinha em Barbalha/CE, que nasceram as brincadeiras tornando-se mais tarde em tradição, visto que, após o trabalho em noites enlustradas, os homens se reuniam para descansarem da lida. Entretinham-se com o rodeio natural de amansar burro bravo. O indivíduo tinha que montar o animal sem sela e permanecer

montado o máximo de tempo possível, e se era derrubado caía na bagaceira e os risos eclodiam em todo o engenho.

Nessas noites também contavam estórias de onças e outros bichos, cada qual mais bizarro, anedotas eram destorcidas e quase todas sobre o colonizador português, havia também as adivinhações.

A viola tocava o baião, enquanto os sertanejos dançavam. O baião nasceu com os tocadores de viola, de sanfona e da música de couro. O sábado era o dia do pagamento e a noitada podia prolongar-se, movida à cachaça quando não tinha samba da latada de terreiro com sanfona nas redondezas. Existiam esportes rudimentares como a peteca feita de palha e cabelo de milho, a queda de braço e do antebraço e o cacete feito de jucá, quem os manuseavam bem não eram atingidos por faca ou punhal.

Aos sábados e domingos brincava-se do maneiro pau, que consistia em uma modinha cantada e dançada apenas por homens e sempre um dos sertanejos cantava solo de sua autoria ou assimilado de alguém e saíam pelas estradas cantando e dançando e batendo os cacetes um dos outros e acordando as pessoas em seus casebres. A dança do coco também estimada era dançada só por homens ou então aos pares, dança de roda e também carecia de quem cantasse os versos.

Festa na casa do morador era o casamento de uma filha. O pai da noiva se endividava para comprar o vestido e os sapatos da filha. As panelas de barro eram colocadas em trempes de barro e a melhor cozinheira da redondeza fazia o jantar, o qual era oferecido aos patrões, aos padrinhos, aos parentes e aos amigos, e servia em mesa emprestada da casa grande.

A renovação era outra festa muito popular, a qual corresponde à entronização do coração de Jesus. Nestas reuniões após os cânticos e a reza é servido bolos de milho, puba, aluá de milho, de casca de ananás ou abacaxi, tudo temperado com canela e adoçado com a rapadura. Não podiam faltar os fogos em homenagem ao Santo e a banda de couro ou cabaçal que acompanhava as festas religiosas.

Nas novenas nos sítios a banda cabaçal tem um ritual próprio dedicado ao santo com suas batidas e suas coreografias de dançarinos tímidos. A brincadeira da criançada era de pião, cavalo de pau de madeira, pegar passarinhos em arapucas e

de forno de barro desfazendo a rapadura ou apurando o melaço, batendo depois o mel grosso para colocá-lo em formas de caixas de fósforo.

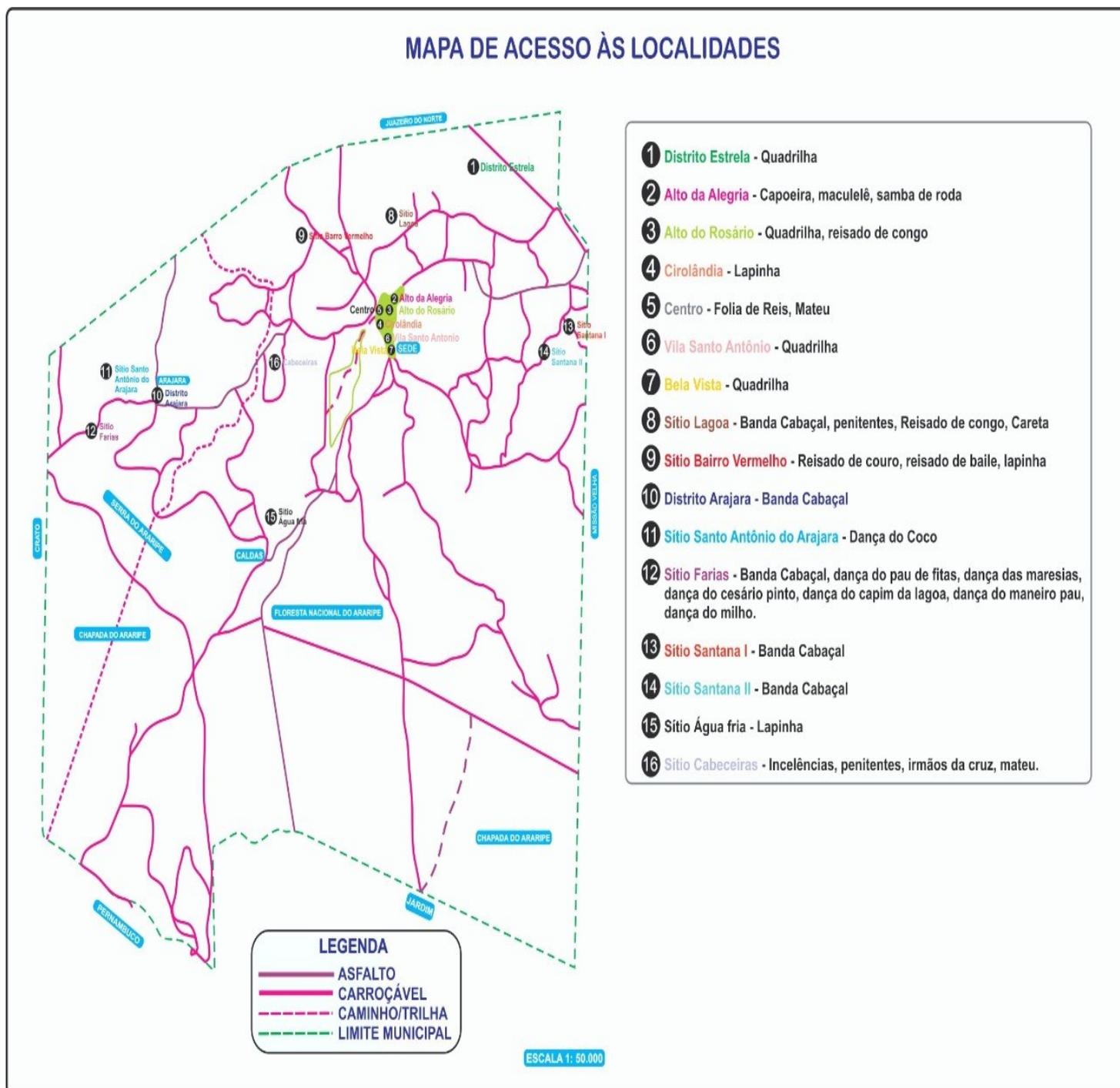
O reisado e o bumba meu boi, a lapinha participaram deste espetáculo onde nascia uma tradição e identidade do camponês barbalhense. Nas casas dos patrões exibiam suas danças e nas festas de fins de ano desciam até a vila. Esses grupos de manifestações culturais sempre estiveram ligados à religiosidade do povo caririense.

Nesta perspectiva, outros costumes, crenças, danças e valores, foi enraizada através das práticas, ritos e símbolos de cada etnia e agregados ao cotidiano, seja nos lares, no trabalho, nas diversões, nas festas do município pela repetição constante, momento em que torna-se tradição singular sempre expressando suas lutas por sobrevivência, misturando-se e contribuindo para a formação da identidade do povo barbalhense.

Em Barbalha a cultura acontece célere a partir de sua formação vivenciada no dia a dia das pessoas nativas e colonos que se estabeleceram naquele território, cada um carregando consigo na sua subjetividade os costumes apreendidos de seu povo.

### 4.3 Os Territórios culturais da imaterialidade das práticas camponesas

#### MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS BRINCANTES NO MUNICÍPIO



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Os camponeses em Barbalha/CE estão estabelecidos em territórios geográficos residindo no chão e do que ele fornece, plantando e colhendo a provisão indo para o sustento de sua família e para os trabalhadores urbanos. Eles exercitam práticas na agricultura anterior a organização das academias. Preservam o sentido da consolidação camponesa trabalhando por moradia decente, edificando a educação do e no campo, a produtividade sustentável e diversa, recuperando as sementes nativas, dos sistemas agroflorestais.

Os alimentos são produzidos tendo como base alguns preceitos: ser diversa, plantar de tudo para o autoconsumo e um pouco para a comercialização, considerar a ambiência, não utilizar venenos, usar sementes nativas e procurar autonomia no assunto energético, dentre outros. O território imaterial do campesinato é definido pelos saberes, valores e cultura camponesa apurada, desde a época neolítica, carregando consigo a herança agrária milenar como explica Mazoyer e Roudart (1998, p.14).

Neles estão contidos os conceitos da existência, de indivíduo e da humanidade que foram concebidos no decorrer de sua vivência e partilhados com o restante das pessoas.

O território imaterial do campesinato do município de Barbalha/CE, cria a viabilidade do camponês barbalhense, questionar a sociedade moderna por meio de seus ideais como premissa essencial para que ele mantenha sua identidade camponesa cultivando e contribuindo com o mercado e a sociedade. É essencial que ele seja protagonista da sua fala e combata o curso de invisibilidade estabelecida cujo propósito consta em excluí-lo social e politicamente.

É a atitude ponderada do camponês perante a sociedade capitalista demonstrar-se como opção ao sistema que opta pelo financeiro em desvantagem do político. Desta maneira, como o campesinato veio antes do sistema capitalista, na atualidade está encontrando alternativas de manter sua essência batalhando pela vida, pela terra, pelo território e pela hegemonia de seus habitantes.

O território imaterial é o ambiente onde se contempla o protagonismo de brincantes, personagens de suas narrativas. Nessa zona de cultura tradicional, o brincar não é separado do cotidiano, compõe a existência. A festividade como território existencial nas maneiras de expressar às perspectivas variadas sobre o mundo,

porém se encaram relacionando-se pela indispensabilidade de se fortificar para enfrentar situações árduas.

São inúmeros os territórios com suas dificuldades peculiares e únicas: geográfico, históricos, políticos, sociais, religiosos, culturais e humanos, conectando, definindo e coabitando a vida dos indivíduos.

É nos terreiros das casas em horas de descanso do trabalho no campo que as manifestações da tradição popular acontecem para mostrar gratidão e relembrar. A associação com os antepassados tem um significado divino guiando as situações extraordinárias na experimentação dos sujeitos que as vivem.

Nas religiões tradicionais dos povos, a festa é a interrupção do divino no mundo. Significa uma ruptura com o cotidiano e a interrupção do tempo comum. A festa é o momento de Deus invadindo o tempo dos humanos, como um pedaço da eternidade que cai na terra e, enquanto não se dilui como o orvalho da madrugada ou a luz do luar, permitem que as pessoas participem de um pedaço do céu de Deus (BARROS, 2002, p. 62).

Essas pessoas têm obrigação de criar métodos e direções para continuar vivendo em meio à alegria nas palavras de Rosa (2002, p.13): “[...] uma festa popular é uma mistura, ao mesmo tempo espontânea e ordenada, de momentos de rezar, cantar, dançar, desfilar, ver, torcer, cantar, enfim, “festar” [...]”.

Os camponeses ao participarem da Festa de Santo Antônio em Barbalha/CE, cultivam a fé, ratificando sua identidade territorial diante do pensamento moderno contrapondo com as desigualdades, as quais estiveram submetidos.

A Festa de Santo Antônio em Barbalha/CE, por caracterizar-se como popular e religiosa concede aos camponeses e a todas as pessoas que compartilhem a experiência das tradições e as formas de viver no campo e do campesinato que, além de tudo sobrevivem ao mundo contemporâneo, opondo-se e se reinventando.

A brincadeira tem o poder de incitar nos sujeitos a vontade de viver e ser feliz. O território cultural do povo é muito vasto e forte, contagiando e convocando na população a vontade de brincar.

O desejo consiste no movimento de afetos e de simulação desses afetos em certas máscaras, movimento gerado no encontro dos corpos. [...] Consiste também num movimento contínuo de desencantamento, no qual, ao surgirem novos afetos, efeito de novos encontros, certas máscaras tornam-se obsoletas, movimentos de

quebra de feitiço; afetos que não existem e máscaras que já perderam o sentido (ROLNIK, 2016, P.36).

A brincadeira em si é um entretenimento, diversão, passatempo, mas também, uma forma de sobreviver ao desaparecimento das maneiras diferentes de viver. Ela respira cerimônia, veneração, irmandade e gratidão pela sua existência, de seus familiares e de suas memórias, pois uma brincadeira não é desassociada, porém mantém vínculo com a profundidade das narrativas comunitárias, e antepassados dos negros brasileiros.

A oposição em meio ao tradicional e o atual, em que as práticas culturais têm sido vistas com dificuldades como alusão somente a incultura e não à persistência do não desaparecimento de uma cultura negada, que elas abrangem. Com preces e coreografias é que a festa de Santo Antônio traz à atualidade a batalha contra a hostilidade no juízo do qual o sertanejo é um indivíduo incivilizado, posto que, é fato que as maneiras, costumes, hábitos e tradições são inerentes aos sujeitos de qualquer povo. Os camponeses têm cultura e tradição próprias que favorecem o renascimento de vidas em seus territórios de geração a geração.

Observa-se a vertente tradicional e a vertente que agrega elementos sociais e culturais do sertanejo onde reproduz a sua sobrevivência, diante dos enfrentamentos dos problemas e processos sociais no contexto de relação com o meio ambiente exigido pelo agronegócio na política do capitalismo campesino, que alarga seus limites, a cargo de expropriação de territórios camponeses e do apoderamento e proveito do labor e do meio ambiente.

#### **4.4 Os Terreiros e a transmissão das práticas culturais camponesas como educação informal**

O terreiro é ambiente do espiritual, da coexistência. É local de folguedos, de estreitar laços de amizade, da organização da convivência em uma comunidade, unidos numa só prática.

Na cultura popular não é necessário ir à escola formal para adquirir conhecimento. Não tem necessidade de instruir-se para fazer cultura. Vivendo os indivíduos constroem formas de vida, desenvolvem talentos, coreografias, ritmos e devoção (BRANDÃO, 2006).

A tradição popular carrega uma base de complexidade, o elo afetoso entre as recordações e os ancestrais. Na cultura enciclopedista, para fazer é necessário frequentar a escola, fazer um curso, ser admitido e ter preparo, entender e saber sobre aquele fazer. Na cultura popular tudo está vinculado à maneira que a comunidade se estrutura. A cultura popular está em sintonia com o modelo de vida, de um grupo de pessoas (BRANDÃO, 1983).

Compreende-se por cultura popular “as manifestações culturais dessas classes, manifestações diferentes da cultura dominante, que estão fora de suas instituições e que existem independentemente delas” (SANTOS, 1994, p.551).

Ela não é hegemônica, pois cada comunidade é única. A pluralidade do popular tem a ver como comunidades nascem, se organizam, rezam, cantam, dançam, comem, relacionam - se e morrem como no rito cíclico da própria vida.

Nesse contexto, notamos que a cultura popular, há séculos, tem permanecido à mercê de uma conjuntura social e política hegemônica que não a compreende e não a valoriza em sua complexidade. Porém, contraditoriamente, mesmo diante da atual conjuntura - que favorece a aniquilação das inúmeras manifestações populares – os brinquedos persistem, inovam-se e continuam a encorajar pessoas a se tornarem brincantes de profissão e de vida. Nesse cenário, identificamos algo valioso, que está além das relações mercadológicas da compra e venda, outra face da moeda: vibração, orgulho e paixão (MOREIRA, 2015, p.67).

Cultura é inerente às pessoas, com tradições difundidas de forma oral há muito tempo. A cultura popular tem um jeito singular de ocorrer, adverso às regras.

A cultura popular possui tempo cíclico e enraizamento; assim, mantém relações com a época da colheita, o tempo das marés, os períodos de trabalho e ócio e conserva os vínculos com seus realizadores. Em geral, as manifestações culturais populares conectam-se aos fenômenos ligados às comunidades em que ocorrem, respeitando as dinâmicas e as funções sociais que cumprem e o tempo e a maneira como ocorrem (ZUCON e BRAGA, 2013, p. 69).

A fusão de fundamentos tirados de práticas dos grupos sociais afrodescendentes, como costume, postura, atitudes, discursos, modos de ver e sentir o universo formam os valores civilizatórios afro-brasileiros (CANDUSSO, 2009) mesmo não sendo uniforme, pois não há consenso nessa cultura nem na África e nem no Brasil (ZAMPARONI, 2007). São eles: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo/comunitarismo, ancestralidade, memória, ludicidade,

energia ou força vital e oralidade. Todos eles se entrecruzam no fazer da cultura tradicional, em Candusso (2009, p. 55): “Estes valores é bom esclarecer, não são estanques, nem fixos, mas se relacionam, interpenetram, articulam, hibridizam e seguem os fluxos e conexões que acontecem normalmente no dia a dia”.

O ponto focal é a formação do ser humano em todos os aspectos. Reagan (2005) lembra que a formação do caráter da criança, dos seus valores morais e espirituais, é de responsabilidade da família, mas também de toda a comunidade.

Analisando sobre como os (as) mestres (as) protegem e repassam a sabedoria tradicional em torno de um jeito de vida brincante pegamos à ancestralidade, a memória, a oralidade e a ritualidade, como valores fundamentais, que são concomitantes e imbricados, havendo uma conexão proativa, permanente, encíclica e espiral, como às manifestações populares de matriz africana, análoga à própria vida de quem as executam a partir de um agrupamento. Conforme Abib, (2004, p.155-156):

Os processos de transmissão de saberes presentes no universo da cultura popular, têm como base para sua efetivação, a vivência em comunidade, pois só essa característica permite que os princípios aqui já discutidos como a memória, a oralidade, a ancestralidade e a ritualidade, possam ser enfatizados de maneira a garantir que os processos de aprendizagem social dos sujeitos se realizem com base na cultura e nas tradições daquele grupo social.

Viver em comunidade, mesmo que por fundamentação na ancestralidade, não se faz em voltas ao passado, obstante às transformações da sociedade moderna (SANTOS, 2019, p.110).

Ainda seguinte Abib, (2004. p. 156): “trata-se de uma reconstrução criativa das possibilidades de se viver e se relacionar com o mundo, com base em outros princípios e valores, pautados por uma dimensão mais solidária e humanizante”.

O que mantém o grupo/comunidade conectado à ancestralidade é a repetição, frequente, do ritual. Ele faz a ligação entre a ancestralidade e a comunidade, por meio da oralidade, passando pelo corpo, que possibilita transmitir a Força Vital e integrar passado, presente e futuro, em uma temporalidade circular. A ritualidade cuida por manter a forma “tradicional” da realização dos rituais e, ao mesmo tempo, por recriar, atualizando, materializando essa tradição no “aqui e agora” (ABIB, 2004, p.156).

As manifestações populares têm como principal fundamento a ancestralidade, que é o sagrado daquele fazer, daquele existir. A ancestralidade não é um conjunto

de regras impostas ou formas de agir sobre determinado fazer. A ancestralidade é um modo de vida Machado e Araújo, (2015, p. 99):

[...] a ancestralidade, por sua vez, é o solo comum. É o elemento que prepara o solo, onde se planta e cresce a comunidade. Mas nada cresce sem a Força Vital, sem Axé. Elemento de ancestralidade que precisa estar plantado no solo onde se constitui a comunidade. A forma de transmitir os insumos – ou os saberes – necessários para que essa comunidade cresça e se fortaleça é a oralidade, que acontece em presença, corporificada, por força da palavra, falada, mas também cantada ou simplesmente gestualidade (MACHADO; ARAÚJO, 2015, p.110).

A cultura brasileira é circular. Todos os componentes, signos e símbolos dançam de mãos dadas numa mesma roda. Há uma cantiga que estimula a corporeidade da cultura de matriz africana, que é diversa. Enérgica e atíça movimentos, sentidos, firma porquês e dá lugar, pertencimento aos indivíduos que integram este brincar (SANTOS, 2019, p.111).

Nas manifestações culturais afro-brasileiras, o conhecimento é produto das vivências, é considerado o tempo das coisas, dos sujeitos e não existe uma disputa sobre ter mais conhecimento que o outro. As vivências não são postas com “objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem prever nem predizer” (BONDÍA, 2002, p. 19).

Não é preestabelecida a via dos saberes, pois não existem categorias dos conhecimentos (SANTOS, 2009), uma vez que cada pessoa tem um jeito próprio, e cada agrupamento também tem sua experiência coletiva, singularizada, múltipla e regular.

De acordo com MACHADO e ARAÚJO (2015), o (a) mestre (a) são as maiores referências nos processos educativos da cultura popular, pois há em seu viver um conhecimento valioso obtido através de sua experiência, por intermédio do tempo de vida. Os (As) mestres (as) sob o olhar da civilização africana são reconhecidos *tesouros humanos vivos*, pois são possuidores de saberes tradicionais, conforme normativa da UNESCO, de 1993 (ZUCON; BRAGA, 2013).

A ideia de proteção das práticas populares, ocorre pelo interesse e inevitabilidade da transferência de costumes: “preservar é transmitir o conhecimento”

(ZUCON; BRAGA, 2013, p. 83). Esta sabedoria se propaga pela oralidade, através das vivências, ou do fazer brincar.

Nas manifestações culturais conceitua-se “a oralidade de forma ampla, não apenas restrita a palavra falada, mas ao que diz respeito à vivência, a observação prática e aos exemplos de conduta” (MACHADO; ARAÚJO, 2015, p.102).

Os (As) mestres (as) são quem garantem o começo do folguedo, não é obrigatório que se tenha um padrão próprio para orientar a tradição (ABIB, 2004). É frequente deparar-nos com mulheres mestras na tradição popular, num território que há relatos de poder quando o assunto é gênero. Todavia as experiências se sobrepujam.

Na devoção de padrões africanos, as mulheres negras são conhecidas como a base da estrutura, o sustentáculo, chamadas de Yabás, que são as líderes que cuidam, apreciam, portanto, guardiãs da religiosidade negra brasileira (MEDEIROS, 2016). Da mesma forma utiliza-se em diversas brincadeiras tradicionais, já que compreendemos que são inseparáveis quando de sua origem no Brasil. “A dança veio da roça, mas hoje acontece nos dias de santos juninos [...] e no terreiro que dançaram seus avós [...] vem celebrar a continuidade histórica de que são protagonistas” (DIAS, 2011, p. 887).

É por intermédio dos mestres (as), que ocorre o trato de apropriação da brincadeira. A aprendizagem é um “processo complexo de entrada do indivíduo no ciclo das trocas simbólicas” Machado e Araújo, (2015, p. 100). Os folguedos são multifacetados, ricos de signos, sentidos e reproduções. É necessário inserir-se no terreiro para experimentá-los e entendê-los.

É necessário assimilar o sentido das trocas simbólicas nos folguedos populares de práticas comunitárias, ponto imperioso e determinante da maneira de vida brincante, porque, o folguedo só existe num agrupamento de pessoas.

A construção da vida encontra um sentido maior quando relacionada à comunidade do qual faz parte o sujeito, não se restringindo aqui seu aspecto individual. O crescimento das pessoas tem sentido quando representa fortalecimento para a comunidade a que pertencem (ABIB, 2004, p. 112).

Os elos que são construídos no produzir da brincadeira entre os sujeitos com o respectivo produzir adotam uma proporção de sustentáculo das manifestações

culturais e dos brincantes “fundamentando uma concepção de cultura popular como comunidade em suas trajetórias de vida” (MOREIRA, 2015, p.112).

[...] assim, o brincar vai se configurando como espaço de comunhão; são trocas e relações estabelecidas em um meio comum, que configuram a própria brincadeira. Brincar revela-se uma espécie de força alcançada pelo corpo coletivo [...], é também um reconhecer de si próprio é essa comunhão esse reconhecer de histórias. De quem sou eu (MOREIRA, 2015, p. 112).

Nos folguedos populares assimilar não se atem ou se restringe a momentos de práticas, de aulas ou ensinamentos, sobre coreografias de baile, as cantigas ou ritmos, e sim pelo aprofundamento dos iniciantes nesse ambiente. Conhecer é relacionado a vivenciar todo o desenvolvimento e fases da construção e execução da brincadeira (MACHADO; ARAÚJO, 2015).

Inclusive a maneira de orientar e preservar o folgado tem relação ao desempenho de aprendizagem através da oralidade. O mesmo folgado, pode ser guiado, disposto e zelado de jeitos diversos em comunidades distintas, carregado de uma individualidade, simultaneamente em que há uma variedade no implementar o folgado.

As comunidades possuem seu ciclo e suas recordações, os quais são protegidos pelos mestres (as), que impulsionam e equilibram os vínculos entre sujeitos e o folgado, no coletivo (ABIB, 2004). Já o brincante no tocante ao folgado coopera e fortifica pela sobrevivência e transmissão dessas reminiscências na coletividade. Os (As) mestres (as) adquiriram o saber através da oralidade e da vivência da mesma maneira que ensinam.

Olhemos para as culturas tradicionais africanas e indígenas como comunidades da memória. “Nelas, os mais velhos são valorizados, pois representam os guardiões das tradições” (MACHADO; ARAÚJO, p. 103, 2015).

Nesse olhar as sociedades do esquecimento deixam a cargo das instituições o comprometimento para com a memória. Nas sociedades da memória, embora coexistam no mundo atual, sobrevivem às suas transformações. Através de meios tradicionais de arquivamento, buscam preservar sua cultura, valendo-se da oralidade para a transmissão da memória coletiva.

O contador de história, nessa tradição, é um mestre, um iniciador da criança, do jovem e até adulto. Trata-se de uma iniciação para a vida.

As histórias míticas são contadas e recontadas e funcionam como mapas que encaminham os sujeitos nas suas possibilidades de convivência, sem prescrever conselhos, fazendo valer o arbítrio e o jeito de ser de cada um (MACHADO; ARAÚJO, 2015, p. 103).

A presença se faz condição da oralidade, visto que a experiência vivida se dá no mesmo ciclo em que as histórias são narradas. Ao passo que se escutam as histórias, se ratificam o compromisso com o desenvolvimento do aprendizado (ABIB, 2004).

Oralidade são uma permuta e um compartilhamento permanente nos mestre-aprendiz, brincante-brincadeira, mestre-brincadeira. Nesta diversidade de vínculos, avivamos a essência humana. Machado e Araújo (2015, p. 103) destacam: “a necessidade de despertarmos para isso, para ampliar nossa percepção, a qual é muitas vezes desconsiderada na vida moderna”.

Em conformidade pelo olhar do reconhecimento dos ancestrais na ótica comunitária, o (a) mestre (a) é o personagem fundamental que garante a oralidade no compartilhar dos saberes (MACHADO; ARAÚJO, 2015, p. 105). Abib (2004, p.66) define:

O mestre é aquele que é reconhecido por sua comunidade, como o detentor de um saber que encarna as lutas e sofrimentos, alegrias e celebrações, derrotas e vitórias, orgulho e heroísmo das gerações passadas, e tem a missão quase religiosa, de disponibilizar esse saber àqueles que a ele recorrem. O mestre corporifica assim, a ancestralidade e a história de seu povo e assume por essa razão, a função do poeta que através do seu canto, é capaz de restituir esse passado como força instauradora que irrompe para dignificar o presente, e conduzir a ação construtiva do futuro.

A ancestralidade conforme Machado e Araújo (2015, p. 107), “ela remete ao reconhecimento dos valores e sentidos que nos conformam, que dão sentido a nossa auto percepção no mundo, ao autoconhecimento, à compreensão mais ampla de nossa própria existência”. É “ancestralidade que envolve a dimensão espiritual, passando pelo corpo e pela natureza” (MACHADO; ARAÚJO, 2015, p. 107).

Os folguedos têm valor distinto na vida, têm terreno no sagrado das reminiscências ancestrais que existiram previamente e concederam significado à vivência dos brincantes. Os folguedos “extrapolam os valores utilitários, se encontram no ambiente das festas, onde se abre uma fenda no cotidiano” (LEWINSOHN, 2008, p. 28).

Temos que entender que a tradição não é inerte, ela é ativa, e o folguedo como resultado da tradição é preservado e aperfeiçoado, porque as pessoas que a fazem são passíveis de mudanças. Está em permanente modificação, ainda que sua base conceda um modelo de reiteração de atividades compiladas para desenrolar-se, alguma coisa continuamente será incluída, propiciando sua alteração.

Estabelecendo interação entre vivências e crenças, o folguedo popular foi um dos modos que os africanos encontraram para passar o amargor e a dor da crueldade submetida durante a escravização. Ele é o fortalecimento contemporâneo das ideias que vão à procura de saberes reprimidos, que dominam conflitos antirracistas, antissexista, anticapitalista.

A preocupação das comunidades é assegurar a transferência dos conhecimentos, a disseminação e a perpetuação da tradição, que não deve se corporificar no ido, porém prosseguir na direção às vindouras gerações e novos tempos, sempre reconhecendo as tradições do povo.

Em 1976 foram inseridas as equipes de tradições na festa de santo Antônio no dia do pau da bandeira em um desfile depois da missa pela manhã e desde então estão intrinsecamente associados às cerimônias do padroeiro, já que muitos deles desde o trezenário de Santo Antônio estão presentes.

Na rota turística do Cariri cearense a cidade de Barbalha é contemplada com o centro histórico, os balneários, a festa do pau da bandeira, todavia os terreiros não fazem parte neste roteiro por não terem estrutura e logística sustentável ainda. Os brincantes que detém costumes centenários são ativos e não se atém a festividades do padroeiro, porém muitos grupos recebem ajuda somente para comparecer a festa necessitando de uma política pública que lhes dê a garantia da sustentabilidade durante todo o ano.

Em Barbalha/CE, o turismo proporciona o partilhamento e a permuta de conhecimentos entre os turistas e nativos, a começar de referências significativas da herança cultural do município como a festa de santo Antônio, que traz um número relevante de indivíduos consumidores, seduzidos em aprofundar-se no território material e imaterial da cultura vislumbrada apresentando como fomento o patrimônio cultural protegido pelo município, contudo, não é comum o turismo cultural nos terreiros de brincantes.

#### **4.5 Aspectos históricos de inserção da educação no protagonismo de promoção cultural no município**

As tentativas de erradicação do analfabetismo no Brasil foram muitas antes do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, visto que modalizavam a cada alteração de governo e as proposições e ações poderiam ser consideradas “como forma de manutenção do poder e manter o status quo, cujas estratégias não visavam perspectivas de futuro escolar aos alunos” (PAIVA, 2011) dentre elas: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), Movimento de Educação de Base (1961), Programa Nacional de Alfabetização que teve como seu elaborador o teórico Paulo Freire (1964 – Método Paulo Freire).

De modo paralelo ao insucesso dos projetos de alfabetização de adultos pelo Governo Federal, despontou os movimentos de educação popular, instigados pelo pensamento Freiriano (1921- 1997), que se dedicava ao Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife onde elaborava uma nova estrutura epistemológica para alfabetização de adultos. Conforme afirmam Moura e Serra (2014, p.5):

No final da década de 50 e início de 60, as políticas públicas voltadas à educação de adultos sofreram mudanças abrindo espaço a um novo olhar acerca dos problemas frente à alfabetização. A essa nova visão, sobre o analfabetismo, foi considerada a pessoa não alfabetizada uma formadora de conhecimento e, correlacionada às mesmas ideias, veio também à firmação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos, tendo como referência o educador Paulo Freire. Segundo Freire, as pessoas analfabetas não deveriam ser vistas como imaturas e ignorantes, o educador chamava a atenção de que o desenvolvimento educativo deveria acontecer conforme as necessidades desses alunos.

Na década de 1960 o Brasil estava no contexto da ditadura militar e tinha 15,9 milhões de analfabetos, sendo criada a lei nº 5.379 de novembro de 1967, que instituiu no âmbito brasileiro a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos, tendo como órgão executor a Fundação MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criada nesta mesma lei.

Este programa foi instituído durante a ditadura militar em substituição ao método de alfabetização de adultos apregoado pelo educador Paulo Freire, todavia o Mobral utilizou a palavra geradora do método Freiriano, que retirava a palavra geradora do cotidiano dos alunos, no entanto no Mobral era decidido por uma equipe

técnica com base em estudos das necessidades humanas, o material didático empregado era uniformizado para todo o Brasil, portanto, não transpondo a linguagem e as carências das pessoas de cada região. A intenção deste programa foi unificar os valores culturais em todo o Brasil.

Este movimento visava a instrumentalizar o cidadão e torná-lo capaz de exercer sua cidadania erradicando o analfabetismo em 10 anos completamente diferente da proposta do PNA, limitando-se a alfabetizar de maneira funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente que capacitasse a exercer sua criticidade, preocupando-se somente que aprendessem a ler, escrever e fazer cálculos. Moura e Serra (2014, p.7) salientam que:

O trabalho pedagógico no MOBRAL, não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação, supervisão e produção de materiais, era todo centralizado. Assim, este programa criou analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome, e que não apresentam condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

Não atingiram sequer um nível aceitável de alfabetização ou letramento especialmente porque suas metas eram ideológicas e não se ajustavam com a vivência do EJA.

#### 4.5.1 O Mobral e seus professores no protagonismo da promoção cultural a partir dos festejos do padroeiro da cidade

Em Barbalha/CE o MOBRAL iniciou no ano 1971, quando o executivo municipal pactuou convênio com o MEC para colocar no município salas de aulas para a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos, ficando o município responsável do assessoramento técnico, espaços físicos e transporte para a equipe e o MOBRAL se encarregava do material didático, implantação de uma biblioteca para pesquisas, pagamento dos monitores, diárias para os monitores e supervisores participarem de capacitações e verbas para despesas administrativas tipo lâmpadas a gás, merenda escolar e combustível.

Os professores eram leigos, ou seja, não tinham formação pedagógica para enfrentar tal realidade. O projeto inscrevia instrutores sem nenhum requisito básico. Santos (2015, p.121) informa que: “a despreocupação com o fazer e o saber docentes

– qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa”.

No município de Barbalha/CE, as salas de aula do MOBREAL funcionaram na zona rural nos sítios Macaúba, Saco, Santa Cruz, Santo Antônio do Caldas, Distrito do Caldas, Distrito Estrela, Santana e Araticum; e na cidade no Colégio Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Sindicato dos trabalhadores e Liga Barbalhense contra o Analfabetismo; sempre no período noturno com duração de 09 meses.

Tinha como uma das prioridades a integração em todas as promoções de alfabetização: as noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas de saúde, do trabalho, do lar, da religião, de civismo e da recreação.

A clientela dessas salas eram pessoas analfabetas que trabalhavam arduamente durante o dia, no corte de cana de açúcar, brocando terra, na colheita, nos engenhos de rapadura e na construção civil e pelo cansaço do trabalho abandonavam a educação que lhes era proporcionada nestas salas. E uma das soluções encontradas foi trabalhar na educação o saber e as experiências de vida que traziam consigo para que houvesse motivação em assistir às aulas, e assim alcançassem os objetivos deste programa.

Todavia este projeto não teve o êxito esperado e foi um dos mais caros programas de Alfabetização de adultos até então. Mas, nas festas juninas e comemorações realizadas nas salas do Mobral foi oportunizada a socialização das manifestações culturais populares de um povo iletrado, mas com grande sabedoria e experiência de vida que carregam consigo de geração a geração.

Nesses eventos os alunos começavam a reconhecer que a escola oportunizava a promoção social, a percepção de si mesmo, estimulando o pensamento crítico. E assim foram sendo conhecidos e construídos pelo coletivo, os costumes, gastronomia, danças e todas as tradições centenárias do povo de Barbalha. E assim após a iniciativa de uma gincana entre alunos que se estendeu por dois ou três anos com a finalidade de identificar e trazer os grupos folclóricos para participarem da festa do padroeiro em 1976, último ano da gestão municipal do prefeito Fabriano, o MOBREAL contribuiu para a continuidade deste trabalho com os grupos de tradição como relata a professora Celene Queiroz (2020):

Eu sou professora do município e fui convidada na época por Dr. Inaldo, prefeito municipal (1977-1982), pra trabalhar na comissão do MOBREAL, foi aí o meu primeiro conhecimento, o meu contato com a cultura popular da cidade de Barbalha, onde estavam os grupos tradicionais era exatamente nas salas de aula do MOBREAL, lá é que eles estavam e lá foi que aumentou o conhecimento e o envolvimento da equipe da Comissão do MOBREAL, mas precisamente, eu, Maria Celene de Sá Queiroz e Benivalda Ferreira Magalhães (in memória), que nós trabalhamos juntas, e aí nós fomos ampliando os grupos, a proporção que a quantidade de gente ia aumentando, andando nas salas de aulas, ia fazendo entrevistas, ia mobilizando as pessoas, ia descobrindo os grupos existentes já na cidade de Barbalha que viviam escondidos, nos pés de serra, né, que esses grupos não foram feitos pela gente, eles já existiam, apenas nós encontramos, quer dizer não chega a ser um resgate, pois eles já existiam nas comunidades deles, já vivenciavam, já viviam aquela dança, aquele canto e nós apenas detectamos, e o local que mais ajudou foram as salas de aula do MOBREAL. Esse trabalho, demos continuidade a ele através do MOBREAL, após as beneditinas da direção do colégio Nossa Senhora de Fátima entregar a responsabilidade da gincana para o resgate dos grupos de tradição de volta à prefeitura municipal, justificando que a partir do mês de abril, os alunos não queriam mais estudar, só pensavam na festa do padroeiro Santo Antônio.

Os grupos de brincantes foram na década de 1970 incorporados à festa de Santo Antônio por serem mais um referente cultural que existia entre os camponeses, pois a tradição nada mais é que a própria vida diária das pessoas construídas em um agrupamento social que vivem de uma maneira peculiar e aceita por toda a comunidade como identidade social.

A festa a partir da inserção destes grupos nunca mais foi a mesma, foi se expandindo e conquistando não só o estado, mas o país. A preocupação desta pesquisa é contribuir para que esses grupos não se percam no tempo, mas que resistam à contemporaneidade, pois tem significado para o seu território de origem.

#### 4.5.2 A conjuntura política e social da inserção inicial da promoção turística da festa de Santo Antônio

No contexto da repressão, censura e controle social, a educação foi compreendida sendo área de ensino profissional através de preparação e qualificação de pessoas para preencher as vagas da manufatura em expansão. Dessarte, por intermédio de um planejamento das atividades educacionais destinadas à profissionalização, divulgavam-se políticas para alfabetizar adultos iletrados.

Os anos de 1970 indicaram uma etapa de transformações na sociedade brasileira, até mesmo na política educacional. Definida por um cenário político social de hostilidade organizacional, permeado por um autoritarismo forçoso pelo jugo dos militares e dos sujeitos comuns que os defendiam.

A educação pretendia construir uma sociedade industrial instigada pelo “milagre econômico”. Nela preponderava à competência e o rendimento, tendo como propósito instruir o sujeito para o universo pautado pelo trabalho, o material didático utilizado servia como ferramenta ideológica, para nivelar toda a massa.

Procurando assim instrução profissional pertinente à assistência da finalidade industrial, a lei 5.692/71, contudo, não gerou solução prática. Os estudantes obtinham uma instrução educativa quase sem conhecimento, dissimulando a verdade sobre suas vidas para viverem debaixo do regime forçoso, ademais serem submetidos à ostentação ao ufanismo.

O enaltecimento ao pavilhão nacional crescia o estado de “um povo ordeiro em progresso”, como afirma Chauí (2012, p. 02). Por isso, a educação no período da intervenção militar conservava a instrução conforme o olhar da política militar, desviando-se assim, de atitudes extremas de punições contrárias aos docentes, que arriscassem desvelar a realidade política do Brasil aos seus discentes, julgados pelo comando vigorante como professores subversivos.

No Ceará o governador Virgílio Távora instituiu uma política de cooperação com a intervenção militar, e não custou a se inserir no estado uma política de perseguição aos oponentes do regime militar na Assembleia Legislativa Estadual, do mesmo modo os bloqueios à mídia. A resistência à inserção do regime militar concentrou-se ao movimento dos estudantes com pouquíssimas manifestações de algumas categorias e entidades de trabalhadores.

No Cariri Cearense, mesmo não sendo o epicentro da luta de classes, ainda com poucos operários e um embrião de entidade de trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro, todavia com uma realidade urbana crescente para os parâmetros do período, não fica fora da vista de repressão do regime militar.

Um dos sustentáculos ao regime militar para lutar contra as forças comunistas foi a Igreja Católica no Cariri Cearense. A maioria das paróquias da região se juntou

aos importantes coronéis e às oligarquias, com o intuito de exaltar e validar a intervenção militar.

A Igreja Católica encarregava-se de realizar “As Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, com a finalidade de felicitar o novo regime político, que se estabelecia, e manifestarem-se nas ruas contra o comunismo. Em Barbalha encontra-se registrado no livro de Tombo da paróquia de Santo Antônio e mencionado por SILVA (2009), como declarou Padre Eusébio:

A paróquia logo no primeiro dia do mês uniu-se as demais paróquias do Brasil para uma ação de graça pelo rápido e feliz êxito da revolução, [...] viviam dias de terrível apreensão, de grande agitação e crescente mal-estar dominava toda nação brasileira. Estivemos à beira do caos total, da destruição, e sem dúvida, tudo acabaria no comunismo. Graças a Deus fomos salvos (SILVA, 2009, p.210, apud Livro de Tombo da Paróquia do Santo Antônio em Barbalha, p. 31, 32).

Em 1974 os movimentos de esquerda que sobreviveram ao regime militar foram aniquilados no Cariri Cearense e em Barbalha concomitantemente a isto, foi eleito prefeito o senhor Fabriano Livônio Sampaio para uma gestão compreendida entre os anos (1973-1976). Ele foi tenente do exército brasileiro do grupo de artilharia de Costa Motorizada em 1964 pela cidade de Olinda/PE (QUEIROZ, 2010, p. 302).

#### **4.6 Gestão pública e educação: a incorporação da cultura camponesa na festa de Santo Antônio**

O município de Barbalha/CE na gestão compreendida (1973-1976) foi o gestor o prefeito Fabriano Livônio Sampaio, engenheiro civil e capitão reformado do exército brasileiro tendo uma gestão organizada, ética, conhecida como “prefeitura escola”.

Trouxe a IBACIP, indústria de cimento, construiu praça, o balneário do caldas, urbanizou a cidade, rebaixou calçadas, construiu a escola de ensino infantil e fundamental Antônio Costa Sampaio, iniciou a retificação do riacho do ouro e relacionava-se administrativamente também com o pároco na época, padre Eusébio, dando impulso inicial à Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio.

Participou das feiras dos municípios em Fortaleza no parque da exposição, por ocasião da exposição de animais, promovida pela promoção social na gestão do governador César Cals de Oliveira (1975) e na gestão do governador Coronel Aduino Bezerra (1976-1978). Cada município participante tinha uma barraca para expor os

produtos que o município produzia. Era realizada uma missa e no ofertório cada município ofertava um produto. Também era escolhida a rainha dos municípios no final da feira, que durava uma semana.

Foi responsável por instituir o desfile dos grupos de cultura popular na festa do pau da bandeira, anexando ao evento de cunho religioso, o cunho cultural/turístico, com quermesses na praça Brasília, comidas típicas e artesanato, levando a festa a sair das fronteiras do município de Barbalha/CE, conferindo-lhe absoluta evidência.

#### 4.6.1 Envolvimento de colégios particulares na promoção da cultura

Apesar de não existir ainda a secretaria de cultura do município na gestão (1973-1976) do prefeito de Barbalha, Fabriano Livônio Sampaio, no entanto, querendo incrementar a festa do padroeiro Santo Antônio para torná-la conhecida por outras pessoas e vislumbrar num futuro próximo uma festa de cunho religioso/cultural/turístico, resolveu convidar todas as escolas públicas e privadas da época no município para participarem de uma gincana no 2º domingo de junho na praça Brasília, hoje João Filgueiras Teles.

O intuito era o resgate dos grupos de tradição do município, os quais existiam nas suas localidades de origem, porém o convite foi aceito apenas pelo Colégio Nossa Senhora de Fátima que se empenhou para realização deste evento, contando com o apoio do pároco da cidade, Padre Eusébio de Oliveira Lima. A gincana consistiu nas seguintes tarefas:

- Construir duas barracas rústicas na praça Brasília;
- Procurar os grupos de tradição pelos sítios e convidá-los a participar da gincana;
- Ter comidas típicas da região;
- Cada equipe estar com roupas caracterizadas;
- Ter a responsabilidade de toda a programação do dia;
- O material que precisassem só poderia ser comprado em Barbalha.

Mesmo sendo uma competição a programação do dia era responsabilidade das duas equipes. A logística para trazer os grupos de brincantes para o evento como roupas, transportes e alimentação foi da prefeitura municipal, como ainda é até hoje.

Em 1973 participaram o 1º pedagógico com a barraca Cabana Abano e o 2º pedagógico com a barraca Kancela, já em 1974 a competição foi entre o 2º pedagógico com a barraca Barril e o 3º pedagógico com a barraca Kancela, e assim esta gincana foi realizada por dois anos com o apoio da prefeitura municipal de Barbalha, paróquia, colégio Santo Antônio, comércio, entidades de serviços.

Vejamos o relato de uma ex-aluna do 2º pedagógico do Colégio Nossa Senhora de Fátima Maria do Socorro Aires Furtado sobre a primeira gincana durante os festejos de Santo Antônio em 1973:

A busca pelos grupos folclóricos foi uma grande luta, foi forte, mas divertida e saudosa. Após a 1ª reunião já começamos a luta, meio dia, com fome, tínhamos que ir aos sítios Saco, Farias, Cabeceiras, e quem chegasse primeiro conseguia os grupos. Muita dificuldade para chegarmos por conta das estradas, todas carroçais e rios, muita terra, tivemos que caminhar muito. Na turma do 1º pedagógico tinha Carlos Freitas, que na época namorava com Valda atual esposa. Ele tinha mais amizade ao senhor Titô de Sá Barreto e conhecia também outros caminhos que davam acesso a sua casa. Nossa turma em uma luta para atravessarmos um rio, quando demos conta, Carlos pulou na nossa frente e chegou, conquistou logo o futuro primo. Nossa turma em uma rural do conhecido Cícero Tapioca, andou conosco fiado durante toda a organização e o dia da festa. Aí chegamos no Saco, fomos bem recebidas e após uma longa conversa Titô resolveu dividir os grupos para atender a todos. Nessa altura Carlos e sua equipe ainda estavam lá. Foi ótimo. Fomos ao Sítio Farias lá eu tinha conhecidos e parentes era o Sr. Joaquim Monteiro, pai da Sra. Naíza Monteiro, a qual era a organizadora dos grupos. Contamos com sua colaboração e seguimos para as Cabeceiras, que também tinha um responsável Sr. Joaquim Mulato, que morava e havia sido criado por uma tia do meu pai. Conseguimos o que ele tinha por lá. E assim continuamos nossos trabalhos, “tudo em segredo”. Depois desta parte já certa, passamos a voltar nos sítios pedindo coisas para as comidas, também foi maravilhoso. Galinha caipira, farinha, côco e mais.

A barraca Cabana Abano também estava muito bem organizada e atingiu também todos os requisitos, porém a vencedora neste ano foi à barraca Kancela, apresentou uma Kancela rústica, que dava acesso à barraca, foi exposta uma roupa de vaqueiro nela e ficavam sempre dois Mateus e dois componentes da equipe recebendo as pessoas com muito movimento o dia todo. A ex-aluna do 2º pedagógico relata ainda que:

A banda de música São José esteve lá durante todo o dia, uma pessoa de engenho desmanchando a rapadura e fazendo alfinim e dando ao povo, também mel e rapadura. Foi servido o famoso aluá de abacaxi feito no sítio, o cafezinho foi servido durante todo o dia e a paçoca feita na barraca por uma mulher vestida de matuta em um pilão pilando a

carne, que era vendida na barraca. Teve também a mulher rendeira fazendo renda, cantadores fazendo versos com os participantes e visitantes. Foi inesquecível.

À tardinha uma banca julgadora, que esteve durante todo o dia como olheiros, entre as pessoas sem que se soubessem quem eram apresentou o resultado da competição, que teve como vencedora a Kancela, “aí foi muita alegria e incentivo para o próximo ano” (MARIA DO SOCORRO AIRES FURTADO).

O segundo ano de gincana já foi mais fácil, já se sabia o que e como fazer, competiram às barracas Kancela e Barril, mas a vencedora foi a Barril, como o próprio nome já diz, trazendo o barril com a cachaça produzida no município e também distribuída durante todo o dia.

#### QUADRO 1: PERÍODO: 1973 E 1974

LOCALIDADE	GRUPO FOLCLÓRICO
Sítios Saco e Farias	Quadrilhas, Casamento matuto, dança da fita, vaqueiros com aboios, renovação do Coração de Jesus, Banda Cabaçal, Pau de Cêbo, Caretas, cantadores, maneiro pau, Beatos e beatas, reisados.
Sítio Cabeceiras	Reisados, Penitentes e quadrilhas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

No segundo ano de gincana também foi organizado pela Primeira Dama do Município, senhora Aurilene Mallman Sampaio shows artísticos de danças com grupos de jovens artistas do município; utilizava nas coreografias, a bandeira da Barbalha, urupembas, mão de pilão, os trajes com cores da bandeira do município, e as músicas compostas por ela e a professora Alacoque Sampaio:

“Minha gente venha ver,  
 O que a Barbalha tem aqui  
 Rapadura, mel de engenho,  
 Araticum e burití,  
 Tapioca e gilim,  
 A mangaba e o pequi.  
 REFRÃO  
 Você vai gostar  
 Da Barbalha do pequi,  
 Você vai gostar  
 É a melhor do cariri.  
 Água do caldas friinha

Que dá gosto de beber,  
 A gostosa caipirinha  
 Pra garganta aquecer,  
 E para a dona de casa  
 A redinha do bebê.  
 Água do caldas friinha  
 Que dá gosto de beber,  
 A gostosa caipirinha  
 Pra garganta aquecer,  
 E para a dona de casa  
 A redinha do bebê”.

As danças apresentadas eram acompanhadas por músicas falando em tudo que a Barbalha tinha na época. Não faziam parte dos grupos folclóricos e nem da gincana, mas abrilhantaram ainda mais o evento.

Assim a festa de Santo Antônio foi crescendo a cada ano com mais grupos de brincantes, ornamentação nas ruas e na matriz de Santo Antônio, o barril de aguardente de cana está agora em todo o percurso do pau da bandeira e muitas outras ideias e sugestões foram se agregando a festa até chegarmos ao patamar em que se encontra hoje.

#### **4.7 A Exclusão da educação pública municipal no protagonismo inicial da promoção da cultura nos festejos de Santo Antônio**

A devoção a Santo Antônio iniciou no município de Barbalha em 1778, quando o fundador da cidade, Francisco Magalhães Barreto e Sá, doou o terreno para a construção da capela, todavia só em 1853 dentro das festividades ao santo, hasteou-se um mastro com a bandeira de Santo Antônio pela primeira vez, por recomendação do Padre Ibiapina, que estava de passagem pela região em sua missão evangelizadora e de assistência no início do século XIX.

E em 1928, o pároco de Barbalha, Padre José Correia de Lima decidiu organizar solenemente o ritual do carregamento do mastro da bandeira na Festa de Santo Antônio.

Desde então a festa vem se desenvolvendo em dois sentidos: no religioso se dá a saudação ao santo padroeiro, o hasteamento da bandeira de Santo Antônio, a quermesse, trezena, procissão e o profano com barracas, comidas típicas, bebidas, parque de diversão, shows artísticos, leilões e os grupos de expressões tradicionais.

Na década de 1970 a pequena festa religiosa, ampliou-se, devido a um novo olhar dado pela gestão municipal (1973-1976), que constatou na festa um potencial turístico, que traria desenvolvimento ao município.

A ideia foi promover o acréscimo de ambientes para as manifestações culturais locais, oferecendo-lhes total evidência. Para que esse intento fosse realizado a prefeitura municipal pediu ajuda a algumas instituições da cidade como a paróquia, Mobral, comércio local, escolas públicas e particulares. Sendo assim estreitaram-se os laços entre o poder público e a Igreja católica locais com um mesmo objetivo e sentidos opostos.

Existiam na década de 1970 escolas públicas, das quais podemos citar: Joaquim Duarte, César Cals de Oliveira, Bom Jesus, Gregório Callou e em construção o Antônio Costa Sampaio (municipais), Senador Martiniano de Alencar (estadual).

Não é bem claro o motivo porque as escolas públicas não participaram desse evento, suponho que as escolas públicas existentes até a década dos anos 1970 ofereciam a educação primária, ficando claro que este trabalho para resgate dos grupos de tradição deveria realizar-se por adolescentes e jovens, os quais pudessem ser responsáveis por esta tarefa.

Todavia só em 1999 a Secretaria de Educação do Município de Barbalha preocupada com a valorização e promoção da cultura imaterial do município fez um projeto que consistia na formação de grupos parafolclóricos nas escolas, onde os mestres dos grupos de brincantes pudessem expor suas vivências e o sentido cultural das tradições herdadas através das danças executadas nas comunidades de origem.

Desde então este trabalho tem sido implementado em algumas escolas municipais, e assim as materialidades da cultura do município de Barbalha se afirmam como potencial a ser incluído na projeção das políticas públicas de desenvolvimento regional, onde a educação é passiva de colaboração nesse processo. Estes grupos parafolclóricos das escolas municipais de Barbalha foram introduzidos no desfile junto com aos grupos de tradição no dia do pau da bandeira de Santo Antônio.

Nestas condições, torna-se necessário vislumbrar formas metodológicas e pedagógicas de ações de interatividade da educação formal com a educação informal no contexto da educação popular representada nas manifestações da cultura popular que se expressam no município de Barbalha.

#### **4.8 O protagonismo da sociedade civil e das instituições locais na defesa da preservação patrimonial**

As políticas culturais sobre o patrimônio obtiveram impulso a partir da segunda metade do século XX, pois identidade e patrimônio se tornaram os grandes protagonistas “porque ambos existem apenas em abstrato, como algo virtual, que dependem da forma como nos imaginamos a nós próprios, e somos imaginados por outros” (PERALTA; ANICO, 2006, p.2).

O patrimônio conquistou um protagonismo estimulado pela repercussão das políticas de preservação e por tornar-se um instrumento na gestão da identidade. São muitas as viabilidades de alcance, e então percebemos a urgência em evoluirmos o conceito de patrimônio cultural imaterial, pois tudo é suscetível a ser apontado como patrimônio, e o que desejamos salvaguardar são as referências culturais que a comunidade reconhece como valores, costumes, crenças, saberes.

A salvaguarda do patrimônio imaterial ficou em evidência nas últimas três décadas do século XX, assim sendo o protagonismo da sociedade civil sobre este tema tem sido concebido ao passo que a população local chega a um estágio de conscientização que é fundamental fazer parte das deliberações do que proteger, como conservar, pois, são seus costumes, hábitos, crenças, manifestações culturais que serão preservados.

O Brasil está em 9º lugar de nação mais injusta do mundo, no qual o acesso, o desfrute, o conhecimento e o consumo cultural são ínfimos, a importância do envolvimento da sociedade civil é indispensável para melhorarmos a nossa posição, porém, necessitamos aumentar a atuação na cultura, mas também dedicar esforços a participação das pessoas para que se concebam como autônomas, criativas e políticas, princípio de toda democracia plena.

As sociedades camponesas adentraram num encadeamento de mudanças importantes com a efetivação de processos industriais e suas vivências encontram-se impelidas ao aniquilamento.

Os grupos de expressões tradicionais para não desaparecerem passam obrigatoriamente por adequações diante das contínuas modificações da sociedade cada vez mais globalizada criando métodos de apropriação ou resistência às novas condutas política, ideológica, cultural e patrimonial.

As mudanças nas estruturas da sociedade pós-moderna e as consequências da globalização estão trazendo aos grupos de tradição novos incitamentos sobre o tema da representatividade, onde esse ambiente de representação é constituído no campo da autenticidade, pureza e o genuíno.

Todavia, há o elemento tempo e os debates identitários, que juntos tornam-se imprescindíveis para fundamentar a exigência das comunidades se idealizarem no futuro.

Os grupos de tradição em Barbalha/CE em 1973 saíram do anonimato em que viviam e iniciaram um protagonismo social durante os festejos do padroeiro Santo Antônio, desde então participam do desfile no dia do pau da bandeira, após a missa pela manhã e de muitos outros eventos, os quais são convidados na cidade, região e Brasil.

Em Barbalha/CE hoje existem instituições locais que trabalham em proveito da defesa do patrimônio material e imaterial como o Centro Pró Memória Josafá Magalhães, a Escola de Saberes, Pontos de Cultura, ONG'S Currupil e Engenho Velho, Associações filantrópicas, escolas, Rádio Urupemba, todas buscam valorizar a cultura popular em si, apoiando-a como uma zona vital de aprendizado e criatividade da sociedade e, portanto, precisando da otimização dessa conjuntura como locais de experimentos, permuta, fluxo e educação de acordo com cada comunidade e pluralidade cultural.

Os terreiros das comunidades onde se desenvolvem todas essas expressões culturais tem procurado a sua sustentabilidade através da política pública de editais no Ceará, mas encontram dificuldades pelas normas do próprio edital e a seleção que é feita não tem atingindo a todos os que participam, alguns terreiros já fazem terreiradas que possibilitem ao camponês valorizar sua identidade territorial, pois tradição e religiosidade imbricados constroem a riqueza imaterial e multidimensional dessas expressões, assim tentam atrair a atenção de pessoas da cidade para seus locais de origem, possibilitando experiência e a vivência em uma aula informal de cultura popular através das apresentações dos grupos de tradição.

Participam também de oficinas, cursos, encontros na intenção de haver o fortalecimento e empoderamento do grupo para conservação de suas tradições e costumes camponeses.

## **5 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRÁTICAS CULTURAIS DE ORIGENS AGRÁRIAS AGREGADAS À FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA**

### **5.1 Simbologia e a Contextualização Histórica das Práticas Culturais**

Antes de respondermos ao questionamento abordaremos o significado de simbologia e alguns conceitos de simbologia para uma comunidade ou grupo social. É importante lembrar que os símbolos são os desejos mais intensos de uma sociedade.

As simbologias são as práticas e os hábitos, as peculiaridades que um determinado grupo social desenvolve princípios que estabelecem as distinções entre os povos. Isto é, todo objeto, conduta, convivência em uma comunidade a qual conferi relevância ou significação. E este sistema de símbolos concebidos, organizados e desenvolvidos que orientam o comportamento humano é chamado de cultura.

As pessoas são proativas inevitavelmente a cultura também. Ela tem ferramentas tradicionais, que auxiliam a guardar a tradição das sociedades, as histórias e experiências das pessoas detentoras destes saberes populares aos jovens para preservarem a tradição no trabalho e nas festas. Ela oferece também métodos modernos, pois a gerações mais novas se interessam por outras culturas e mudanças, as quais possam beneficiá-los, sem entanto perder a sua originalidade.

Segundo a ideia de Turner (2005), os símbolos e os rituais devem ser verificados associados a uma estrutura social, tendo em vista que eles exercem importante função de ajustar e regular as sociedades a partir dos rituais. Isto é, entende-se que os símbolos agem como uma força em benefício das ordens estruturais do grupo.

Cruz (2012, p.80) acrescenta que o desenvolvimento da harmonia social se dá através “[...] da dramatização dada pelo símbolo nos rituais, onde a comunidade assiste e relembra seu papel dentro da estrutura social”. Por este viés certifica-se que os símbolos, “[...] estão essencialmente envolvidos com o processo social [...]”. Entende-se, portanto, que “[...] o símbolo ritual transforma-se em um fator de ação social, em uma força, positiva num campo de atividade [...]” (TURNER, 2005, p.49).

Deste modo, Turner (2005) constatou que os estímulos gerados pelos símbolos para uma atividade social ocorrem, visto que, a eles são concedidos, poder e autoridade, logo, eles têm efetivamente autoridade para nortear os grupos e os indivíduos que com ele mantiverem/mantem contato e, assim eles os orientam a um controle desejado. Por terem força, induzem o povo de uma sociedade efetuar um comportamento aspirado. “Os símbolos, em resumo, têm uma função oréctica (orectic) quanto uma função cognitiva. Eles produzem emoções e expressam e mobilizam desejos” (TURNER, 2005, p.90).

Nesta perspectiva, compreende-se que grande valor tem o símbolo na nossa existência sincrética, pois é no meio do ambiente do rito que ele se faz manifesto, o que frequentemente apresenta-se imperceptível. Dessa maneira compreende-se que uma das atribuições realizadas pelos símbolos de acordo com Turner (2005), “[...] é fazer visível, audível e tangível crenças, ideias, valores, sentimentos e disposições psicológicas que não podem ser percebidas diretamente” (TURNER, 2005, p.84).

Mencionando Geertz (1978), que aborda, dentre outros temas, a relevância dos símbolos na sociedade integralizada, Cruz (2012, p.80) aponta: “[...] que um sistema de crenças é constituído por uma variedade de símbolos, que transmitem ritualmente como verdadeiros, um ensinamento de como o homem deve se portar em sociedade”, por conseguinte, admite-se como em Turner, que os símbolos são adequados pra acomodar uma humanidade pretendida, uma vez que nos “[...] rituais sagrados e nos mitos, os valores são retratados não como preferências subjetivas, mas como condições de vida impostas, implícitas num mundo com uma estrutura particular”.

Desse jeito, percebe-se que o sujeito julga que sem os símbolos sua existência seria uma desordem, todavia conseguem viver sem os demais bens, exceto, sem os símbolos. Nesta direção:

[...] o homem tem uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura e, em função disso, sua sensibilidade à indicação até mesmo mais remota de que eles são capazes de enfrentar um ou outro aspecto da experiência provoca nele a mais grave ansiedade (GEERTZ, 1978 p.114).

Em todas as épocas, os ritos sempre transmitiram heranças e como muitos outros componentes de uma sociedade, não são ultrapassados, mas ganham novos significados e novas formas. A contextualização histórica das práticas culturais

possibilita ao educando entender o mecanismo do mundo e as associações que esses conhecimentos estabelecem entre si.

O ensino de história viabiliza a construção de pensamentos permitindo transformações na sua maneira de perceber a si mesmo, perceber os outros, os vínculos sociais e a sua narrativa, indicada como o início para o estudo histórico, pela oportunidade de tratar com o fato mais perto dos relacionamentos sociáveis que se ajustam entre professor, aluno e a ambiência na qual existem.

Nessa óptica, o conhecimento da história local desenha-se como um período de análise a respeito da existência humana e, acima de tudo, orientação para o desenvolvimento de elaboração das identidades das pessoas e de suas comunidades e o sentimento de pertença. Existe a viabilidade de inculcar a construção de um senso de história que contemple a coletividade dos sujeitos, mostrando os vínculos sociais que ali se definem mais perto da realidade.

Esse conhecimento da história local permite a percepção em volta do aluno, verificando passado e presente nos diferentes ambientes de vivência. Esse assunto possibilita ao professor começar por histórias individuais introduzindo o educando em contextos mais abrangentes. Com esse procedimento os educandos conseguem observar e perceber o sentido de outros tópicos produzidos no passado; a entender que as histórias locais de e de seus cidadãos em determinadas épocas não aconteceram separados das outras civilizações, todavia como fração da maneira pela qual os habitantes de uma localidade produzem suas identidades históricas culturais e sociais.

Educar partindo das experiências de vidas dos discentes requer uma abordagem teórico-metodológica que introduzam as memórias e lembranças dos indivíduos de todas as minorias sociais dando voz aos que sempre estiveram excluídos do currículo posto, “seja como for, a aula (de História) pode tornar-se um pensamento em formação que continua a se criar diante dos alunos, ou antes, com os alunos” (SNYDERS, 1995 p.121).

Aprender história possibilita a execução importante no formato da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, seus sentimentos, sua colaboração no coletivo e seu procedimento de responsabilidade com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações

passadas e futuras. Com isso, o estudante estará criando um instrumental conceitual que facilitará a identificação das distinções e de suas formas próprias de realização na História; estará também superando o egocentrismo e o individualismo na compreensão de caráter social da experiência humana (SEE/RJ, 1994, p.77).

Para respondermos o questionamento do tema abordado nesta seção da pesquisa, realizamos entrevistas com 08 professores, sendo 04 da disciplina de história e 04 da disciplina de artes de duas escolas municipais de Barbalha, uma na zona rural e outra na zona urbana e com 10 alunos de cada escola.

Os trechos orais resultantes das narrativas forneceram informações imprescindíveis para compreensão de como se dá o processo do trabalho escolar sobre educação patrimonial nesses estabelecimentos de ensino.

## **5.2 Práticas culturais incorporadas à festa e conteúdo escolar**

Com o intuito de analisar o trato dado as simbologias e o contexto histórico das práticas culturais nas escolas municipais em Barbalha/CE, entrevistamos 08 professores graduados em história e artes de duas escolas municipais de Barbalha, Antônio Costa Sampaio, zona rural e César Cals de Oliveira, zona urbana, no período de dezembro de 2019 e janeiro de 2020.

Foram entrevistas semiestruturadas, algumas escritas e outras gravadas, nas quais relataram o seguinte: os 08 professores revelaram que o trabalho em sala de aula com a cultura popular local não é sistemático. Ele é trabalhado a partir do mês de maio com a aproximação da festa do padroeiro da cidade – Santo Antônio, conseqüentemente o ensino sobre as simbologias e a contextualização histórica dos grupos de brincantes é muito superficial, pois o tempo destinado a este trabalho é ínfimo pra dividir entre teoria e prática, não tem material didático-pedagógico sobre a cultura popular local, não existe formação continuada para os professores com este tema.

Todos os professores relataram a importância de conhecer a cultura local, disseram nunca ter participado de formação continuada com o tema preservação do patrimônio que lhes oferecesse subsídios para aulas de educação patrimonial e

também nunca levaram seus alunos a equipamentos culturais, tão pouco aos terreiros dos grupos brincantes.

Vejamos o relato de alguns professores: Professora (1) “Conhecer a nossa cultura contribui para a nossa história de vida”, Professora (3) “É uma coisa muito importante, muito bonita que a gente tem aqui no pé de serra da Arajara e a gente deixar se acabar é uma coisa muito triste”, Professora (5):

É importantíssimo esse resgate dos grupos folclóricos, no caso aqui do nosso pé de serra o pau de fita, maneiro pau, a banda cabaçal, maculelê, capoeira. Então eu acho assim principalmente no nosso entorno, a Arajara eu acho que é riquíssima e ainda no caso nossas festas religiosas, há demais! o acompanhamento do santo com os zabumbeiros, isso é belo. A Arajara, ela ainda mantém muito viva essa questão dos grupos folclóricos.

A professora (6) complementa que “é importante, e a gente trabalha isso na escola, só que é uma dificuldade muito grande. Assim a falta de conhecimento dos pais quanto à importância disso, que faz parte do nosso meio, a nossa cultura não pode morrer”.

Quanto às entrevistas com os alunos perguntou-se se tinham o conhecimento sobre a cultura popular de Barbalha, se já participaram de algum grupo de brincante, se tinham interesse de estudar a contextualização histórica e as simbologias referentes aos grupos de brincantes do município de Barbalha, se as aulas sobre cultura popular local eram sistemáticas, se conhecem terreiros de brincantes e se já foram ou são brincantes.

Os alunos entrevistados são oriundos de famílias com baixa renda, onde os pais ou avós são agricultores. Cursam o ensino fundamental II (6º AO 9º ano).

Eis no quadro abaixo o resultado de alguns tópicos abordados com os alunos nas entrevistas:

**QUADRO 2: RESULTADO – ENTREVISTAS COM ALUNOS**

TÓPICOS ABORDADOS	RESPOSTAS AFIRMATIVAS	RESPOSTAS NEGATIVAS
Conhecimento sobre os grupos de brincantes do município de Barbalha	16	04
Interesse em estudar sobre a contextualização histórica e as simbologias dos grupos de brincantes	14	06
Se as aulas com o tema cultura popular local são sistemáticas	Uma vez por semana – 04 Raramente – 07	09
Conhecem terreiros de brincantes	12	08
Participa ou participou de algum grupo brincante	11	09

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

As duas escolas municipais nas quais realizamos a pesquisa, no período de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, os alunos demonstram ter algum conhecimento sobre os grupos de brincantes mesmo que superficialmente, dizem conhecer algum terreiro de brincante e eles também demonstraram o interesse em aulas sobre cultura popular local, 11 alunos responderam que são brincantes, sendo 08 da escola localizada na zona rural e 03 da escola da zona urbana, todavia quanto à sistematização das aulas de cultura popular local, 04 alunos responderam que tem uma vez por semana, 07 alunos responderam que raramente tem esse tipo de conteúdo nas aulas e 09 alunos responderam que não têm aulas de cultura popular local na escola. Eis o relato de um aluno participante das entrevistas. Relato aluno 19:

O pessoal da minha sala não conhece a história daqui pra já tá conhecendo as histórias de outros lugares. Tipo a professora de artes, eu acho que ela devia passar mais histórias, mais cultura daqui do nosso lugar que do tipo Recife/PE, que é o frevo. A gente quer saber primeiro conhecer a história do nosso lugar, pra depois conhecer a história de outro lugar, eu acho que devia despertar mais da escola.

Para muitos dos alunos os terreiros e as danças de brincantes fazem parte da sua vida. Relato do aluno (20): “Gosto do terreiro desde pequenininha, com dois anos até hoje, faz parte da minha vida, quero continuar até velhinha e quem sabe ser mestra como meu pai”. A mestra Lindete Xavier (2020) também comentou sobre a contextualização histórica e as simbologias dos grupos de brincantes que é responsável quanto a já ter sido várias vezes convidada a ensinar as danças tradicionais na escola da Arajara pela professora Celene do Projeto Cidadão do Futuro Barbalhense:

[...] eu não Celene porque meus bichim que dança tudo aprendeu de casa é de lá mia fia; tem futuro não mia fia nessas escolas não; é bom no terreiro da gente porque tem mais facilidade, a gente convida os bichim, faz alguma coisa, conversa, anima pra conquistá [...] todos que participam estudam ou aqui, ou no colégio estadual, ou na URCA do Crato/CE.

É pelo conhecimento da cultura de sua comunidade que se mantém a continuação da história de seu local de origem e se caracteriza como tal e concretiza seus princípios e herança cultural, sobrepujando as gerações. Portanto, é necessário que o corpo social se coloque como aprendiz no entendimento histórico e de identidade da comunidade a que pertence.

Para preservar um bem patrimonial é necessário identificá-lo, valorizá-lo, conhecê-lo e uma das maneiras de se conhecer é através da Educação Patrimonial, sensibilizando e conscientizando a sociedade sobre a relevância da salvaguarda do patrimônio que nos rodeia.

### **5.3 Escolas e comunidades de Brincantes: análise dos impactos condicionados ao reconhecimento da festa de Santo Antônio**

É importante o reconhecimento do patrimônio imaterial de uma comunidade, porque ele traduz toda a experiência de vida e costumes daquele grupo social, que através das diversas formas de existir a transmite às novas gerações por meio das memórias individuais e coletivas conservando desse modo viva a herança cultural.

Assim a cada nova geração ele é ressignificado produzindo um sentimento de identidade e continuação possibilitando a promoção da deferência à pluralidade

cultural. Sentir-se-ão mais interligados com o passado de sua etnia, o que sucede em maior aprendizado e reconhecimento cultural.

O registro da festa do pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha/CE como bem imaterial realizado pelo IPHAN satisfaz ao que estabelece o decreto 3.551/2000 e é realizado baseado em critérios como a continuação histórica, possuir importância para a memória nacional e fazer parte dos padrões culturais de classes formadoras da sociedade brasileira.

O valor atribuído ao registro da festa do pau da bandeira de Santo Antônio é estipulado pelo destaque granjeado pela festa identificado nesse bem patrimonial o dia a dia dos indivíduos em suas representações e manifestações.

Destacamos também, relevância concernente à parceria com ajuda financeira para a manutenção e preservação da festa, dos grupos de tradição, dos ofícios e expressões.

Os brincantes que participaram da pesquisa relataram que ficaram felizes com o registro da festa do pau da bandeira, mas a impactação nas comunidades ainda não é perceptível. Os eventos que já participavam continuam os mesmos e conforme o relato da Mestra Lindete do sitio Farias:

Pra lavar roupa, pra engomar, pra ensaiar, o cachê maior que a prefeitura pagou até agora foi quinhentos e cinquenta reais. Eles dão transporte e alimentação e as roupas, antigamente vinham às peças de tecido e agora é já não dando pras roupas, faltando pedaço, as vez, a gente pede de uma cor pra combinar com a dança e eles mandam outra.

Os professores e diretores das escolas analisadas também se sentem alegres com o registro alcançado pela festa do pau da bandeira de Santo Antônio. Vejamos o relato do diretor (2) (2020): “a tradição não pode acabar e sim ser fortalecida sempre; aqui mesmo na escola confecciona as vestimentas e o que for necessário levando as ruas, por exemplo, no desfile do cortejo do pau da bandeira mostrando que a cultura continua viva”.

#### **5.4 Fortalecimento e fragilidade das políticas públicas de sustentabilidade das práticas culturais a partir das gestões da cultura e da educação no município**

As comunidades de negros e indígenas resistem e defendem a desmistificação e a quebra de estereótipos e lutam em direção à equidade. Somos um país multicultural. Isso implica em que essas culturas diferentes convivam harmoniosamente com respeito mútuo entre elas em um mesmo lugar e como fala Pinheiro (2004, p.98): “[...] o universo de saberes construídos quando são necessários conhecimentos herdados de gerações anteriores e conhecimentos (re)elaborados em consequência de novas experiências”. Podendo se reinventar por consequência do dinamismo no qual as pessoas e o mundo vivem, ou seja, sempre em transformação, e não se deixarem ser homogeneizadas ou hibridizadas. Cultura é vida e tudo que é vivo está sujeito às mudanças, ressignificações, mesmo que seja por pressões externas, é válido se não perder a sua essência.

O enfoque dado à cultura pela Educação formal do município de Barbalha/CE tem se apresentado veiculada à operacionalidade de imitações dos grupos de origens pelos alunos, no contexto parafolclórico, onde as percepções artísticas ficam restritas a apresentações que se agregam ao campo da espetacularização da cultura por ocasião da realização dos festejos do padroeiro da cidade.

Nestas condições, a educação patrimonial em Barbalha-CE se confunde com espetáculos de imitações, tornando-se desprovida do entendimento da simbologia dos ritos, territorialidade da cultura e o sentido comunitário dos saberes herdado como herança cultural, vinculado à formação histórico-territorial da região.

A espetacularização da cultura e a restrita valorização dos mestres e brincantes apenas a partir da sua vinculação na Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade de Barbalha/CE, tem se apresentado como uma problemática, que ofusca e inibe a elaboração de políticas públicas cotidianas de valorização das práticas culturais em suas localidades de origem. Conforme (Trigueiro, 2005, p.81): “Espetacularização das culturas populares não é uma coisa nova como se pensa; a mudança é nos métodos de produção, na velocidade de distribuição e no mercado de consumo desses bens culturais”.

Por novos interesses de consumo, a indústria do entretenimento e o poder hegemônico estão se utilizando da fragilidade enquanto valorização do significado dos grupos de brincantes, sua autoestima, sustentabilidade, pertencimento ao lugar, reduzindo-os a mercadoria de fácil transformação pela força da modernidade. Para Debord (1997, p.39):

A raiz do espetáculo está no terreno da economia que se tornou abundante, e daí vem os frutos que tendem afinal a dominar o mercado espetacular, a despeito das barreiras protecionistas ideológico-policiais de qualquer espetáculo local com pretensões autárquicas.

Alguns pesquisadores locais como Josier Ferreira, Ruth Rodrigues, Simone Pereira e Océlio Teixeira tem se preocupado com o risco que corre a cultura popular por não ter uma política de sustentabilidade que garanta a continuidade dos grupos de brincantes na sua comunidade de origem reduzindo-os a espetáculos de imitações. Outro fator preocupante é a globalização que aproximou os povos e trouxe consigo um fenômeno chamado hibridização que são misturas interculturais. Para Trigueiro (2005, p. 81-83):

É a hibridização de tudo isso que dá atônica à cultura popular no mundo globalizado pelos meios de comunicação e pelos novos interesses de consumo e de bens culturais [...] é essa hibridização das redes de comunicação do global e do local que reinventa a cultura brasileira, a cultura nordestina/sertaneja, reinventa a festa popular e sua espetacularização.

Sabemos que cultura está intimamente relacionada ao cultivo da terra e por consequência trabalho e existência estão intimamente ligados. Para Correa (2010, p. 02):

A cultura popular termo que prefiro a folclore, pelas restrições que tem, caracteriza-se por se constituir, basicamente, de um complexo de informações transmitidas de geração a geração, sem ensino formal e nas sociedades gráficas. O ensino formal, metodizado, sistemático, regular, onde se criam situações pedagógicas intencionais, científica e tecnicamente estabelecidas, é o do ambiente escolar.

A incorporação da cultura popular camponesa na Festa de Santo Antônio, mobilizou a educação, inicialmente a partir do então Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, de colégios particulares católicos, onde no decorrer do tempo, não se dotou a organização dos festejos no campo do profissionalismo inerente a orientação histórica, antropológica e pedagógica que pudesse fortalecer a historicidade e a simbologia da cultura com conteúdo imprescindível com vistas a colaboração com a Salvaguarda.

Não obstante, as especificidades dos valores culturais atraem pesquisadores e o poder midiático tornaram os festejos do padroeiro de Barbalha, no Ceará, nacionalmente conhecidos. Essa condição de manutenção de valores culturais específicos no campo cultural do semiárido que agrega o município e se expressa na

Festa do padroeiro, condicionando o reconhecimento da Festa do Pau da bandeira de Santo Antônio como cultura imaterial.

Nesta conjuntura, a antiga percepção da espetacularização da festa que envolve os brincantes se confronta com as novas alternativas comprometidas com a sustentabilidade cultural, tomando como base a valorização dos mestres e suas práticas culturais em suas localidades de origem. A partir deste contexto, a educação é reivindicada como condição de contribuição nesse processo, onde se deve distinguir a educação popular herdada, inerente às comunidades decorrentes do processo de observação e experimentação espontânea de participação nos ritos orientada por uma concepção de vida e de mundo expostas nas simbologias específicas das localidades onde ocorrem, e a educação formal, que não pode intervir no sentido de manipular, nem mesmo substituir a cultura original.

No campo da educação formal, torna-se necessário uma reflexão sobre as formas de atuação que tem se mantido nas formas de imitação dos grupos de cultura popular pelos estudantes, restritos a um desfile no dia da abertura dos festejos do padroeiro, muitas vezes na intenção de substituí-los, no entanto, desprovido de abordagem histórica, cultural, sociológica e antropológica dos seus conteúdos pela escola.

O reconhecimento pelo IPHAN da festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha se deu por meio do registro no livro das celebrações sendo uma das formas de garantir que toda a tradição cultural seja preservada isso o torna um fator de fortalecimento da cultura local e também o princípio da busca do registro de salvaguarda para outras manifestações culturais que fazem parte desta festa como os grupos de tradição.

Como consequência desse reconhecimento são necessárias políticas públicas no âmbito cultural e educacional no município de Barbalha/CE, que interajam em benefício da promoção e salvaguarda, e da sustentabilidade dessa herança cultural, pois é uma festividade que faz parte do contexto das festas populares, exibindo uma abordagem de festa cultural, social, econômica e religiosa.

Os habitantes de Barbalha/CE e região do Cariri tem na festa, um território de identidade e simbolismo, que se revigora a cada festa pelos produtores sociais e culturais. Além das dimensões sociais e culturais que envolvem a população nesse

período, a festa também tem a dimensão econômica que proporciona a geração de empregos, renda, entretenimento, turismo.

A proeminência e o fomento da cultura tradicional do município de Barbalha/CE são pensados com inquietação pelo indício de não haver uma preservação que traga solução para o não desaparecimento destes bens patrimoniais que são caros a uma comunidade que se sente pertencente a este povo e lugar.

### **5.5 A concepção de educação patrimonial da gestão pública da cultura e da educação do município.**

Para prosseguir com práticas junto ao patrimônio intangível é necessário executar projetos sistemáticos que apoiem os produtores deste patrimônio e que garantam a preservação da conjuntura de produção, divulgação e transmissão. É nessa perspectiva que a concepção sobre educação patrimonial percebida pelas gestões de educação e cultura nas esferas municipal e estadual se torna imprescindível, pois é por meio dela que as políticas públicas de sustentação, preservação e valorização do bem imaterial serão implementadas com êxito. Vejamos a compreensão da Secretária de Educação do Estado do Ceará, Eliane Estrela (2020) sobre a educação patrimonial:

A inserção da Educação Patrimonial na educação formal é imprescindível para a promoção e o reconhecimento da importância da diversidade cultural e a difusão das expressões da cultura tradicional e do saber popular. Há que se transmitir todo esse capital cultural para os estudantes cearenses.

Essa inserção é realizada pela Secretaria de Cultura através de dois projetos em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, o projeto Artista Presente, podendo ser encontrado nos seguintes aspectos: Criação Literária, Produção Cultural, Artes Visuais, Cinema e Audiovisual, Fotografia, Música, Cultura Tradicional Popular, Educação Patrimonial, Teatro, Teatro de Rua, Teatro de Bonecos, Banda Fanfarra, Dança e Arte Circense.

O projeto Escola com Mestres e Mestras da Cultura trabalha com as seguintes tradições culturais: Reisado, Bumba-meu-boi, Artesanato em cerâmica, Artesanato em renda, Literatura de Cordel, Xilogravura, Medicina Popular, Tradições Juninas, Dramas, Pastoril, Dança do coco, Maneiro pau, Teatro de bonecos, Expressões

culturais afro-brasileiras, Expressões culturais indígenas e Tradições do Ceará (ESTRELA, 2020).

Entretanto, estes projetos nas escolas estaduais na cidade de Barbalha ainda não foram iniciados. Quanto à secretaria de educação do município em Barbalha desde o ano de 2003 tem demonstrado preocupação e sensibilidade ao trabalho com a Educação Patrimonial, vejamos o relato da secretária de educação do município, Fátima Grangeiro Teles:

Desde o início a Secretaria Municipal de Educação se mostrou preocupada e sensível a essa nova prática cultural nunca existente no ensino público, um trabalho sistemático a partir do momento que o núcleo gestor e os professores abraçam a nova maneira das aulas e de arte das crianças de educação infantil até o ensino fundamental, existe somente a necessidade de uma seleção de faixa etária e gênero em determinadas ações como da estrela maior do nosso trabalho, Pau Mirim. Temos que seguir a tradição do Pau da Bandeira de Santo Antônio; só abre inscrições para o sexo masculino com idade entre 10 e 13 anos até mesmo como medida de segurança. Como cultura é dinâmica, até o momento deu pra levar sem um material didático para este fim, porém futuramente chegaremos a esta realidade.

Desde 2003 tem sido realizado este trabalho com grupos parafolclóricos nas escolas municipais na cidade de Barbalha, Projeto intitulado Cidadão Futuro Barbalhense, esse projeto hoje, após 17 anos se expandiu para muitas escolas, todavia verificamos a ausência de material didático que possa fazer a contextualização histórica dos grupos de brincantes trazendo as suas simbologias, como também a ausência de uma legislação municipal que ampare as atividades executadas pela educação patrimonial; também não oferece formação continuada aos professores nesta área, nem fomenta uma interação entre os terreiros de brincantes e os alunos das escolas municipais.

O apoio da secretaria municipal de Cultura ao trabalho com a educação patrimonial se limita a logística de entrosamento entre os terreiros de brincantes e algumas escolas como exemplo a escola Santa Luzia no sítio Lagoa que tem o mestre Serginaldo repassando o seu saber para os alunos em sua comunidade. Outra questão importante é a inexistência de ações que contemplem a Educação Patrimonial no Plano Municipal de Educação.

### **QUADRO 3: RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE BARBALHA/CE QUE TRABALHAM COM ESTE PROJETO**

Nº	ESCOLA	GRUPO PARAFOLCLÓRICO
1	Raul Coelho	Banda cabaçal, Dança Afro e Pau Mirim
2	César Cals	Grupo de Mateus; Grupo de Caretas e Pau Mirim
3	Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo	Dança do Xaxado; Xorte das Meninas; Dança do Toré; Quadros culturais: Bumba-meu-boi; Repentistas; Sítio do Pica-pau amarelo; Penero o Xerém
4	Josefa Alves	Pau Mirim; Dança Regional
5	Senador Martiniano de Alencar	Pau Mirim; Dança Regional
6	Maria Valquíria Teles Moreira	Coral do Cangaço
7	Édson Olegário de Santana	Dança do soldadinho do Araripe; Dança Afro
8	Luiz Filgueira	Banda Cabaçal
9	Maria Das Dores	Caretas
10	Maria Das Graças	Coroação de Nossa Senhora; Dança Regional; Dança do Toré
11	Monsenhor Murilo de Sá Barreto	Dança Regional
12	Bom Jesus	Dança do Xaxado
13	São Sebastião	Lapinha
14	Alzinete Honorato	Lapinha Senhora Santana
15	Maria Linhares	Dança Regional; Quadrilha
16	Santa Luzia	Reisado de Congo (feminino)
17	Antônio Costa Sampaio	Dança do Coco
18	Joaquim Duarte	Cirandas; Brincadeiras de roda
19	Sebastião Santiago da Paz	Quadrilha; Forrozeira Junina
20	Raimundo Sebastião Sampaio	Dança do Pau de Fitas; Coral Infantil Regional
21	Várias escolas	Capoeira

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

### **5.6 A festa de Santo Antônio como fator motivador de mobilização cultural da escola pelo poder público municipal**

Desde 1976 com a introdução dos grupos de brincantes na festa de Santo Antônio tem tido a educação como parceira em mobilizar de início os grupos de brincantes, primeiro por alunos do ensino médio pedagógico do Colégio Nossa Senhora de Fátima, em seguida sendo mobilizadas as salas de aulas do MOBREAL onde se encontravam muitos brincantes.

Em 2003 através do Projeto Cidadão Futuro Barbalhense inicia-se nas escolas municipais com um trabalho voltado para educação patrimonial formando grupos

parafolclóricos, pois estes imitam os grupos de brincantes nascidos nas suas localidades de origem por meio da educação informal, que desde a nossa formação como nação existem, pois a cultura representa os costumes, crenças, artesanato, culinária, religiosidade, ou seja, transmite as experiências de vidas de seu ambiente. Observemos o relato da secretária de educação do município de Barbalha Fátima Grangeiro Teles, sobre a festa de Santo Antônio ser um fator motivador de mobilização cultural do poder público:

A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, sempre foi a inspiração maior do Projeto Cidadão Futuro Barbalhense, criado em 2003, com a organização de grupos de cultura popular, porém somente em 2006 na administração do Prefeito Francisco Rommel Feijó de Sá, foi iniciado o Pau Mirim, e que resultou na Junção dos dois momentos, hoje estabilizado dentro da lei, sem nenhuma assinatura, somente pela paixão do povo. Já não se vê o cortejo da abertura da Festa de Santo Antônio sem a alegria e a presença inocente das nossas crianças e jovens das escolas municipais, principalmente após o registro da Festa do Pau da Bandeira pelo IPHAN, com o compromisso da salvaguarda das nossas tradições. Tivemos um projeto intitulado *Memórias da Festa nas Escolas de Barbalha* onde fomos parceiros do IPHAN, foi um trabalho pioneiro, um órgão Federal com mais de setenta anos de fundação, pela primeira vez trabalhou com escolas públicas com um público de crianças e adolescentes do ensino infantil e fundamental das escolas municipais na cidade de Barbalha/CE (TELES, 2020).

Relação das escolas e o público de alunos contemplados pelo Projeto Memória da Festa nas Escolas de Barbalha executado pela Superintendência do IPHAN no Ceará em convênio com a Secretaria Municipal de Educação.

#### QUADRO 4: RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PROJETO MEMÓRIA DA FESTA

Nº	DATAS	ESCOLAS	TURNOS	TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
01	18/09/2019	Senador Martiniano de Alencar - EEF	M	10	383
02	18/09/2019	Josefa Alves de Sousa - EEF	T	18	468
03	19/09/2019	César Cals de Oliveira - EEF	M	10	172
04	19/09/2019	Édson Olegário de Santana - EEF	T	12	400
05	17/10/2019	Maria Linhares Sampaio - EMEIF	M	06	142
06	17/10/2019	Joaquim Duarte Grangeiro - EEF	T	06	160
07	18/10/2019	Sebastião Santiago da Paz - EMEIF	M	06	187
08	18/10/2019	Santa Luzia - EMEIF	T	05	60

09	12/11/2019	Luiz Filgueiras – EMEIF/ Manoel Saraiva - EMEIF	M	03	62
10	12/11/2019	Maria Valquíria Teles Moreira - EEF	T	10	221
11	13/11/2019	Maria Das Dores Sampaio - EMEIF	M	04	72
12	13/11/2019	Maria Das Graças Correia - CEI	T	06	150
13	11/12/2019	Antônio Costa Sampaio - EEF	M	10	240
14	11/12/2019	Raimundo Sebastião Sampaio- EMEIF	T	03	41
15	12/12/2019	Raul Coelho de Alencar - EEF	M	08	278
16	12/12/2019	Maria Alacoque Bezerra de Figueiredo - EEF	T	07	212
TOTAL				124	3.248

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Foi um projeto com duração de quatro meses realizado no ano de 2019, em 16 escolas municipais, com um público infante-juvenil; o tema foi abordado através de palestras proferidas por professores da Universidade Regional do Cariri que já pesquisaram sobre a festa, acompanhadas de apresentações dos grupos de brincantes das comunidades. Vejamos o relato do Coordenador desse projeto pela superintendência do IPHAN no Ceará, Igor Menezes Soares:

Bem, esse projeto, ele é fruto do processo de salvaguarda da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, né. A festa foi registrada como Patrimônio Cultural do Brasil em 2015 pelo IPHAN e a partir daí a gente começou a desenvolver uma série de atividades voltadas ao processo de salvaguarda da festa, que é basicamente garantir a viabilidade, a sustentabilidade da festa como um todo. Pra se registrar a gente faz um dossiê do registro, né, aí um dossiê de registro tem as recomendações de salvaguardas. É claro que o processo de salvaguarda não se limita as recomendações, mas pode seguir algumas ações que constam nessas recomendações, né, aí a gente trabalha nessas recomendações a necessidade de realizar um apoio as bandas cabaçais, aos reisados, né e evidentemente desenvolver ações voltadas a estimular a memória da festa. Então esse projeto é fruto dessa percepção, é, de que seria relevante a gente começar a realizar trabalhos para a comunidade escolar municipal de Barbalha, né, aí, ao mesmo tempo que tem um propósito de promover essa memória da festa, quer dizer, com algumas referências da festa neste projeto, a gente também aproveitou para apoiar, trazer portanto, as bandas cabaçais e alguns grupos de reisados pra que pudessem participar também e ao mesmo tempo levar as crianças, quer dizer, o público escolar, essas referências da festa do pau da bandeira de santo Antônio ... **a importância desse projeto é de fato buscar aprofundar uma relação entre a cultura e a educação que eu acho**

**que não pode, a gente não deve separar e buscar uma proximidade cada vez maior sempre. (GRIFO DA AUTORA)**

### **5.7 A Educação patrimonial – uma proposta de unidade de colaboração para a salvaguarda da cultura imaterial**

A proposta de colaboração com a salvaguarda dos grupos de brincantes para o município de Barbalha/CE sugere uma metodologia que envolva os diversos saberes não se limitando somente ao patrimônio, pois ao suscitar a relevância da salvaguarda, conseqüentemente trabalhamos cidadania, respeito, coletividade, a interação e assumir-se em proteção da memória. Neste mesmo sentido, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6), apontam que:

[...] a Educação Patrimonial é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

A Educação Patrimonial vista como um mecanismo de *alfabetização cultural*, que possibilite ao sujeito realizar para mais de uma visão do mundo que o rodeia, um entendimento do âmbito sociocultural e do curso histórico-temporal na qual ele está posto, e no processo de educação seja capaz de incitar e ensejar uma interlocução ou mesmo uma conversa e o convívio entre as comunidades e as escolas.

O município de Barbalha/CE por abrigar uma variedade de grupos de brincantes e sobre tudo, por figurar percurso viável na condução do turismo cultural e religioso, necessita de “uma política estatal de patrimônio voltada para a educação e uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória”. (CASCO, 2006, p.02). Segundo Soares (2008, p. 8): “[...] muito há o que se fazer em termos de educação para o patrimônio”. Dessa forma, podemos considerar que a cultura e a educação deveriam ser vinculadas daquilo que segundo Itaquí (2000, s. p.), chama de:

[...] políticas de desenvolvimento, organizador e articulador das instâncias do fazer comunitário, processo no qual a educação não está acima ou abaixo, mas no centro sinérgico das relações estruturantes de uma sociedade irmanada no respeito e defesa da vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN/9394/96), já aponta em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

No mesmo entendimento da LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam em um de seus volumes “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como elemento necessário no trabalho com a educação básica, a partir dos temas transversais. Nessa perspectiva, o trabalho com as noções sobre o patrimônio cultural deve ser inserido aos demais conteúdos escolares, pois mediante o caráter abrangente do termo patrimônio, a educação patrimonial assume papel preponderante, podendo ser entendida como:

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do consequente interesse sobre o tema (ORÍÁ, 2005, p. 2).

Logo, a interdisciplinaridade e transversalidade dentro do contexto da educação patrimonial são indispensáveis para se ter um resultado coeso e enriquecedor, numa atuação integradora das disciplinas obrigatórias, além de permitir a todo o instante o desenvolvimento de tais ações dentro e fora da sala de aula.

De acordo com Figueiredo (2002, p. 52): “[...] reconhece-se que os professores que têm formação universitária, têm um preparo limitado e, em muitos casos, nenhuma formação específica sobre as temáticas referentes às discussões e reflexões relativas ao patrimônio”.

Antes de ser feita a inclusão desta temática nos currículos, tem que se pensar na formação dos professores da educação básica, que é limitada no que diz respeito à temática “Preservação do Patrimônio Imaterial” e quanto à metodologia de trabalho

dentro da visão da interdisciplinaridade e da transversalidade. Para Libâneo (1994, p.89):

O processo de ensino abrange a assimilação e conhecimentos, mas inclui outras tarefas. Para assegurar a assimilação ativa, o professor deve antecipar os objetivos de ensino, explicar a matéria, puxar dos alunos conhecimentos que já dominam, estimulá-los no desejo de conhecer a matéria nova.

Sendo assim, Libâneo (2003, s.p.) ainda assegura: “a academia deve estar voltada para a formação de professores justamente com esta capacidade de ajustar sua didática as novas realidades e necessidades da sociedade”. Nesse sentido a educação patrimonial deve ser posta como um trabalho sistemático dentro do currículo escolar, conforme aborda Horta (1999):

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Trabalhar a educação patrimonial nas escolas tem-se como objetivo o reconhecimento e a importância do patrimônio étnico-cultural e artístico para salvaguarda da memória e identidades como também reconhecer o lugar onde se vive como pertencente aquele coletivo e a identidade construída neste território no intuito de conscientizar a comunidade escolar da importância do patrimônio cultural como símbolo de um processo histórico, social, econômico e político, relacionado a atualidade como um processo proativo onde possam reconhecer, ponderar, partilhar e transformar sua maneira de viver.

A cultura deve ter um relacionamento estreito com a educação para facilitar a interação entre os brincantes e a comunidade escolar e se estabelecer um diálogo onde os símbolos, ou seja, nossos valores culturais possam ser disseminados com a ajuda dos ensinamentos dos mais idosos diante do interesse das gerações mais novas em conhecer a sua própria cultura relacionando-se com ferramentas atuais que reinventam a cultura sem perder sua essência. Dentro desta perspectiva possibilita-se despertar nos alunos o valor de referência que o local tem para os sujeitos dando

sentido ao sentimento de pertencimento àquele território. É exatamente esse referencial que liga a pessoa ao lugar e cria a identidade social.

A educação patrimonial é uma prática educativa utilizada para a apropriação dos bens culturais que compõe o patrimônio cultural. Com a elaboração de projetos educativos pode-se propagar entre os alunos, valores culturais, maneiras de resguardar, preservar e salvaguardar, como também recriar e transmitir esse patrimônio às futuras gerações, acima de tudo, contribuindo na construção de cidadãos livres, emancipados, conscientes de seus direitos e deveres. Não podemos falar em educação patrimonial sem conceituar patrimônio que pode ser visto como:

Conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos obras, etc., sendo uma marca um vestígio cultural, que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente diferentes (MACHADO, 2004, p.10).

No trabalho com a educação patrimonial é importante valorizar os patrimônios material e imaterial, refletindo sobre quem os elege e destacando o seu caráter ideológico, e nesta perspectiva notamos o quanto a educação patrimonial se aproxima da educação popular que segundo Costa (1998) é manifestada por sua conexão com grupos populares e por compreender que pobreza material não significa pobreza cultural, simbólica.

Pensando em uma educação intrinsecamente ligada ao ser humano e as suas práticas sociais, não sendo neutra como vemos na extensa obra do educador Paulo Freire é que vislumbramos a educação patrimonial, como uma ferramenta que poderá possibilitar o indivíduo compreender o mundo em que vive, estimulando-o entender os aspectos sociais e culturais a partir da história em que está inserido, ou seja, “Quanto mais às massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE, 2005, p.44).

O objetivo da educação patrimonial é incentivar a identificação da comunidade com o bem protegido para que os sujeitos possam sentir-se parte e sintam-se incumbidos de sua preservação (KLAMT; SOARES, 2010).

Por outro lado, sabemos a importância da empatia da comunidade com o bem, porém há casos em que não há identificação entre essas partes, todavia, não significa que esse bem não seja validado pela comunidade. Evidenciamos mais claramente em bens salvaguardados nacionalmente e os considerados como patrimônio da humanidade. Nesse caminho Fonseca, (1997, p.44) fala:

De um lado, é evidente que esses bens serão tanto mais nacionais quanto maior for o número de pessoas que os identifique como patrimônio. Por outro lado, esse consenso não significará necessariamente que todos fazem a mesma leitura do bem. Só para dar um exemplo bastante óbvio, a igreja do Senhor do Bonfim em Salvador, será valorizada por alguns por suas qualidades estéticas, por outros, como local de culto católico, por outros ainda, como palco para rituais de candomblé, e pelos turistas, muito provavelmente como um dos símbolos da capital da Bahia.

O que quero dizer é que, por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro no de mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artísticos etc; segundo, no da mutabilidade de significações a valores atribuídos em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômico, social e culturalmente diferenciados.

Apesar de haver certa homogeneidade nos conceitos de educação patrimonial dá pra perceber que não existe unanimidade em todas as vertentes.

A proposta que ora apresentamos nesta pesquisa é de uma educação patrimonial que se aproxime da concepção de educação de Paulo Freire. Na sua pedagogia o sujeito é a base, onde ensina a partir dos saberes e memórias individuais, contribuindo com o processo ensino aprendizagem.

Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobre tudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1989, p.33)

É inegável a conexão entre a atribuição da educação patrimonial e a educação popular. Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996, p 76) afirma que a educação popular é:

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas.

Logo, a educação popular, busca a liberdade dos educandos, fazendo-os refletir a respeito de suas condições para tomada de consciência do seu lugar na sociedade, imposto pela estrutura vigente, na procura de meios que levem a melhoria das condições sociais em que vivem, conseqüentemente libertando-se.

Essa liberdade tem que ser descoberta através da conscientização com os educandos para eles enxergarem fundamentos nas suas histórias de vida. Por conseguinte, “o processo de liberdade não pode ser feito de forma impositiva sobre os oprimidos” (FREIRE, 1989, p.9).

Isso tem se manifestado, tanto na educação popular como na patrimonial, ou seja, como o professor não pode forçar o aluno a libertar-se, tão pouco, o Estado não pode dizer o que é patrimônio. Isso deriva de um processo e destinada a uma fração de sujeitos que estão à margem do processo histórico, por conseguinte dos predicados da sociedade atual, desconhecendo assim seu passado, identidade e direitos. Deste modo, “as pessoas atingidas pela destruição socioeconômica dos espaços urbanos mais pobres estão perdendo suas identidades individuais e coletivas” (HORN; GERMINARI, 2006, p.124).

Todavia Brandão (2009) nos apresenta algumas concepções de Educação Popular de acordo com os momentos históricos da humanidade. Sendo assim nos fala que a educação cotidiana no momento primitivo é a primeira abordagem de educação popular, pois foi antes da “divisão social do saber”, colocando os conhecimentos populares e os escolhidos para serem ensinados a certa classe social em lados opostos. Aquela educação que nem é percebida, e está dentro do exercício cotidiano.

Enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida. Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios [...] todos sabiam tudo entre si se ensinavam-e-aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante os raros ritos [...] esta foi à primeira educação popular (BRANDÃO, 1983, p. 25).

Em um mesmo sentido, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2007, p.25).

A segunda abordagem que Brandão (2009) nos aponta é a educação pública com foco na escola técnica para a classe popular ser inserida no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do mercado econômico. A terceira abordagem seria a educação popular apoiada por movimentos sociais, procurando reconhecimento cultural. A última abordagem é sobre a educação igualitária. Dando destaque somente a duas abordagens:

Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social (BRANDÃO, 2009, p.12).

Notamos pela trajetória da concepção de educação patrimonial já mencionada neste trabalho através dos documentos internacionais e nacionais, que se empenham em preservar a memória coletiva das obras produzidas pelos antepassados aristocratas como história absoluta é evidente.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos (LEMOS, 1987, p.31).

Qualquer que seja o Estado que opte em preservar patrimônios de alguma classe social em detrimento de outras, está sendo autoritário e não condizente com a essência do que leva a população a conservar seu patrimônio, reconhecer-se parte dele.

Valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios (SOARES, 2003, p.23).

E para que o trabalho do educador tenha êxito necessário se faz uma educação autônoma e libertadora, não uma educação alienante presente ainda nas escolas, onde os alunos desconhecem seu passado e sua memória.

O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha de sua realidade. Vive em outro país e trata de imitá-lo e se crê culto quanto menos nativo é (FREIRE, 1982, p.35).

Cabe aos professores a incumbência de estimular os educandos para que a escolha do patrimônio a ser preservado reflita de fato a sua história e memória.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção desta dissertação principiamos com um contexto histórico sobre da cultura e etnias num recorte temporal desde o Brasil colônia ao Brasil república no governo Vargas, focando o cariri cearense para entendermos os impactos gerados pela apropriação deste território e a nossa herança cultural recebida através destes povos que contribuíram para a formação do país.

A elaboração desta pesquisa proporcionou uma análise para se entender a relação e articulação entre o saber formal e informal mediado pela educação na perspectiva de valorização do patrimônio imaterial representados pelas tradições de origem camponesa e com isto constatamos que as secretarias de educação e cultura do município concordam sobre a necessidade de um trabalho articulado em educação patrimonial nas escolas públicas municipais da cidade de Barbalha/CE, pois não tardará o desaparecimento dos grupos de brincantes em sua originalidade, seja pelo falecimento dos mestres ou a falta de uma política de sustentabilidade para essas expressões da cultura barbalhense.

Fundamentados nas respostas das entrevistas a pesquisa apontou que existe um conhecimento superficial sobre os grupos de brincantes do município pela comunidade escolar, devido às escolas não terem aulas sistemáticas sobre o tema, nem material didático que contenha a contextualização histórica e as simbologias desses grupos e tão pouco formações continuadas para os professores que abordem este assunto. Ressaltamos, portanto a necessidade das políticas públicas culturais nos âmbitos municipal, estadual e federal, trabalhando através de ações compartilhadas com propósito de salvaguardar os patrimônios, valorizá-los e criar sentimento de pertencimento a identidade local pela comunidade.

O foco do trabalho realizado pela secretaria de educação em Barbalha tem se limitado a operacionalidade de imitações dos grupos de origens pelos alunos em um contexto parafolclórico diverso ao objeto da educação patrimonial, que trata do entendimento da simbologia dos ritos, territorialidade da cultura e o sentido comunitário dos saberes herdado como herança cultural.

Verificamos que as políticas culturais e educacionais no estado do Ceará têm em seu plano de ação, atividades para serem desenvolvidas em parceria com os municípios, mas não foram totalmente implantadas ainda e no município de Barbalha

não temos planos e nem uma política pública neste sentido nas secretarias de educação e cultura municipais.

Na investigação também percebemos que existe uma dificuldade em relação à espetacularização da cultura vinculada à festa de Santo Antônio, que inibe a elaboração de políticas públicas voltadas à valorização destes grupos em suas localidades de origem.

Outra preocupação é com o fenômeno da hibridização que mistura as culturas com a migração dos povos e agora pela globalização que conecta os diferentes povos do planeta através da tecnologia de informações causando impacto sobre as identidades culturais. Tema importante a ser discutido com alunos nas escolas, pois mesmo que nos sintamos pertencentes a nossa cultura de origem podemos também simpatizar com outra cultura diversa da nossa sem, contudo, perdermos a essência e originalidade.

Necessário se faz a promoção de ações sistemáticas nas escolas que favoreçam o respeito e a boa convivência de todos para não sermos fundamentalistas racistas e intolerantes com outras culturas.

Baseado no que já expressamos aqui e pelas pesquisas efetuadas presumimos que alcançamos os objetivos apresentados para esta investigação através da análise do contexto histórico cultural no cariri cearense na sua formação e como de deu o processo de desenvolvimento das políticas públicas de educação patrimonial neste período nas esferas federal, estadual e municipal, bem como a concepção hoje de educação patrimonial.

Compreendemos também a relação entre as comunidades de brincantes e as escolas públicas municipais situadas no município de Barbalha, como interação entre si e em que estágio de conhecimento encontra-se a comunidade escolar sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio imaterial como parte de nossa identidade como barbalhense, pois a imagem do brasileiro contemporâneo não retrata toda a diversidade do país.

Dada à importância do assunto esta pesquisa poderá contribuir com uma proposta de colaboração com a salvaguarda da cultura imaterial, dando ênfase aos grupos de brincantes através do mecanismo da educação patrimonial.

Para tanto o município necessita de duas políticas públicas uma de patrimônio voltada para a educação e a outra de educação voltada para a preservação do patrimônio e memória, dando notoriedade aos grupos de brincantes que estão ameaçados de desaparecimento valorizando nossas potencialidades culturais e os colocando dentro da rota turística do município.

Pretendemos contribuir com a sociedade, a educação e a salvaguarda do patrimônio imaterial como resposta social da investigação através de um anteprojeto de lei que introduza a educação patrimonial no currículo das escolas públicas municipais de Barbalha/CE de forma sistemática, onde os mestres possam auxiliar as escolas com a transmissão dessas experiências já que são eles os detentores deste saber.

Em face do exposto e das apreensões derivadas desta pesquisa fica evidente que este estudo não exauriu os questionamentos sobre a sustentabilidade dos terreiros através do turismo religioso e ambiental como fonte de renda, pelo contrário, ampliou o nível das reflexões, que na realidade ele suscita. Por isso, abriu uma excelente oportunidade para entendermos a complexidade dos grupos e outras expressões culturais do município que merecem à atenção de pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, Pedro R4. J. **Capoeira Angolana: cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. Tese de doutorado. Campinas, 2004, p. 66, 112, 155-156.
- ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, C Leidi. **Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990, p. 24.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 1ªed – São Paulo: Moderna, 1989 p. 12.
- ASSUMPÇÃO, Pablo. **Irmãos Aniceto**. Demócrito Rocha, 2000, p. 15-17, 67.
- AVELINO NETO, José. **Ofício das rezadeiras resiste mesmo com avanço da Medicina**. 2016. Publicada no Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/oficio-das-rezadeiras-resiste-mesmo-com-avanco-da-medicina-1.1607156>. Acesso em: 14 set. 2020.
- BARBALHO, Alexandre. A economia da cultura: algumas questões em torno do conceito de indústria cultural. In: LEITÃO, Cláudia Sousa (org) **Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003, p. 102, 108.
- BARREIRA, I. “Pensamento, palavras e obras”, in: PARENTE, J. & ARRUDA, J.M. (orgs.). **A era Jereissati. Modernidade e mito**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002, p. 65.
- BARROS, Marcelo. O divino segredo das festas. In: PASSOS, M. **A festa na vida – significado e imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 62.
- BIASOLI-ALVES, Z,M.M & ROMANELLI, G. (orgs). **Diálogos metodológicos sobre prática de Pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, PP. 135 – 157. 1998.
- BIASOLI-ALVES, Z,M.M. **A pesquisa em psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico**, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro. Campus, 1992, p. 144.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, abril de 2002, p. 20–28. **DOI.org (Crossref)**, doi:10.1590/S1413-24782002000100003. Acessado em: 10 jun. 2020.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF. IPHAN/Programa Monumenta, 2010, p. 270-311.
- BRANDÃO, Ana Paula. Saberes e fazeres: modos de interagir. Caderno de Atividades. **Projeto A cor da cultura**. Rio de Janeiro: Roberto Marinho, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009, p. 12.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1ª edição 1983, p. 25.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Ensaio estatísticos da província do Ceará**. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, Coleção Biblioteca Básica Cearense, 1997. p. 360.

BRASIL. **Cartas patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro. IPHAN, 2004, p. 248, 319, 38

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Decreto Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000**. Brasília, DF, 04 ago. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937**. Rio de Janeiro, RJ, 30 nov. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. **Emenda Constitucional Nº 48, de 10 de Agosto de 2005**. Brasília, DF, 10 ago. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm). Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 119, de 20 de dezembro de 2018. Divulga o Plano de Diretrizes e Metas do Ministério da Cultura. **Portaria Nº 119, de 20 de Dezembro de 2018**. Brasília, DF, 26 dez. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56785065/do1-2018-12-26-portaria-n-119-de-20-de-dezembro-de-2018-56784766](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56785065/do1-2018-12-26-portaria-n-119-de-20-de-dezembro-de-2018-56784766). Acesso em: 03 set. 2020.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

Disponível em: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf). Acesso em: 15 out. 2020.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira.- 1. Ed., 4ª reimpressão.- São Paulo. Editora Contexto, 2018.

CANDUSSO, Flávia. **Capoeira Angola, Educação Musical e Valores Civilizatórios Afro-brasileiros**. Tese. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2009, p.55.

CARNEIRO, Mario Henrique Thé Mota. **Reis, rainhas, calungas, balaios e batuques: imagens do Maracatu Az de Ouro e suas práticas educacionais**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/Universidade Federal do Ceará (UFC) 2007, p. 33 (Dissertação Mestrado).

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 08. fev. 2020.

CARTA DO FOLCLORE (releitura). VIII Congresso Brasileiro de Folclore, dezembro, 1995 – Salvador – Bahia.

CASCO, Ana Carmen Jara. **Educação Patrimonial e Sociedade**. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. N. 03, Jan-Fev. 2006, p. 2. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/sociedade\\_e\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 30 set. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Ieds, 2009, p. 86, 210.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; Paço Imperial; Tempo Brasileiro, 1993.

CEARÁ (estado). **Plano Ceará Melhor**. Fortaleza, 1991.

CEARÁ (estado). **Plano de Desenvolvimento Cultural**. Fortaleza, 1995.

CEARÁ (estado). **Plano de Desenvolvimento do Ceará**. Fortaleza, 1975.

CEARÁ (estado). **Plano de Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza, 1971.

CEARÁ (estado). **Plano de Mudanças**. Fortaleza, 1987.

CEARÁ (estado). **Plano Estadual de Cultura**. Fortaleza, 2016.

CEARÁ. Lei nº 16.026, de 01 de junho de 2016. Institui o Plano Estadual de Cultura do Ceará. **Lei Nº 16.026, 01 de Junho de 2016**. Fortaleza, CE, 01 jun. 2016. Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/4020-lei-n-16-026-de-01-06-16-d-o-01-06-16>. Acesso em: 03 set. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 9ª reimpressão. São Paulo: Editora FPA, 2012.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS EM CASO DE CONFLITO ARMADO COM REGULAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO DE 1954. Disponível em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13637&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acessado em 08 fev. 2020.

CONVENÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: [http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=17716&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=17716&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html). Acesso em: 10 jun. 2020.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **Bumba-meu-boi no Maranhão: Um desafio ao olhar**. Trabalho apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia (27), 2010.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O programa de cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979**. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p.121 – 137.

COSTA, Anygone. **Indiologia**. Rio de Janeiro. Gráfica Laemmert, 1943.

CRUZ, Eval. **Sacerdotisa em Laranjeiras/SE: trajetória e recursos na ocupação de um espaço de poder e dominação**. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012, p.80.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. O futuro da questão indígena. In: SILVA, Aracy Lopes. GRUPOONI, Luis Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. Política indigenista do século XIX. In: (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo. Companhia das letras. 1992, p. 138, 145.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN: MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza. 2002.

DE SOUZA, Océlio Teixeira. A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE) e o Processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro (1928-1972). **Embórnal**, v. 2, n. 4, p. 48-69, 2011.

DEBORD, Guy. **A Sociedade de Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p 39.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DELGADO, G. C. **Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução.** Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Textos para discussão, IPEA, Brasília/DF, 2004, p. 14.

DEWEY, John. **Experiência e educação.** Tradução: Renata Gaspar. Petrópolis: Vozes, 2010. Coleção Textos Fundantes de educação.

DIÁRIO DO NORDESTE, (ed.). **Pesquisadores resgatam a história da etnia Cariri.** 2009. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/pesquisadores-resgatam-a-historia-da-etnia-cariri-1.40520?page=1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIAS, Paulo. A Outra Festa Negra. In: **Festa: Cultura e Sociedade na América Portuguesa**, vol.II. Istvan Janesson, Iriskantor (orgs) São Paulo: Huricited: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa oficial, 2011, p. 887.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O lugar do índio. In: VIDAL, Lux (Coord.). **O índio e a cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1983 p. 14.

ERISMANN, Cecília. **O que é cafuné? Uma investigação sobre a origem dessa palavra tão gostosa:** qual a origem da palavra cafuné? investigamos de onde vem essa palavra tão gostosa!. Qual a origem da palavra cafuné? Investigamos de onde vem essa palavra tão gostosa!. Disponível em: <https://pt.babbel.com/pt/magazine/de-onde-vem-o-cafuné#:~:text=Sua%20origem%20se%20diverge%20principalmente,os%20dedos%20e%20cangas%20nativas>. Acesso em: 15 out. 2020.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2013, p.47.

FATTORI, Marta. **Didática Magna – Comenius:** aparelho crítico. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, v. 3, 2002.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo.** São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de. **História do Cariri.** Vol I. Ed. UFC, 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas Públicas de Inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA Dalva. Grangeiro e Souza. Vanilton Camilo (ORGS). **Políticas Organizativas e Curriculares educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP &A, 2002, p 52.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. **Cadernos do patrimônio cultural:** educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, p. 21-30, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ. IPHAN, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Escola e o professor:** Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher, Brasil, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. São Paulo. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. (Coleção Questões da Nossa Época). 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 1982.

FUNES, Eurípedes Antonio. Negros nos Ceará. In. **Uma nova: História do Ceará**. Sousa, Simone de. GONÇALVES, Adelaide [et. al.] 4ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 110.

GALACHE, G.; M, André. Brasil processo e Integração. 16 ed. São Paulo: Loyola, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 114.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIRÃO, Ivna. **A política cultural que transita por todos os setores do Ceará**. 2018. Publicada em ceara.gov.br. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/04/30/a-politica-cultural-que-transita-por-todos-os-setores-do-ceara/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GUEDES-PINTO, Ana Lucia. **Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. 2002. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas. Campinas.

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geysa Dongley. **O ensino de História e seu currículo: teoria e método**. Vozes, 2006, p. 124.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A educação Patrimonial-um processo em andamento. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. São Paulo: USP. Museu de Arqueologia e Etnologia, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

ITAQUI, José. Ciências e Letras: Educação e Patrimônio Histórico Cultural. IN: **Educação Patrimonial e Desenvolvimento Sustentável**. Ciências e Letras. Porto Alegre, 2000.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

KLAMT, Sérgio Célio; SOARES, André Luís Ramos. **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LACERDA, Rosane. **Os povos indígenas ea constituinte: 1987-1988**. Conselho Indigenista Missionário, 2008.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, Brasiliense, 59ª ed. 1987, p.31.

LEWINSOHN, Ana C. **O ator brincante: no contexto do teatro de rua e do cavalo marinho**. Dissertação. Campinas: UNICAMP, 2008, p. 28.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** – São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Juliana Domingos de. **O que faz o lphan. E o esvaziamento do órgão sob Bolsonaro**. 2018. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/01/O-que-faz-o-lphan.-E-o-esvaziamento-do-%C3%B3rg%C3%A3o-sob-Bolsonaro>. Acesso em: 10 set. 2020.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caixas do sul. Maneco, 2004.

MACHADO, Sara Abreu Mata; ARAÚJO, Janja. Capoeira Angola, corpo e ancestralidade: por uma educação libertadora. **Horizontes**, v. 33, n. 2, 2015. p 99-112.

MAGALHÃES, L. H. **Educação Patrimonial: da teoria a pratica**. Londrina. Unifil. 2011.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 70, n. 8, 29 dez. 2011. Publicada no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23). Acesso em: 12 jul. 2020.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Lisboa, 1998.

MEDEIROS, Maria de Lourdes Pereira de. **Mestras da cultura popular: a presença feminina nas brincadeiras populares em estados do nordeste, na atualidade**. 2016. 21 f. Artigo (Especialização) - Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Departamento de História do Ceres, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016. Disponível em: [https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2254/1/artigo\\_lourdes\\_medeiros.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2254/1/artigo_lourdes_medeiros.pdf). Acesso em: 08 jun. 2020

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7ª edição São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco, 2000, p. 109.

MONTANO, Fernanda. **Alfabetização**: conheça os métodos sintéticos e analíticos. conheça os métodos sintéticos e analíticos. 2016. Publicada em Revista Crescer. Disponível em:  
<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Escola/noticia/2016/02/alfabetizacao-conheca-os-metodos-sinteticos-e-analiticos.html>. Acesso em: 08 out. 2020.

MOREIRA, Andressa Urtiga. **"Brincante é um estado de graça"**: sentidos do brincar na cultura popular. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19128/1/2015\\_AndressaUrtigaMoreira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19128/1/2015_AndressaUrtigaMoreira.pdf). Acesso em: 08 out. 2020.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará**: 1987-1991. Fortaleza. Stylus Comunicações, 1992, p.28.

MOURA, Vera Lúcia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza Arruda de Almeida. **Educação de Jovens e Adultos**: as contribuições de Paulo Freire. 2014. 19 f. TCC (Especialização) - Curso de Pós-Graduação a distância *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_33\\_1426693042.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf). Acesso em: 08 out. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 2 ed. Brasília. Rio de Janeiro: Fundação Palmares. 2002, p. 29.

NOELLI, Francisco Silva. Educação patrimonial: relatos e experiências. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 25, n. 89, p. 1413-1414, dez. 2004. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302004000400017>.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial**: conhecer para preservar. Portal Aprende Brasil. s/d. Disponível em:  
<http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em 08 out, 2020.

PAIVA, Cláudio C. de. **A trama cultural dos anos 80**. 1987. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Brasília, Brasília.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2011.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta. **Patrimónios e identidades**: ficções contemporâneas. Oeiras: Celta, 2006.

PEREIRA, Júnia Sales.; ORIÁ, José Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 161-171, 2012. DOI:

10.20396/resgate.v20i23.8645738. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645738>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PERRONE-MÓISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-132.

PINHEIRO, Irineu Nogueira. **Enfemérides do Cariri**. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010. 570 p. (Série Memória).

PINHEIRO, Irineu Nogueira. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza. Fundação Waldemar Alcântara, 2010. p 288.

PINHEIRO, Marcos José. **Museus, memória e esquecimento: um projeto da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Papers, 2004, p 98.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985**. Tese de doutorado. Pós-graduação em sociologia, UFC. Fortaleza, 2010, p.302.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RIBEIRO, Bruna. **Quais são as consequências do racismo no Brasil?** 2017. Publicada por Rede em Peteca. Disponível em:  
<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/noticias/materias/quais-sao-as-consequencias-do-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RIBEIRO, José Augusto. **A era Vargas**. Vol. 1 – 3. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001, p. 89.

RIO DE JANEIRO. Indicação nº 3, de 2007. Apresenta considerações sobre o pensar pedagógico norteador dos ciclos de formação do Ensino Fundamental da Cidade do Rio de Janeiro. **Indicação n.º 3/2007**. Rio de Janeiro, RJ, 29 maio 2007. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1122693/DLFE-205680.pdf/indicacao3.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre. Sulina: Editora da UFRGS, 2016.

ROSA, Maria Cristina; DE ASSIS PIMENTEL, Giuliano Gomes; QUEIRÓS, Ilse Lorena Von Borstel Galvão. **Festa, lazer e cultura**. Papirus Editora, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques; **Emílio ou da educação**, 2 edição. São Paulo. Difusão Europeia do Livro. 1973.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: UFBA, p. 37, 1995.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Tese de Doutorado. Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo). Salvador. UFBA. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. **Revista Lusófona de Educação**, Coimbra, v. 13, p. 183-189, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a12.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTOS, Gislene Maria Mota dos. **A formação dos professores da EJA na perspectiva dos textos visuais**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação de Jovens e Adultos, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2017/05/GISLENE-MARIA-MOTA-DOS-SANTOS.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Ruth Rodrigues. **A festa que é a mesma, sendo continuamente outra: a ressignificação da festa (do pau da bandeira) de Santo Antônio de Barbalha, Ceará através das mudanças e continuidades**. 2015. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, 2015.

SANTOS, Vanessa Soares dos. **CULTURA POPULAR E O MODO DE VIDA BRINCANTE: costurando linhas de vida na perspectiva das africanidades**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11314/Cultura%20Popular%20e%20o%20modo%20de%20vida%20brincante%20-%20Vanessa%20Soares%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SILVA, Josier Ferreira da. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930 - 1964)**. 2009. 363f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza. 2009.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores educandos: tempos históricos**. 4ª edição. Cuiabá. 2012.

SILVA, Simone Pereira da. **Os sentidos da festa: (re)significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha-CE (1960-1970)**. Dissertação. Mestrado em História Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVEIRA, Emerson J. Sena da. Turismo Religioso no Brasil: uma perspectiva local e global. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 33-51, maio 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Direito/Downloads/62606-Texto%20do%20artigo-81774-1-10-20131003.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

SNYDERS, Georges. **Feliz na universidade: estudo a partir de algumas biografias**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995. p 121.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Ufsm, 2008. 200 p.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba. Juruá Editora, 2010.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará**. Brasília: Senado Federal, 2004. 504 p. (Edições do Senado Federal). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1090/702791.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 08 set. 2020.

TEIXEIRA, Raquel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes. GRUPOONI, Luis Donizete Benzi (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

THOMAS, George. Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640. São Paulo: Loyola, 1982.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 1-9, fev. 2005.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TURNER, Victor W. Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. Antropologia: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 321.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. 2011. Disponível em: [https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao\\_sobre\\_a\\_paisagem\\_historica\\_urbana\\_unesco\\_2011.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf). Acesso em: 08 fev. 2020.

VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luíza Howard. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.

ZAMPARONI, Valdemir. A ÁFRICA E OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL: passado e futuro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 46-49, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a18v59n2.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ZUCON, Otávio; BRAGA, Geslline Giovana. **Introdução às culturas populares no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

## ANEXO 1

Anteprojeto de Lei Nº \_\_\_/2020

Institui no Currículo das Escolas Públicas Municipais de Barbalha a Educação Patrimonial no Ensino Fundamental e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Barbalha-CE faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída no Currículo das escolas públicas municipais de Barbalha a educação patrimonial no ensino fundamental tendo a Secretaria de Educação do Município como executora.

**Parágrafo Único** – O ensino da educação patrimonial nas escolas públicas municipais de Barbalha contemplará os patrimônios material, imaterial e ambiental com ênfase aos grupos de brincantes do município.

**Art. 2º** - Deverá criar uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para o patrimônio cultural, ou seja, incluir no currículo escolar do ensino fundamental conteúdos programáticos que versem sobre a contextualização histórica e sua simbologia e a sua preservação. Podendo ser trabalhada por todas as disciplinas uma vez que é um tema transversal trabalhado interdisciplinarmente.

**Art. 3º** - Deverá realizar cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral sobre o patrimônio material, imaterial e ambiental do município de forma a habilitá-los a despertar nos alunos e na sociedade o senso de preservação e memória histórica.

**Art. 4º** - Construir material didático pedagógico com conteúdo sobre o patrimônio material, imaterial e ambiental do município de Barbalha no intuito de auxiliar os professores em suas aulas.

**Art. 5º** - A educação patrimonial deverá ser um ensino permanente e sistemático durante todo o ano escolar.

**Art. 6º** - A Secretaria de educação do município deverá ter um diálogo constante com os terreiros de brincantes do município de Barbalha, através das escolas públicas municipais para que os mestres possam auxiliá-las com a transmissão de saberes já que são os detentores destas experiências da cultura popular.

**Art.7º** - As Secretarias Municipais de Cultura, Meio ambiente, Saúde, Desenvolvimento econômico, Administração, Infraestrutura e Finanças deverão auxiliar a educação com o desenvolvimento da educação patrimonial uma vez que o tema é transversal.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha em \_\_\_\_/\_\_\_\_ 2020.

## ANEXO 2

Caros Nobres vereadores,

A Educação Patrimonial vista como um mecanismo de *alfabetização cultural* possibilita ao sujeito realizar para mais de uma visão do mundo que o rodeia, um entendimento do âmbito sociocultural e do curso histórico-temporal na qual ele está posto, e no processo de educação seja capaz de incitar e ensejar uma interlocução ou mesmo uma conversa e o convívio entre as comunidades e as escolas.

O município de Barbalha/CE por abrigar uma variedade de grupos de brincantes e sobre tudo, por figurar percurso viável na condução do turismo cultural e religioso, necessita de uma política municipal de patrimônio voltada para a educação e uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória comunitário, processo no qual a educação não está acima ou abaixo, mas no centro sinérgico das relações estruturantes de uma sociedade irmanada no respeito e defesa da vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN/9394/96), já aponta em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamenta deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura.

No mesmo entendimento da LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam em um de seus volumes “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como elemento necessário no trabalho com a educação básica, a partir dos temas transversais. Nessa perspectiva, o trabalho com as noções sobre o patrimônio cultural deve ser inserido aos demais conteúdos escolares, pois mediante o caráter abrangente do termo patrimônio, a educação patrimonial assume papel preponderante de reconhecimento e a importância do patrimônio étnico-cultural e artístico para salvaguarda da memória e identidades como também reconhecer o lugar onde se vive como pertencente aquele coletivo e a identidade construída neste território no intuito de conscientizar a comunidade escolar da importância do patrimônio cultural como símbolo de um processo histórico, social, econômico e político, relacionado a atualidade como um processo proativo onde possam reconhecer, ponderar, partilhar e transformar sua maneira de viver.